

2023

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

MISERICÓRDIA DO PORTO



“A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo.”

In Peter Drucker



INTRODUÇÃO	6
CORPOS GERENTES	7
01 MENSAGEM DO PROVEDOR	8
02 PRINCÍPIOS GERAIS	10
2.1. Cenário macroeconómico	10
03 PLANO DE ATIVIDADES	14
3.1. Enquadramento Institucional	14
3.2. Prioridades Estratégicas para 2023	15
PARTE I ATIVIDADE OPERACIONAL	16
3.3. Desenvolvimento Estratégico e Operacional	16
3.3.1. Saúde	19
3.3.1.1. Hospital da Prelada Dr. Domingos Braga da Cruz	24
3.3.1.2. Centro Hospitalar Conde de Ferreira	27
3.3.2. Social, Mulher e Juventude	57
3.3.3. Educação	57
3.3.3.1. Colégio de Nossa Senhora da Esperança	57
3.3.4. Ensino Especial e Apoio à Deficiência	63
3.3.4.1. Centro Integrado de Apoio à Deficiência Instituto Araújo Porto e Instituto S. Manuel	63
3.3.5. Desenvolvimento Agrícola	71
3.3.5.1. Quinta d’Alva	71
3.3.6. Culto e Cultura	93
3.3.6.1. Gabinete Religioso e Culto	93
3.3.6.2. MMIPO - Museu e Igreja da Misericórdia do Porto – Conde de Samodães	94
3.3.6.3. Casa da Prelada - D. Francisco de Noronha e Menezes e Arquivo	99
3.3.7. Ambiente	103
3.3.7.1. Parque da Prelada	103
3.3.7.2. Parque Avides Moreira	103
3.3.8. Justiça e Reinserção Social	105
3.3.8.1. Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino	105

PARTE II Serviços Partilhados e Corporativos	108
3.3.9. Recursos Humanos e Formação Profissional	111
3.3.10. Gestão Administrativa e Património	113
3.3.11. Auditoria Interna	115
3.3.12. Marketing e Comunicação	117
3.3.13. Contabilidade e Finanças	119
3.3.14. Gestão Organizacional e Sistemas de Informação	123
3.3.15. Assuntos Europeus	126
3.3.16. Assuntos Jurídicos e Contencioso	130
3.3.17. DPO - Data Protection Officer	134
3.4. Referências Finais	137
Organograma Geral	138
04 ORÇAMENTO	140
05 PARECER DO DEFINITÓRIO	164



No cumprimento de uma obrigação legal e estatutária, apresentamos à Assembleia Geral o Plano de Atividades e o Orçamento para o ano de 2023.

O Plano e o Orçamento refletem as condições de incerteza que se irão desenvolver ao longo do próximo ano.

Sabemos que o governo tem apoiado as famílias, mas desconhecemos se vão existir apoio específicos para as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Será, pois, num contexto de incerteza e de grande exigência, que iremos apresentar esta nossa proposta de Plano e Orçamento e, se aprovada, ser executada num tempo complicado, mas que revela também oportunidades de se assegurar mais sustentabilidade para a Misericórdia do Porto.

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente

Jorge Rui Moia Pereira Cernadas

Vice-Presidente

José Manuel Lemos Pavão

Secretários

António José Barbosa Samagaio
Vítor Guilherme Barrosa Pereira Dias

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor

António Manuel Lopes Tavares

Vice- Provedor

**Desenvolvimento Agrícola e Ensino Especial;
Centro Hospitalar Conde de Ferreira**
Francisco José Guimarães Castelo Branco Ribeiro

Tesoureiro Geral

Joaquim da Silva Vianez

Culto, Artes e Cultura

Francisco Ribeiro da Silva

Área Social, Envelhecimento e Jovens; Centro Hospitalar Conde de Ferreira

Maria Albertina Amorim Coelho

Património e Infraestruturas

Maria Carolina Coelho Oliveira

Ambiente, Parque Rodrigues Semide, Adjunto da Educação

Nuno Paulo Fernandes de Oliveira

DEFINITÓRIO

Presidente

António José Ramalho Monteiro

Vice-Presidente

Justino Cruz dos Santos

Secretária

Alexandra Afonso

Vogais

José Carlos Póvoas
Nuno Camilo Mota







A apresentação deste Plano de Atividades e o Orçamento para 2023 é feito num ambiente de incerteza. Incerteza motivada pelo conflito de guerra na Europa e uma inflação de preços com impacto brutal nos custos de energia. Ao mesmo tempo, as alterações climáticas são motivo para preocupação, a que se junta a pandemia e as suas consequências.

Ao nível político a alteração de responsáveis no Ministério da Saúde e um novo modelo de gestão do SNS obrigam também à gestão das expectativas neste domínio.

Vamos, pois, enfrentar 2023 com a certeza de que só continuando o rumo definido e sempre apoiados pela Irmandade será possível ultrapassar todas as dificuldades que nos vão surgindo no caminho.

Estou certo que vamos continuar a seguir este esforço e a concretizar o nosso programa seguindo o conselho de Drucker “que a tarefa mais importante do líder não é apenas combater as causas. É saber antecipá-las e evitá-las.

Mude quando tem êxito e não quando está em dificuldades.”

Porto, 20 de outubro de 2022

O Provedor

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, flowing letters that appear to be 'AMLT'.

António Manuel Lopes Tavares



Vamos continuar a seguir princípios de gestão de prudência que permitam continuar a desenvolver a articulação com as políticas públicas, salvaguardando o princípio da contenção dos défices.

Ao nível do investimento iremos procurar assegurar a rentabilização do património no quadro das autorizações da Assembleia Geral, permitindo a alienação de ativos não estratégicos, geralmente localizados fora do Porto, e do importante ativo que é o Candal, que vai permitir um encaixe que irá desenvolver e permitir algum do planeamento já previsto.

2.1. Cenário macroeconómico

De seguida o exercício comparativo entre Portugal, os países da zona euro 17 e total OECD, no mesmo período (2010/2021) evidencia os seguintes desempenhos, em termos de indicadores macroeconómicos:

- Taxas de juro positivas com tendência de subida;
- Inflação entre 8 a 9%;
- Taxa de desemprego estável;
- Crescimento do PIB na casa dos 5%.

GDP%

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Média 2010/2021
Portugal	0,6	-0,3	-0,4	2,2	0,7	2,0	1,7	1,5	1,8	1,7	1,9	0,7	1,2
Euro área 17	0,6	1,1	1,3	1,2	0,9	1,4	0,9	1,1	1,5	1,7	1,7	2,1	1,3
Total OECD	1,3	1,9	1,6	1,5	1,8	1,5	1,5	2,2	2,5	2,2	2,2	4,2	2,0

CONSUMO PRIVADO %

Portugal	1,8	1,7	1,8	0,8	0,2	0,9	1,0	1,6	1,6	0,8	0,7	1,2	1,2
Euro área 17	1,5	2,3	1,8	1,1	0,5	0,3	0,4	1,3	1,5	1,1	0,5	2,3	1,2
Total OECD	1,7	2,6	2,0	1,4	1,6	0,8	1,2	2,1	2,3	1,9	1,5	3,7	1,9

IHPC%

Portugal	1,4	3,6	2,8	0,4	-0,2	0,5	0,6	1,6	1,2	0,3	-0,1	0,9	1,1
Euro área 17	1,6	2,7	2,5	1,3	0,4	0,2	0,2	1,5	1,8	1,2	0,3	2,6	1,4

COMPENSAÇÃO POR TRABALHADOR %

Portugal	3,4	2,6	2,4	2,0	-1,9	-3,1	3,5	-1,8	0,3	1,2	2,3	3,9	1,2
Euro área 17	3,0	3,7	1,3	1,9	1,8	1,1	1,4	1,4	1,6	1,3	1,9	2,3	1,9
Total OECD	3,6	3,0	0,7	1,9	2,5	1,9	1,7	2,1	2,1	1,6	2,6	3,3	2,2

PRODUTIVIDADE POR TRABALHADOR %

Portugal	2,5	0,0	-0,4	3,2	0,3	0,0	2,0	-0,6	0,4	0,4	0,2	0,5	0,7
Euro área 17	1,3	-0,4	-2,7	2,6	1,4	-0,5	0,3	0,7	0,9	0,5	1,2	0,2	0,4
Total OECD	1,5	-0,1	-1,5	2,5	0,9	0,4	1,0	0,8	1,0	0,5	1,1	0,7	0,7

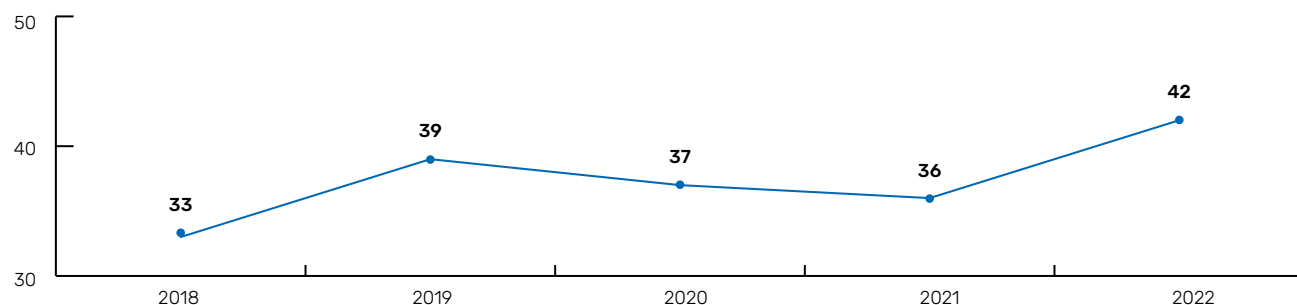
POPULAÇÃO ATIVA VS FORÇA DE TRABALHO %

	EMPLOYMENT							LABOUR FORCE						
	Average 2007-17	2017	2018	2019	2020	2021	Média 2010/2021	Average 2007-17	2017	2018	2019	2020	2021	Média 2010/2021
Portugal	-0,4	3,6	2,8	1,2	-1,9	2,7	1,3	-0,3	1,0	0,6	0,6	-1,6	2,3	0,4
Euro área 17	0,2	1,5	1,3	1,1	-1,5	1,2	0,6	0,4	0,4	0,4	0,4	-1,1	1,0	0,4
Total OECD	0,9	1,5	1,6	1,1	-3,7	2,6	0,7	0,9	0,9	1,1	1,0	-1,9	1,5	0,6

Outro fator relevante, a considerar, é o índice mundial de competitividade (IMD *world competitiveness center*), composto por 63 países.

Portugal, em 2022, caiu seis lugares no ranking mundial da competitividade, face a 2021.

OVERALL PERFORMANCE (63 countries)



As variáveis com maior contributo para esse facto, foram:

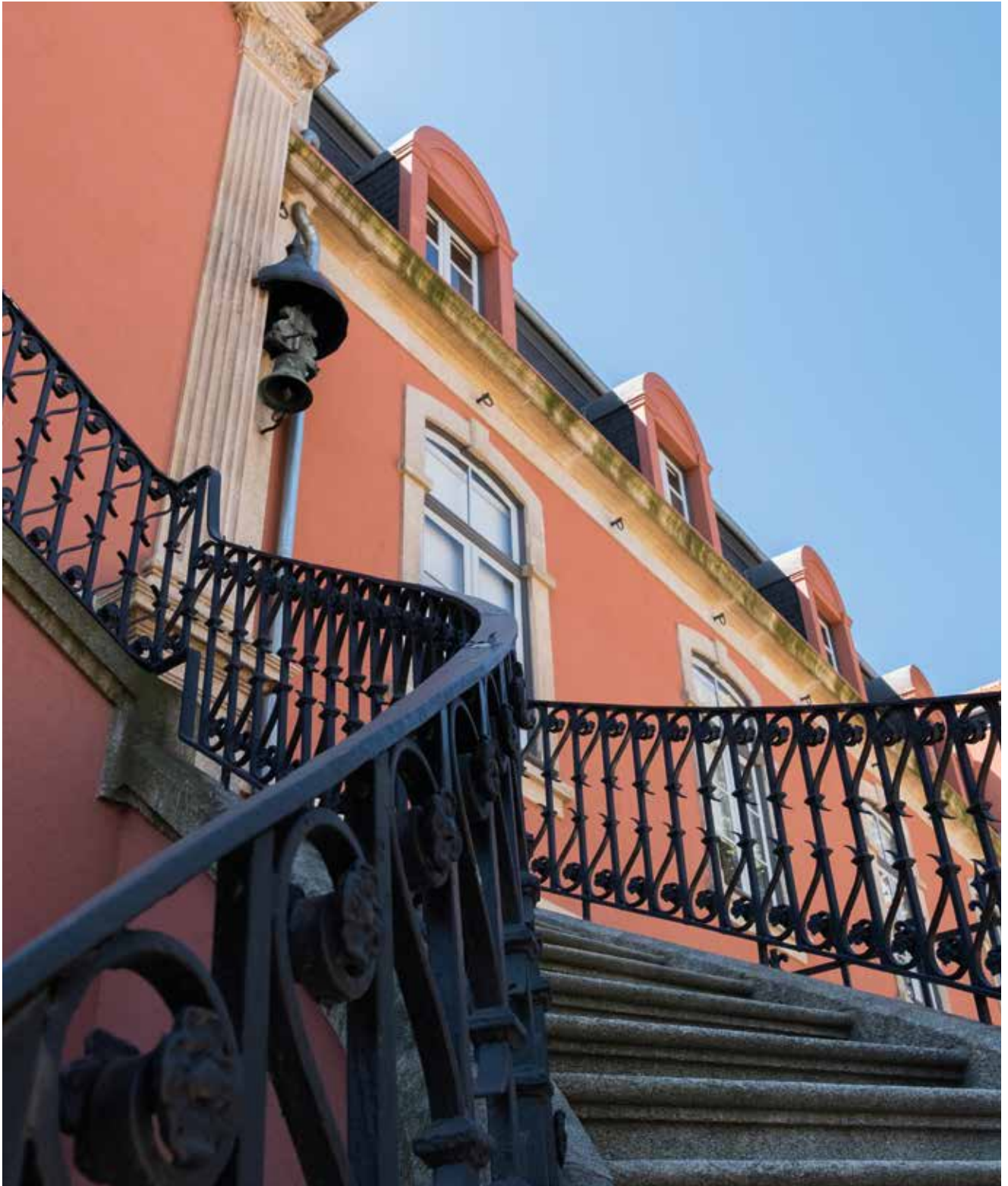
- Modelo económico de desenvolvimento: 52/63;
- Finanças públicas: 50/63;
- Regime fiscal: 56/63;
- Modelo de governo e práticas de gestão: 56/63.

do índice de preços harmonizado do consumidor;

- A trajetória da produtividade por trabalhador é incipiente;
- Os níveis de eficiência/produtividade verificados nas trajetórias da população ativa e a força de trabalho, não são crescentes nem proporcionais.

A análise destes indicadores permite-nos aferir e compreender que:

- Os níveis de crescimento do produto de Portugal são insuficientes;
- As trajetórias do consumo privado e das compensações por trabalhador são anuladas, considerando a evolução



3.1. Enquadramento Institucional

Pese embora um cenário político propício à estabilidade, as tarefas do dia-a-dia continuam a exigir ao Governo e ao Parlamento condições que permitam a sustentabilidade da dívida pública e a redução do défice do Estado.

Sabemos que só criando fontes alternativas de receita, graças ao nosso património, conseguiremos obter os recursos necessários para assegurar a tranquilidade na execução das políticas necessárias.

No passado, foi só com sacrifício que se assegurou o futuro. O presente vai continuar a exigir da nossa geração essa resposta firme e determinada.

Vamos manter o bom relacionamento com todas as instituições do Estado, da Igreja e da Sociedade Civil, assumindo o diálogo e a cooperação no sentido de servir a nossa comunidade. Sabemos que temos um papel a desenvolver na cidade, região e no país que assenta na reputação e prestígio da nossa ação.





3.2. Prioridades Estratégicas para 2023

As grandes prioridades para 2023 serão sempre de assegurar a sustentabilidade que se consubstancia em sustentabilidade financeira, social, política, ambiental e económica.

Vamos então procurar continuar a reabilitação do nosso património, evidenciando a sua capacidade no mercado imobiliário. Ao mesmo tempo teremos a negociação do novo contrato (2023/2028) do Hospital da Prelada com a ARS Norte.

Esperamos ter já consolidado a alienação do Campo do Senhora da Hora à Câmara de Matosinhos, concluído o arrendamento do Rodrigues Semide e um modelo de sustentabilidade para o Parque da Prelada. Resolvidas estas situações, a que se junta o arrendamento de um dos pisos do Museu, temos condições para obter recursos que vão ajudar à consolidação de todo o nosso parque de património.

A necessária modernização do Hospital da Prelada será também um dos apoios estratégicos para este ano, cuja consolidação será decisiva para conseguir competir com outras unidades similares.

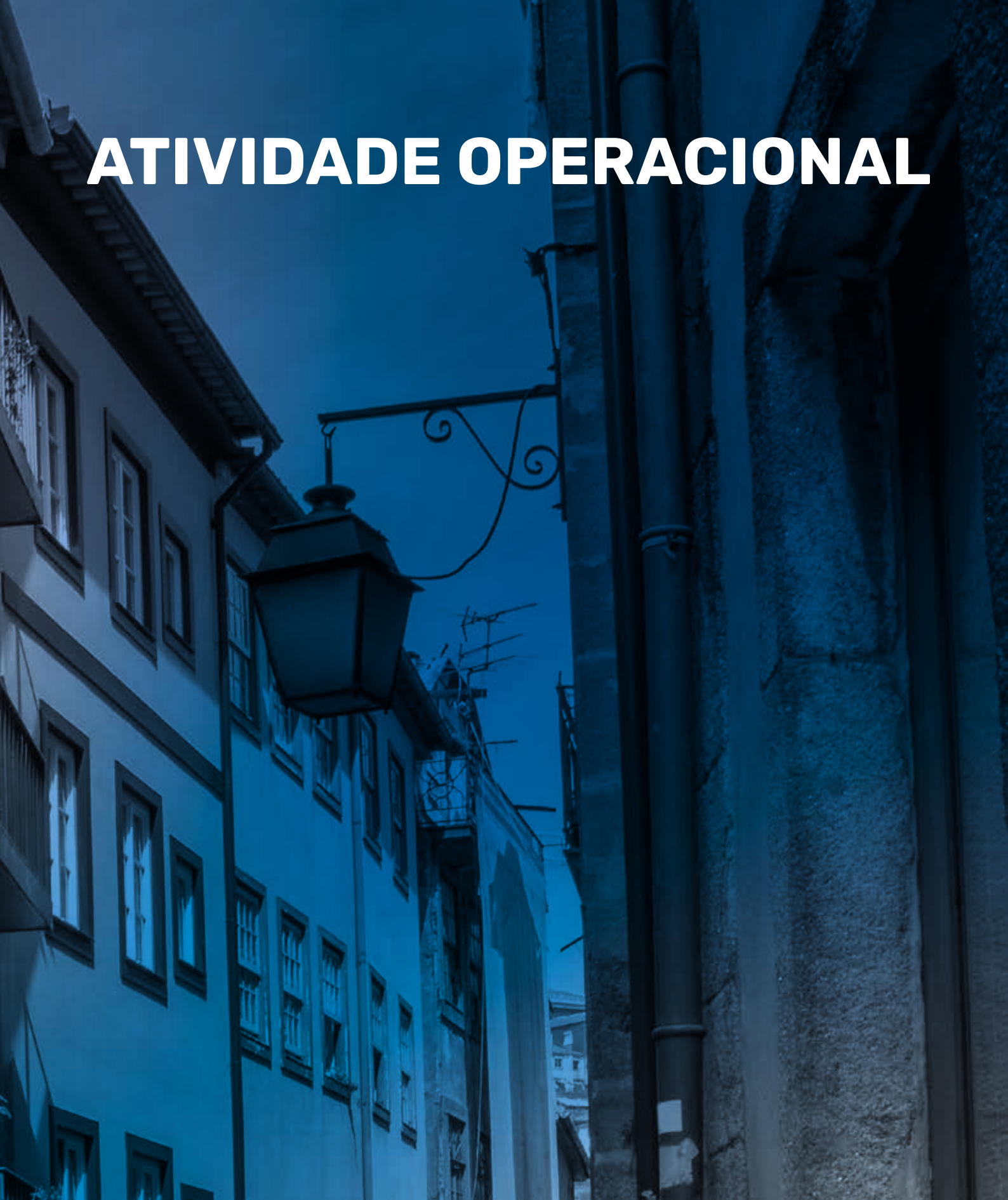
A exigência de obter novas receitas e aperfeiçoar o modelo de operacionalização de muitas das nossas unidades será primordial para se obter os resultados orçamentais que se pretendem.

Uma palavra final de otimismo no futuro e de confiança no trabalho de todos os que servem a Misericórdia.

PARTE I



ATIVIDADE OPERACIONAL





3.3. Desenvolvimento Estratégico e Operacional

3.3.1. Saúde

3.3.1.1. Hospital da Prelada – Dr. Domingos Braga da Cruz

Ao iniciar o planeamento de um novo ano económico para o Hospital da Prelada, há um fator determinante no nosso pensamento, a renovação do acordo de cooperação com o Serviço Nacional de Saúde. A negociação do acordo que vigora até outubro de 2023 deverá iniciar-se ainda em 2022, mas a componente mais relevante dessa negociação e a redação do novo acordo terão que estar concluídos em 2023. Para reforçar a capacidade negocial da SCMP neste processo, teremos o suporte do estudo de *Value for Money* que será levado a cabo pela Escola de Gestão da Universidade Católica do Porto. Confiantes que a manutenção do acordo de cooperação será uma realidade para o próximo ciclo de 5 anos (2023-2027) é com redobrada expectativa que faremos a negociação na medida em que entendemos que há capacidade instalada no Hospital da Prelada para oferecer um volume de cuidados superior ao atual, assim estejam reunidas as condições para essa contratualização com a ARS Norte.

O Hospital da Prelada, que completa 35 anos de história em 2023, vai apostar na sua modernização quer no que diz respeito a instalações e equipamentos quer nos processos de trabalho para melhorar o serviço ao cliente. É nesta perspetiva que continuaremos a apostar na qualidade, na segurança do doente e na prevenção do risco clínico e não clínico, bem como na melhoria do circuito do doente, procurando simplificar os processos de atendimento, marcação de atos e formas de contacto do doente com o Hospital. Em paralelo, vamos afirmar, perante os nossos doentes, as características que nos diferenciam face aos restantes prestadores de saúde, reformulando a nossa organização para que essa afirmação de diferenciação seja visível e valorizada por quem procura os nossos serviços.

Por último, mas não menos importante, manter o foco no aumento da rentabilidade, na consciência que fazer muito não significa rentabilidade apesar de termos sempre presente que em saúde e na Misericórdia do Porto, a rentabilidade ou o lucro não são o fim último da nossa ação.

Diferenciação com fator de competitividade

O mercado da saúde transformou-se muito nos últimos anos, sendo completamente diferente do que existia quando o Hospital da Prelada iniciou a sua atividade.

Em 1988

Ausência de concorrência	SNS Ineficiente	Mercado privado reduzido	Seguros com baixa expressão	Marca Prelada como referência
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------------------------	-------------------------------

Em 2022

Grande concorrência	SNS mais eficiente e com capacidade de resposta	Mercado privado de maior dimensão	Seguros, planos de saúde e subsistemas muito elevados	Marca Prelada como referência
---------------------	---	-----------------------------------	---	-------------------------------

Cientes

O mais relevante ator deste mercado, o SNS, apesar de mais eficiente, continua a enfrentar enormes dificuldades no que ao acesso aos cuidados diz respeito e não se vislumbra que, no curto prazo, encontre, em si mesmo, solução para esse problema, razão pela qual os modelos de convenção e complementaridade são absolutamente essenciais. A renegociação do Acordo de Cooperação, em 2023, será um momento particularmente relevante para o futuro próximo do Hospital da Prelada na medida em que o SNS é o principal cliente do Hospital da Prelada e esta relação com o SNS está na génese do Hospital da Prelada, influencia a cultura da Organização e delimita muitas das opções e práticas em vigor.

No que diz respeito aos subsistemas e seguros, assume particular relevância a ADSE dado o número de beneficiários e coberturas que oferece. No entanto, com a publicação da última tabela de preços verificam-se dois fenómenos com grande impacto na atividade normal: regras de elegibilidade e validação dos atos mais complexas e a exigir mais trabalho administrativo e uma comparticipação dos beneficiários nos atos médicos bem mais elevada o que conduz a situações em que o beneficiário opta por não realizar os atos médicos ou ir ao centro de saúde solicitar uma referência de consulta para o Hospital da Prelada. No subsegmento de seguros há uma tendência de crescimento que se irá manter, uma vez que os cidadãos, inconformados com as incapacidades de resposta do SNS, irão procurar alternativas para a resolução das suas necessidades de cuidados de saúde.

Por último, temos o grupo de clientes de interesse privado do médico, o segundo mais relevante em termos de faturação no HP, que com exceção dos que procuram a cirurgia estética, terão tendência a diminuir dada a facilidade de encontrar um seguro ou plano de saúde que possa assumir no todo ou em parte as despesas a suportar pelo doente.

Concorrentes

Do lado dos concorrentes, o mercado de saúde assistiu, nos últimos anos, ao desaparecimento de algumas unidades de menor dimensão e à sua substituição pelos grupos de grande dimensão. O fim destas unidades, boa parte do setor social, tem traços comuns, como seja a ausência de inovação do modelo de negócio, a incapacidade para

perceber as mudanças no mercado da saúde ou a manutenção de benefícios, para os seus profissionais, quando o negócio já não tinha rentabilidade que suportasse os mesmos. Para os próximos anos é expectável que os grandes grupos prestadores mantenham a tendência de reforço e consolidação da sua posição no mercado, pela abertura de novas unidades e pela aquisição de prestadores de menor dimensão.

Diferenciação

No enquadramento do sector que descrevemos e tendo em conta a cultura da organização e a história do Hospital da Prelada, entende-se que o fator de competitividade será a diferenciação no serviço que oferece e a afirmação dessa diferenciação será corporizada pela criação das unidades clínicas por patologia, em paralelo com novas valências como sejam a cirurgia torácica, a pneumologia e a consulta do viajante.

As unidades clínicas por patologia, conforme definidas no âmbito do grupo de reflexão “O Hospital do Futuro” são unidades “orgânico-funcional com uma área de intervenção definida e coordenada, que se destina à prestação de cuidados de saúde especializados e diferenciados, dotada de meios físicos, técnicos e humanos próprios, num modelo de equipa multiprofissional, privilegiando igualmente a investigação científica, eficiência na gestão de recursos e um elevado grau de satisfação do utente.” Com a criação destas unidades apoiadas pelos indicadores de desempenho clínico definidos, igualmente, no âmbito do grupo de reflexão “O Hospital do Futuro” o HP poderá ingressar no modelo mais avançado de organização de prestação de cuidados, o “*Value Based Healthcare*”.

Por outro lado, a diferenciação do HP também passará pela oferta de cuidados de saúde, que não são tradicionais na carteira de serviços do HP. Insere-se neste capítulo, a cirurgia torácica, a pneumologia e a consulta do viajante que permitirão ao HP oferecer cuidados diferenciados no tratamento da doença pulmonar inclusivamente a doença oncológica.

Circuito do Doente

A necessidade de melhorar o serviço ao cliente implica uma revisão do circuito do doente no hospital e um salto qualitativo ao nível da comunicação interna e externa. Ao longo

dos últimos anos foram várias as modificações no que diz respeito a locais de atendimento, introdução de sistema de gestão de filas de espera ou abertura de novas áreas de prestação de cuidados e o circuito do doente foi sendo adaptado a essas modificações, carecendo, agora, de uma nova visão, que começa no parque de estacionamento até à admissão na consulta, internamento ou exames.

Por outro lado, a tecnologia hoje disponível permite melhorar a experiência do doente, pela disponibilidade de novos canais de contacto, utilização de meios digitais para a informação sobre a data de agendamento dos atos médicos, melhorar o serviço no centro de atendimento e, acima de tudo, disponibilizar outros mecanismos para além da tradicional convocatória ou SMS.

É também nesta área que pretendemos centrar a nossa atenção, viabilizando as propostas que resultam do grupo de trabalho criado para o efeito no âmbito do já referido “Hospital do Futuro”.

Pessoas e Profissionais

Nos anos de 2021 e 2022, observamos um fenómeno de substituição de grande parte da equipa médica do hospital da Prelada. Os profissionais que iniciaram a atividade do Hospital, atingiram o tempo da aposentação e foram sendo paulatinamente substituídos por novos profissionais. Este processo decorreu com grande tranquilidade e podemos afirmar que sem impactos exagerados no dia-a-dia do hospital. No entanto, é mandatário ter consciência que sendo a saída dos profissionais referidos uma inevitabilidade, há uma cultura da organização, métodos e processos de trabalho que saem com esses profissionais. Torna-se necessário que as equipas que ficam consigam dar continuidade a tudo o que de bom o hospital tem e participar ativamente nas alterações que nos são exigidas pelos desafios que estão a emergir.

O entorno externo não é favorável no que diz respeito à motivação dos profissionais.

Também nos próximos dois anos será iniciada a saída de um elevado número de enfermeiros, nomeadamente do Bloco Operatório, o que introduz a exigência da aposta no desenvolvimento profissional dos profissionais mais novos.

No que aos enfermeiros diz respeito, assiste-se exclusivamente à admissão de profissionais recém-licenciados, nunca tendo existindo a “importação” de profissionais diferenciados e que trariam mais valor ao HP. Urge tornar o Hospital apelativo para enfermeiros diferenciados.

O grupo de auxiliares de ação médica está em renovação, o que representa uma oportunidade de melhoria do perfil destes recursos, através do recrutamento de profissionais com formação prévia indiferenciada na área da saúde. Em suma, as oportunidades de upgrade da qualidade global dos recursos humanos do HP é muito significativa e tem que ser aproveitada.

Tendo saído da fase aguda da pandemia, observando uma guerra na Europa, sentido os impactos económicos desta turbulência, os fatores motivacionais são afetados pelo que, em 2023, será necessário ter uma especial atenção a este tema.

A reformulação do modelo de incentivos, alicerçado em critérios claros, transparentes, mensuráveis e na mobilização de competências diferenciadas, procurando abranger mais profissionais e premiar os que mais contribuem para o sucesso do Hospital e da Santa Casa da Misericórdia, a revisão das carreiras, a disponibilização de meios para o crescimento técnico e científico de todos os profissionais que assim o desejem são instrumentos que poderão melhorar a motivação dos profissionais, o seu envolvimento organizacional e com isso ter uma equipa mais capacitada para contribuir para o aumento da satisfação dos doentes e a prestação de um serviço que nos distinga dos outros concorrentes.

Perante as mudanças que o ambiente externo sofreu, as exigências e expectativas dos clientes e dos doentes é também necessário dotar os profissionais de meios para responder a esses desafios.

É também premente mudar o paradigma dos processos de trabalho, o qual deve assentar no trabalho e resultados das equipas e não da soma de cada um individualmente.

É nesse sentido que se pretende melhorar, aumentar e certificar as competências dos profissionais do HP por forma a que a equipa, na mais abrangente perspetiva de multidisciplinariedade, esteja devidamente preparada os desafios que teremos que enfrentar.

Plano Diretor

O plano diretor do HP é um documento de 2017 que tem como objetivo uma reorganização estrutural e funcional do hospital. Se em circunstâncias de normalidade, um plano diretor seria sempre sujeito a alterações, mais o é quando vivemos um período de pandemia que motivou alterações no interior da organização, mas também influenciou decisivamente a envolvente externa nomeadamente na disponibilidade e nos valores para a realização de investimentos desta envergadura.

Ainda assim, as prioridades elencadas no plano diretor são válidas e mantém a sua oportunidade nomeadamente no que diz respeito à construção da unidade de cirurgia de ambulatório e à remodelação do um piso de internamento. Em paralelo, espera-se que em 2023 decorra a instalação da Blueclinical no piso 7 e 8 e a remodelação da cozinha em conformidade com o planeado.

Qualidade como objetivo

Em 2021 procedemos à institucionalização do gabinete da governação clínica e da qualidade com uma equipa única focada no objetivo de “Fazer, à primeira, o que é certo, em todo o momento, por todos os profissionais”. Definiu-se que o processo de certificação ISO 9001 decorrerá integrado na acreditação CHKS e iniciaram-se os trabalhos tendo em vista a certificação ISO 14001 relativa à certificação do Sistema de Gestão Ambiental.

Para 2023 o objetivo que se pretende atingir é a disseminação de uma cultura de qualidade, onde a segurança do doente é o foco da intervenção da equipa multiprofissional, e a preocupação pela melhoria dos cuidados prestados aos doentes – objetivo último da nossa atividade – seja uma constante. Neste sentido é iniciado em 2022 a integração no HP das recomendações da DGS de maio / 2022, plasmas no Documento Técnico para a Implementação do Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2021 – 2026.

Pretende-se, reforçar a ligação entre o gabinete e os serviços, melhorar o sistema de notificação de eventos relacionados com o risco clínico e não clínico, manter a realização sistemática de auditorias internas e a adaptação e aplicação contínua do conhecimento novo e dos normativos e *guidelines* aplicáveis.

Num hospital de elevada especialização, centrado em poucas especialidades e com um elevado enfoque cirúrgico, a capacidade do HP em se afirmar no mercado da saúde, crescer o seu volume de negócios e garantir a sustentabilidade passa por desenvolver competências distintivas, assim percecionadas pelos clientes, em que a qualidade dos cuidados prestados, identificada inequivocamente por indicadores de resultado, é superior à dos demais concorrentes sob pena de ter que entrar numa concorrência pelo preço, o que é indesejável por potenciador de hipoteca da qualidade.

Parcerias

O estabelecimento de parcerias é prática recorrente no Hospital e com resultados positivos. Estas parcerias são dinâmicas, procuram responder as necessidades conjunturais pelo que a criação de novas parcerias e o fim de outras deverá ser encarado como algo que decorre do dinamismo do mercado, das necessidades e das circunstâncias.

Foi o que aconteceu com a parceria instituída para a unidade de AVC, que em junho de 2022 chegou ao fim devido à opção estratégica do nosso parceiro em apostar neste modelo num outro continente. O capital de experiência e conhecimento adquirido permite que o HP continue o seu caminho no tratamento diferenciado de doentes de AVC, dando resposta às necessidades, agora sem a participação da BI.

Manteremos a parceria que temos para a prestação de serviços de imagiologia, cujos resultados são altamente satisfatórios e permitem, para além de um crescimento da rentabilidade do hospital, a modernização do mesmo do ponto de vista tecnológico. Inserido na lógica de melhorar o serviço ao cliente, é expectável realizar alterações no atendimento do serviço e integrá-lo mais eficazmente no circuito do doente.

No que diz respeito a um outro parceiro tradicional do HP, manteremos a ligação para prestação do serviço de patologia clínica e hematologia e consolidaremos a nova oferta de cardiologia. Pretende-se que a unidade de cardiologia seja uma linha de atuação com relevância nos rendimentos do HP, aproveitando a procura não satisfeita, especialmente no que diz respeito aos MCDT desta especialidade.

Pretendemos ainda manter a parceria com a TRUST para o ambulatório de MFR maximizando as condições físicas e técnicas que as nossas instalações permitem, e maximizando uma linha de atividade com impacto positivo nos rendimentos do HP.

Tendo em vista alargar decisivamente a oferta de cuidados para uma área de intervenção totalmente nova, perspectivamos uma parceria com uma entidade de referência no tratamento da doença oncológica o que permitirá abrir um hospital de dia oncológico no HP e disponibilizar aos nossos doentes tratamentos de radioterapia e medicina nuclear.

Conclusão

O ano que se avizinha, cujo planeamento procuramos evidenciar neste documento, tem dois marcos fundamen-

tais e com impactos nos anos seguintes: a negociação do novo acordo de cooperação com a ARS Norte e a diferenciação do Hospital como fator de competitividade.

Na celebração do novo acordo de cooperação afirmaremos a relação privilegiada com o SNS, em que somos equiparados a um hospital público para efeitos de contratação de cuidados e financiamento dessa contratação e, mais ainda, porque somos reconhecidos pela ARS Norte como um parceiro de primordial importância na oferta de cuidados da região.

Na diferenciação do Hospital faremos uma mudança cultural e de paradigma, valorizando os ganhos em saúde para os doentes, como marco fundamental, acreditando que o modelo de grande volume de produção a baixo custo está esgotado e escolhendo um modelo que seremos escolhidos porque somos diferentes e melhores.



3.3.1.2. Conde de Ferreira

O Centro Hospitalar Conde de Ferreira (CHCF), entre 2002-2022, completa um ciclo de vinte anos, sobre a administração e gestão da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP).

O primeiro relatório e publicação da Organização Mundial de Saúde (OMS), sobre a Saúde Mental, curiosamente, também foram produzidos e disponibilizados há vinte anos, facto que indicia que esta temática, até então, não integrava as agendas, as informações, os planos, os programas e as ações da Saúde dos seus Agentes Mundiais.

Em 2022, o Diretor Geral da OMS declarou, **definitivamente não há saúde sem saúde mental.**

Em 19 anos de gestão da US CHCF, em termos consolidados, a SCMP teve de injetar capital no montante de 37M€, 13M€ em investimentos e 24M€ em resultados acumulados negativos, respetivamente.

Entre 2010/2021, em termos medianos, a performance do CHCF apresentou os seguintes padrões anuais:

N.º de doentes internados	Rendimentos	Gastos
277	6,006M€	(7,175M€)
decréscimos medianos anuais (4,4%)	acréscimos medianos anuais 3,4%	acréscimos medianos anuais 0,2%
		Os gastos com pessoal assumem 57,8%

Quatro Objetivos/Ajustamentos estruturantes ao nível da Saúde Mental

1. Reforçar a liderança e governação da saúde mental | aprofundar o valor e o compromisso:

- Perceber e tangibilizar o valor intrínseco da saúde mental;
- Promover a inclusão social das pessoas com distúrbios mentais;
- Priorizar a saúde mental de igual modo da física;
- Implicar e envolver todos os setores;
- Aumentar o investimento em saúde mental.

2. Reorganizar a envolvente/contexto | Implementar de forma compreensiva e interdependente respostas para a saúde mental pelos setores público, privado e social de base comunitária:

- Rever as características físicas, sociais e económicas dos diferentes contextos da saúde mental, nomeadamente, escolas, locais de trabalho, serviços de saúde, comunidades e natureza.

3. Robustecer o foco/prioridade da Saúde Mental | Implementar a estratégia de promoção e prevenção da saúde mental

- Criar redes de serviços na comunidade;
- Diminuir e encerrar os cuidados assistenciais dos hospitais psiquiátricos;
- Diversificar e ampliar as respostas preventivas;
- Disponibilizar saúde mental acessível a todos;
- Promover cuidados centrados na pessoa, baseados nos direitos humanos;
- Envolver e potenciar as pessoas.

4. Reforçar e integrar os sistemas de informação e promover o conhecimento da saúde mental baseado na evidência científica.

A nível Nacional, pretende-se em geral uma Saúde mental

- Valorizada por todos;
- Que permita uma participação na sociedade sem discriminação e em condições de igualdade;
- Serviços distribuídos e dotados dos recursos em todos os setores;
- Colaboração multissetorial real e ativa, considerando os determinantes da saúde mental;
- Programa de promoção e prevenção estratégicos e operacionais;
- Foco biopsicossocial centrado no equilíbrio e baseado na evidência;
- Centrada na pessoa humana baseada nos direitos humanos e orientada na recuperação;
- Foco na integração dos serviços e setores;
- Serviços coordenados com a cobertura universal da saúde;
- Rede geral de serviços comunitários;
- Saúde mental integrada com os cuidados primários;
- Todos os agentes comunitários e informais atuam de forma coordenada reforçando o apoio às pessoas.



Objetivos/Propósitos do CHCF para 2023

1) AMBULATÓRIO | HOSPITAL DE DIA

- a) Consulta externa;
- b) Centro de Dia de Alzheimer;
- c) Centro de Tratamento da Depressão;
- d) Centro Integrado Terapêutico para doentes do exterior;
- e) Apoio Domiciliário de Saúde Mental;
- f) Unidade Socio Ocupacional.

2) INTERNAMENTO

- a) Consolidação da reestruturação da área de atividade do internamento;
- b) Unidade de internamento de reabilitação/recuperação de curto prazo.

3) DIGITALIZAÇÃO

- a) Desenvolvimento e rentabilização dos processos clínico e administrativo de suporte às atividades assistenciais.

4) GESTÃO DA QUALIDADE

- a) Certificação da US CHCF pelo NP ISO 9001/2015.

5) CONTRATUALIZAÇÃO COM O GOVERNO

- a) Implementação de um modelo equilibrado com identificação clara dos direitos Vs. obrigações das partes interessadas, assente em condições/preços Vs. requisitos/padrões de exigência sustentáveis.

6) IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA/CULTURA DE GESTÃO POR OBJETIVOS

- a) Definição anual de objetivos institucionais, com comunicação e tomada de conhecimento de todas as partes interessadas para melhor planeamento e foco;

7) APROFUNDAMENTO DA CULTURA DE ACOMPANHAMENTO E PARTILHA DA EXECUÇÃO DA PERFORMANCE:

- a) Com base nos objetivos anuais, aferir mensalmente a execução dos mesmos e conjuntamente identificar as medidas necessárias à convergência/concretização das metas;
- b) Efetuar análise de benchmarking interno e externo.



3.3.2. Social, Mulher e Juventude

A área social da Santa Casa da Misericórdia do Porto aglutina um conjunto de unidades operacionais e projetos particularmente distintos a nível da sua natureza, objeto e maturidade de intervenção. O facto de todas estas unidades e projetos se encontrarem sob a mesma estrutura, é o resultado de uma visão estratégica da Misericórdia do Porto que visa o desenho de uma linguagem comum a toda a intervenção, espelhando processos, procedimentos e o desenvolvimento de toda uma cultura organizacional e operacional que, ainda heterogénea, se pretende unificada, ainda que sempre respeitando as idiossincrasias de cada faceta da operação.

Neste sentido, todos os exercícios de planificação são um pretexto estratégico-operacional para repensar este alinhamento, garantindo que todos os *stakeholders* internos refletem acerca da operação, bem como acerca do modo como esta é enraizada no corpo operativo da Misericórdia do Porto.

Esta harmonia coletiva é fundamental por questões estruturais de fundo, mas, igualmente, por fatores funcionais. Quanto mais exigente for o contexto político e económico, mais necessária se torna que a intervenção social seja eficiente na resposta a necessidades crescentemente disfuncionais por parte de quem nos procura. Assim, 2023 prevê-se que seja um ano de elevada complexidade, nos vários domínios:

Externo

- Recuperação e consolidação de uma intervenção social pós pandémica;
- Contexto económico adverso, não propenso a investimentos em novas respostas ou reestruturações das existentes.

Interno

- Necessidade de definir e operacionalizar modelos de gestão alternativa de recursos humanos;
- Necessidade de conciliação entre a operação de cada UO/projeto com a intervenção social global de cada subárea de intervenção;
- Necessidade de consolidar dinâmicas colaborativas entre as diferentes operações da Misericórdia do Porto (Saúde, Cultura, Educação e Social).

Enquanto desafios, 2023 apresenta os seguintes nas grandes áreas de intervenção:

Envelhecimento

- Implementação da estratégia de descontinuação da ERPI Pereira de Lima por forma a garantir uma solução alternativa e com dignidade para os idosos acolhidos naquela UO que, apesar de particularmente acolhedora e com um excelente nível de serviço, é refém da sua própria geografia;
- Consolidação da estratégia para a ERPI SL, com a potenciação da sua capacidade de acolhimento enquanto estratégia de equilíbrio financeiro e sustentabilidade;
- Alargamento, junto da Área Metropolitana do Porto, do programa Chave de Afetos;
- Implementação de programas complementares de apoio/combate ao isolamento sénior (Programa Sempre Acompanhados).

Deficiência e Incapacidade

- Desenvolvimento de um programa de ação para Residências Autónomas para pessoas com deficiência;
- Início da operacionalização de um programa de modernização do Centro Professor Albuquerque e Castro que permita alargar a produção a novos mercados e produtos.

Emergência Social/Risco

- Formalização, junto do ISS, do processo de reconfiguração do acolhimento residencial para jovens na SCMP, num novo espaço, de características familiares;
- Início da intervenção em torno do acolhimento familiar, enquanto nova resposta de intervenção que permita alargar a abrangência do Barão de Nova Sintra;
- Conclusão do processo de articulação com as autarquias para o desenvolvimento de um novo modelo do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social;
- Criação de condições para a implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade na intervenção desta área.

Estes desafios assumem-se como aglutinadores e heurísticos, agregando energias e criando sinergias, fundamentais para a constante inquietação interventiva da área social da Misericórdia do Porto, sempre visando uma intervenção de qualidade e uma satisfação da população servida.

O Departamento e a sua oferta de serviços

O Departamento de Intervenção social (DIS) é a estrutura aglutinadora de todas as *Unidades Operacionais, Serviços, Programas e Políticas de Intervenção Social* no apoio a:

- Crianças e jovens em risco;
- Mulheres vítimas de violência doméstica;

- Pessoas com deficiência e/ou incapacidade;
- Pessoas idosas;
- Pessoas em situação de sem abrigo ou em situação emergência social.

São áreas de atuação do DIS, as seguintes:

ENVELHECIMENTO	DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE	RISCO - EMERGÊNCIA SOCIAL
Acolhimento Residencial ERPI Nossa Senhora da Misericórdia ERPI Pereira de Lima ERPI S. Lázaro	Acolhimento Residencial Lar Araújo Porto	Acolhimento Residencial Colégio do Barão de Nova Sintra
Ageing in Place SAD Nossa Senhora da Misericórdia SAD Manto Azul Chave de Afetos	Atividades Ocupacionais CACI S. Manuel I CACI S. Manuel II CACI S. Manuel III	Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica Centro de Alojamento Social D. Manuel Martins Casa da Rua D. Lopo de Almeida
Apoio Psicossocial EAPS Humaniza	Ensino Escola Especial	Atendimento à Comunidade SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
	Formação FP para pessoas com deficiência e incapacidade	Programas Incorpora Porto Sentido Home4Homeless Consórcio Social de Inserção
	Reabilitação Centro Professor Albuquerque e Castro - Imprensa Braille	

Atualmente, o DIS disponibiliza os seguintes serviços:

Envelhecimento

Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) – Equipamento social que visa o alojamento coletivo, temporário ou permanente, para pessoas idosas em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. Tem como objetivos: a) Proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas; b) Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo; c) Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar; d) Potenciar a integração social.

UO: Nossa Senhora da Misericórdia; Pereira de Lima e S. Lázaro

Serviço de Apoio Domiciliário – Resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

Tem como objetivos: a) Concorrer para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias; b) Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar; c) Contribuir para a permanência das pessoas no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais; d) Promover estratégias de desenvolvimento da autonomia; e) Prestar os cuidados e serviços adequados às necessidades dos utentes (mediante contratualização); f) Facilitar o acesso a serviços da comunidade; g) Reforçar as competências e capacidades das famílias e de outros cuidadores.

UO: Nossa Senhora da Misericórdia

Humaniza – O Programa Humaniza tem como objetivo complementar a resposta existente a doentes em fim de vida e seus familiares, no que concerne às exigências específicas de apoio psicossocial e espiritual de pessoas com doenças avançadas, bem como, de acompanhamento no luto aos seus familiares e apoio às equipas de profissionais que prestam cuidados paliativos. O projeto tem

a duração inicial de 18 meses, renovável anualmente, e é financiado pela Fundação La Caixa em Portugal.

Chave de Afetos – O Programa Chave de Afetos tem como objetivo apoiar idosos, do concelho de Porto, que vivam sós ou em risco de isolamento. Através de uma rede integrada, composta por organizações sociais e entidades Públicas locais, o Chave de Afetos identifica e sinaliza os indivíduos seniores com requisitos para integrarem o projeto, disponibilizando o serviço de teleassistência e acompanhamento pela equipa de voluntariado da Misericórdia do Porto.

Emergência Social

Centro de Acolhimento Social – Resposta social que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada. Tem como objetivos: a) Proporcionar alojamento temporário; b) Satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência; c) Ajudar a definir um projeto de vida.

UO: Centro de Acolhimento Social D. Manuel Martins

Comunidade de Inserção – Resposta social que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de pessoas vulneráveis que necessitam de apoio na sua integração social (sem-abrigo) que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social. Tem como objetivos: a) Satisfazer as necessidades básicas; b) Promover o desenvolvimento estrutural das pessoas/famílias e a aquisição de competências básicas e relacionais; c) Contribuir para o desenvolvimento das capacidades e potencialidades das pessoas/famílias, no sentido de favorecer a sua integração social e profissional.

UO: Casa da Rua D. Lopo de Almeida

SAAS Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social – O SAAS da SCMP integra o programa municipal de acompanhamento social, que assenta numa lógica de intervenção articulada e integrada de entidades com responsabilidade no desenvolvimento da ação social, visando potenciar uma atuação concertada dos diversos organismos e entidades envolvidas na prossecução do interesse público e promover a implementação de novos

mecanismos de atuação e diferentes estratégias de ação em resposta às necessidades sociais.

Tem como objetivos: a) Potenciar a concertação da atuação dos diversos organismos e entidades envolvidos; b) Assegurar a coordenação eficiente de todos os agentes, meios e recursos; c) Promover o desenvolvimento de mecanismos e estratégias no âmbito da intervenção social; d) Reforçar a plataforma de colaboração estabelecida com as entidades que localmente prestam serviços no âmbito da ação social; e) Promover plataformas de colaboração com as entidades com intervenção em áreas complementares ao âmbito da ação social, previamente consensualizadas em sede de Comissão Nacional de Avaliação e Acompanhamento dos Protocolos e Acordos de Cooperação (CNAAPAC); f) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das situações de vulnerabilidade, nomeadamente através da gestão, a nível local, dos programas criados para esse efeito; g) Promover iniciativas de experimentação social que se constituam como novas abordagens de resposta a problemas emergentes identificados nos territórios; h) Concertar a ação de todas as entidades públicas e privadas, estruturas e programas de intervenção na área das crianças e jovens em risco, de modo a reforçar estratégias de cooperação e de racionalização de recursos.

Consórcio Social de Inserção – Consórcio desenvolvido no âmbito da candidatura ao Norte 2020, entre 5 entidades da cidade do Porto: SCMP, CVN, CAIS, CASA, SAOM, com uma direta articulação com o NPISA Porto visando duas atividades: identificação, sinalização e acompanhamento de pessoas/agregados em situação de sem abrigo e capacitação e empregabilidade.

Incorpora – O Incorpora é um programa de intermediação que combina de forma ótima as necessidades do tecido social e empresarial, para assegurar o êxito da inserção laboral na empresa por parte das pessoas beneficiárias do Programa. Está em clara sintonia com o objetivo específico de luta contra a pobreza e a exclusão social estabelecido nos programas-quadro da União Europeia e dos Estados-membros, no âmbito das políticas sociais.

O Programa Incorpora pretende: a) Contribuir para a integração socio laboral de pessoas em situação de risco de exclusão social; b) Oferecer às empresas uma alternativa de responsabilidade social empresarial em integração la-

boral; c) Potenciar a profissionalização e a formação dos profissionais do conjunto de entidades sociais aderentes ao Incorpora; d) Promover territórios socialmente responsáveis, que contribuam para dar respostas às necessidades da pessoa em situação de risco de exclusão social e que favoreçam a igualdade de oportunidades.

Juventude

Casa de Acolhimento Residencial – Estrutura destinada a crianças e jovens até aos 25 anos em situação de perigo, a quem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou o Tribunal tenha aplicado a medida de promoção e proteção de acolhimento residencial. Atualmente, ainda se mantém a designação de lares de infância e juventude, mas serão objeto de reestruturação no âmbito da regulamentação a publicar em breve.

UO: Colégio do Barão de Nova Sintra

Violência de Género

Casa de Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica – Resposta social que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais. Tem como objetivos: a) Proporcionar às mulheres um alojamento seguro e temporário, proporcionando um equilíbrio físico e emocional; b) Promover aptidões pessoais, profissionais e sociais e c) Ajudar as mulheres a tornarem-se progressivamente mais aptas a definir o seu projeto de vida e levá-lo avante.

UO: Casa de Santo António



Organograma



Casa da Rua – D. Lopo de Almeida

A Casa da Rua – D. Lopo de Almeida, enquanto Comunidade de Inserção orientada para o apoio a pessoas em situação de sem abrigo, encontra-se enquadrada no trabalho em rede com o NPISA Porto. Deste modo, pauta a sua ação pela qualidade de serviço, visando o desenvolvimento de esforços para que os seus clientes possam ter acesso a um conjunto de serviços facilitadores de autonomização e, sobretudo, promovam a sua inclusão social.

Os serviços prestados por esta UO visa sempre o superior interesse dos clientes e é implementada tendo em consideração o contexto social do território onde a CR-DLA se encontra integrada. Este trabalho apenas é exequível em rede/parceria com outras Organizações Públicas ou Privadas, como é o caso do Instituto da Segurança Social, a Câmara Municipal do Porto, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, Hospitais e USF do território ou outras Entidades Privadas.

A nível de serviços, esta UO tem como principais serviços:

- Apoio à satisfação de necessidades básicas (alojamento, alimentação e higiene pessoal);
- Apoio psicológico e social, facilitador de equilíbrio e bem-estar;
- Tem, ainda, os seguintes serviços complementares que disponibiliza à comunidade:
 - Cantina social;
 - Lavandaria.

Objetivos Globais

Para o ano de 2023 e tendo por base o trabalho já realizado, a CR-DLA assume os seguintes objetivos macro:

- Garantir as condições de implementação da nova Portaria 324/2021, que regulamenta as Comunidades de Inserção;
- Alargar parcerias com entidades de proximidade que promovam a empregabilidade de cidadãos em situação de vulnerabilidade;
- Promover protocolos de estágio com instituições do Ensino Superior e outras, que permitam o alargamento e consolidação do trabalho técnico.

Objetivos operacionais (específicos)

Como objetivos operacionais, a CR-DLA assume:

- Manter o trabalho em equipa, potenciando os saberes e experiências de cada elemento;
- Consolidar o trabalho em rede e de partilha com o NPISA Porto;
- Alargar a oferta de respostas alternativas para os clientes, a nível do alojamento, saúde ou trabalho;
- Promover e/ou encaminhar para ações de formação/capacitação que acrescentem valor à operação da Equipa.
- Criar Plano de Atividades que reforce a participação cívica e cultural dos clientes,
- Desenvolver esforços no sentido de requalificar os diferentes espaços da UO, em particular os quartos;
- Qualificar as diferentes divisões da CR-DLA;
- Promover um programa de sustentabilidade interno visando a otimização dos consumos de água, luz ou gás.

Principais indicadores e metas:

INDICADORES	META 2023
Total de utentes em alojamento – acordo comunidade de inserção	40
Total de utentes refeições – acordo comunidade de inserção	60
Total de utente refeições – acordo plano de emergência alimentar	34
Total de utentes outros serviços (lavandaria, balneário)	60
Média de utentes – alojamento	20
Média de utentes – refeições	70
Taxa de ocupação	100%
Total de refeições servidas	4500
Almoços	2500
Jantares	2000
Total anual de utentes (alojamento + refeições + outros)	194
Com perfil para trabalho	-
Com perfil para formação	-
Com problemas de dependências	-
Com retaguarda familiar	-
Migrantes	-
Total de ações pedagógicas	6
Total de utentes em formação	-
Total de utentes a trabalhar	-
Total de autonomizações	15
Tempo médio de permanência (meses)	6
Total de reincidências	0
Taxa de satisfação dos utentes	85
Taxa de satisfação dos colaboradores	85
Total de utentes gestão de caso	25
Total de ações de formação em que os trabalhadores da UO participam	5
Total de clientes balneário (externos)	30
Total de clientes lavandaria (externos)	30
Total de clientes correio (externos)	40
Total de clientes acompanhamento psicológico (externos)	10
Total de clientes de serviços de apoio à comunidade (alterar morada, encaminhamentos para outros serviços, etc.)	20

Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins

O Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins (CAS-DMM), com nove anos de existência é uma unidade operacional (UO) consolidada no distrito do Porto. É uma UO dedicada à Exclusão Social e à Emergência Social, com capacidade para 40 utentes (30 vagas temporárias e 10 vagas de emergência para a Linha Nacional de Emergência Social - 144), tendo sido criada com objetivos muito definidos: a) promover o acolhimento de emergência e/ou temporário de indivíduos autónomos adultos ou famílias em situação de vulnerabilidade e desproteção social; b) prevenir uma situação temporária de sem-abrigo; c) desenvolver competências ao nível da organização de vida; d) disponibilizar um tempo e espaço de reflexão para o desenvolvimento de um plano de (re)inserção social e por fim melhorar a autoestima.

Contrariamente às outras entidades congéneres, o CAS-DMM apresenta elementos diferenciadores, concretamente: uma maior capacidade de resposta, uma localização central (com fácil acesso a transportes públicos, bens e serviços, ...). A SCMP tem investido nesta resposta, concretamente com uma remodelação técnica multidisciplinar, que garante aos utentes uma resposta sempre em tempo útil e por fim uma equipa de colaboradores motivada, disponível e assertiva.

A gestão de vagas do CAS-DMM é assegurada pelo Núcleo de Intervenção Social (Unidade de Desenvolvimento Social) do Instituto da Segurança Social (ISS). Esta relação tem vindo a ser cimentada, tentando sempre criar soluções ou alternativas no acolhimento, com uma gestão de quartos bastante dinâmica e rotativa. No que concerne ao apoio dado aos técnicos gestores de processo, tem-se vindo a desempenhar um trabalho, que se quer de excelência, em prol da pessoa em situação de sem abrigo, conseguindo-se, por norma, a autonomização, com competências (re)aprendidas, sendo este um dos objetivos desta unidade operacional.

A nível de parcerias queremos continuar a beneficiar das atividades ocupacionais e lúdico-terapêuticas dos parceiros já existentes e continuar a estar disponíveis para receber estágios da Academia, o que permite acompanhar o saber/conhecimento e permitir uma troca de experiências enriquecedora para toda a comunidade do CAS-DMM.

Objetivos Globais

Para o ano de 2023 pretende-se continuar com a gestão equilibrada, mantendo a qualidade dos serviços prestados, onde se pode destacar os seguintes objetivos:

- Implementar metodologias de gestão da qualidade adequadas à especificidade desta UO;
- Cimentar a articulação com as UO da área do Risco/Exclusão Social (Casa da Rua - D. Lopo de Almeida e Casa de Sto. António);
- Redefinir o modelo de acolhimento, acompanhamento e follow-up do utente na sua saída;
- Formação colaboradores específica e adequada a esta UO;
- Requalificação dos espaços através da modernização dos espaços (PAO 2023);
- Consolidar a rede de parceiros interinstitucionais.

Objetivos operacionais (específicos)

Pretende-se que o CAS-DMM tenha como objetivo operacional uma taxa de ocupação plena (100%), o que obriga a que toda a dinâmica seja particularmente ágil (gestão / limpeza do espaço) para disponibilizar diariamente vagas que estavam ocupadas ao ISS.

Principais indicadores e metas:

INDICADORES	META 2023
Total de utentes em Acordo de Cooperação	40
Média de Utesntes	40
Taxa de Ocupação	100%
Integração em Atividades na Comunidade	20
Total anual de utentes (individuais)	ND
Utentes – famílias	ND
Utentes – crianças (≤ 18 anos)	ND
Utentes – adultos	ND
Caracterização complementar	-
Utentes – ausência de retaguarda familiar	ND
Utentes – más condições habitacionais	ND
Utentes – ex-reclusos	ND
Utentes – expulsos de outras Instituições	ND
Utentes – migrantes	ND
Utentes – refugiados	ND
Utentes – nacionalidade estrangeira	ND
Utentes – agressores	ND
Utentes – vítimas de violência doméstica	ND
Utentes – vítimas de violência género	ND
Utentes – vítimas de violência sexual	ND
Utentes – vítimas de tráfico de seres humanos	ND
Utentes – com terapêutica de substituição de metadona	ND
Utentes – com problemas psiquiátricos	ND
Utentes – com debilidade mental (sem perfil)	ND
Utentes – com deficiência	ND
Utentes – com incapacidade/ dependência (sem perfil)	ND
Utentes – sem perfil de acolhimento	ND
Utentes – acolhidos mais de 6 meses	ND
Tempo médio de permanência (meses)	ND
Total de reincidências	ND
Taxa de satisfação dos utentes	> 80%
Taxa de satisfação dos colaboradores	> 80%

* ND - Não Definido

Casa de Santo António

A violência doméstica é uma realidade que não conhece fronteiras geográficas e sociais, apesar dos esforços de consciencialização essencialmente através de campanhas publicitárias, medidas legislativas e debates públicos.

A CSA é uma resposta de fim de linha que visa proporcionar condições para que a vítima de violência doméstica possa definir um novo projeto de vida, garantido sempre: a confidencialidade e segurança no processo de empoderamento e autonomização. Para a definição do projeto de vida, os agregados familiares acolhidos contam com o apoio de uma equipa multidisciplinar que trabalha as áreas da justiça, do emprego, da formação, da educação, social e da saúde.

Sendo um fenómeno universal, a violência doméstica necessita de um olhar atento e flexível, visando a reconfiguração e/ou complexificação das respostas disponibilizadas.

A experiência evidencia a necessidade de repensar as políticas existentes, dadas as dificuldades crescentes: a) nos acessos à habitação; b) na integração em equipamentos pré escolares, c) nos preços das habitações que são praticados no mercado de arrendamento, d) nas dificuldades em termos de integração dos menores em equipamentos pré escolares ou extra escolar, o que dificulta todo o processo de autonomização.

A experiência da CSA também evidencia, também, a necessidade de dar continuidade ao acompanhamento de alguns destes agregados familiares, mesmo após a sua saída, em condições que promovam a sua total e efetiva independência.

Objetivos Globais

Considerando o longo know-how na área da violência doméstica e tendo como orientação global a obtenção da certificação de serviços de qualidade prestados pela Casa Abrigo, no âmbito da presente participação no processo de auditoria para as Casas Abrigo, da responsabilidade da CIG, considera-se pertinente a implementação dos seguintes objetivos:

- Garantir uma taxa de ocupação máxima da resposta social;
- Capacitar a equipa através de módulos de formação (interna e externa) específicos na área da violência doméstica;
- Fomentar a possibilidade de candidaturas e de intercâmbios internacionais, visando a operacionalização de novas dinâmicas;
- Alargar a articulação em rede visando o estabelecimento de parcerias com faculdades e outras entidades, onde as mulheres se sintam elementos participativos, numa sociedade equitativa e inclusiva;
- Beneficiar as instalações, ao nível das condições de segurança e conforto, em prol de um serviço de maior qualidade.

Objetivos operacionais (específicos)

- Promover um acolhimento de excelência que permita o empoderamento e a autonomização da mulher e dos seus filhos;
- Consolidar os serviços de proximidade, promovendo a qualidade de vida de mulheres e famílias ao nível da independência, participação social e bem-estar;
- Qualificar a intervenção técnica, garantindo formação qualificada e continua na área do acolhimento, do atendimento e do acompanhamento social;
- Restrukturar as atividades de apoio e trabalho de competências da comunidade, suportada por uma equipa multidisciplinar, na área jurídica, do emprego, da educação, e social;
- Desenvolver e diversificar a rede de parceiros;
- Consolidar o alargamento de novas atividades decorrentes das novas parcerias estabelecidas com o objetivo de potenciar o empoderamento das mulheres acolhidas;
- Fomentar a partilha de experiências entre técnicos de instituições congéneres que trabalham a problemática da violência doméstica, através da criação de um fórum / seminário sobre a área da violência doméstica.

Principais indicadores e metas CSA:

INDICADORES	META 2023
Total de utentes em Acordo de Cooperação	15
Média de Utesntes	14
Taxa de Ocupação	≥ 90%
Tempo médio de permanência (meses)	6
Total de acolhimentos em vaga de emergência	8
Tempo médio de permanência em vaga de emergência (dias)	4
Taxa de satisfação dos utentes	≥ 80%
Taxa de satisfação dos colaboradores	≥ 80%
N.º formações a colaboradores	3



Casa de Acolhimento Residencial Barão de Nova Sintra

A Casa de Acolhimento Residencial Barão Nova Sintra visa um acolhimento/ intervenção afetiva, educativa, reparadora, visando autonomizar crianças e jovens (C/J) em risco. Toda esta intervenção encontra-se assente num Modelo de Acolhimento Reparador, com intencionalidade terapêutica, operacionalizado através de uma intervenção técnica-educativa centrada no superior interesse da criança e jovem, na família e na comunidade onde reside.

O projeto educativo visa, por um lado, garantir às crianças e jovens a satisfação das necessidades biopsicossociais e emocionais e, por outro, a construção de um Projeto de vida individualizado, com a participação ativa dos próprios, perspetivando o regresso à família de origem ou a autonomização.

A equipas Técnicas e Educativas atuam como facilitadores da intervenção pela sua multidisciplinariedade, partilha, disponibilidade e produtividade, permitindo uma abordagem de maior proximidade junto da C/J. Esta metodologia remete para uma constante evolução ao nível da organização, estruturação e operacionalização dos serviços.

A proximidade junto dos Stakeholders permite uma atuação diferenciada ao longo do percurso da C/J na CAR, favorecendo o desenvolvimento de competências interpessoais, quer com pares, quer com diferentes interlocutores.

Complementarmente à ação já realizada, a equipa do BNS tem consciência de que o modelo técnico subjacente à intervenção tem vindo a sofrer alterações altamente significativas, sendo o acolhimento residencial entendido, atualmente, como uma resposta de “fim de linha”. Neste sentido, o esforço realizado pela SCMP, no âmbito da operacionalização do seu plano estratégico, permitiu, no ano de 2022, ver aprovada a intencionalidade do ISS em delegar na Misericórdia do Porto uma das três intervenções na zona norte do país ao nível do Acolhimento Familiar. Neste sentido, esta nova tipologia de intervenção será alvo de grande cuidado ao longo de 2023.

Objetivos Globais

Para 2023, a CAR BNS propõe-se a:

- Criar as condições de operacionalização para o início do acompanhamento de famílias, crianças e jovens, no âmbito do Acompanhamento Familiar;

- Garantir, por parte da SCMP, a revisão do Acordo de Cooperação com o ISS, visando a formalização da redução de capacidade para 30 C/J;
- Rever a metodologia de acompanhamento a C/J, por forma a promover um melhor desenvolvimento físico, emocional, mental e social;
- Garantir todas as condições técnicas e funcionais de modo a proporcionar um acolhimento personalizado e securizante para a criança e jovem;
- Promover dinâmicas crescentes de participação ativa das C/J nas dinâmicas de acolhimento;
- Aumentar a percentagem de C/J nas estruturas sociais, culturais e desportivas da comunidade;
- Capacitar as equipas técnicas e educativas da CAR com formação especializada;
- Consolidar a articulação de proximidade com as entidades externas;
- Aumentar a rede de parceiros e parcerias.

Objetivos operacionais (específicos)

- Realizar, pelo menos, um evento que permita angariação de fundos;
- Rentabilizar espaços (aluguer do salão de festas);
- Criar dinâmicas que facilitem a comunicação e transparência entre a equipa educativa e a equipa técnica;
- Promover o contacto regular com as equipas Gestoras dos Processos de Promoção e Proteção;
- Desenvolver ações de formação para a Equipa Técnica e Educativa;
- Integrar as crianças e jovens em atividades na comunidade (andebol, futsal, futebol, natação, escuteiros, entre outras);
- Dinamizar atividades diferenciadas com parceiros (aulas de música, entre outras);
- Monitorizar e avaliar as C/J em contexto escolar;
- Encaminhar as crianças e jovens para Estruturas de saúde adequadas (avaliações psicológicas, psicoterapias e consultas de psiquiatria);
- Dar continuidade à supervisão externa que acontece mensalmente, como forma de aquisição de conhecimento e novas estratégias, para uma atuação mais personalizada e rigorosa;
- Proporcionar momentos de interação da criança e jovem com a sua família de origem, de forma a envolvê-los na tomada de decisão e elaboração do seu projeto de vida.

Principais indicadores e metas - CBNS:

INDICADORES	META 2023
Total de utentes em Acordo de Cooperação	30
Média de Utesntes	27
Taxa de Ocupação	≥ 90%
Integração em Atividades na Comunidade (% residentes)	≥ 80%
Definição e Revisão dos Projetos de Vida/Planos Individuais	100%
Taxa de Execução do Plano de Atividades Mensal	≥ 80%
Taxa de Participação nas Atividades Desenvolvidas na CAR-BNS	≥ 70%
Integração dos jovens	
Jovens integrados em regime regular escolar	≥11
Jovens integrados em percursos escolares alternativos	≥10
Jovens integrados em Mercado de Trabalho/Regime Part-Time	≤3
Tempo médio de permanência (meses) dos jovens com Projeto de Vida de reintegração em agregado familiar	≤24 MESES
N.º Saídas - Encaminhamento para outra resposta	≤2
N.º Saídas - Regresso à Família de Origem	≥6
N.º Saídas - Outra resposta familiar	≥2
N.º Saídas - Autonomização	≥2
Sustentabilidade Financeira	
Eventos de angariação de fundos	≥1
Intervenção	
N.º de ações de formação anual para as Equipas da CAR	≥4
Ações de Supervisão Externa	100%
Taxa de satisfação dos utentes	≥90%
Taxa de satisfação dos colaboradores	≥80%

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

A abordagem a este serviço fica dependente do processo de transferência de competências do poder central para o poder local e respetivo reajustamento.

Na atualidade, as políticas de descentralização assumem, cada vez mais, um papel preponderante na eficácia, eficiência e sustentabilidade das economias nacionais. A sua aplicação é múltipla em várias áreas dos serviços públicos, como a educação, a saúde e o setor social. É neste âmbito que o Centro Distrital do Porto contratualiza com Entidades do Setor Não Lucrativo, nomeadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social, nas quais a Santa Casa da Misericórdia do Porto se insere a operacionalização do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) da Cidade. Este protocolo de cooperação visa promover a implementação de novos mecanismos de atuação e diferentes estratégias de ação em resposta às necessidades sociais.

O SAAS/SCMP assegura o atendimento e acompanhamento, de pessoas e famílias (residentes na União de Freguesia da Zona Histórica e União de freguesias de Lordelo e Massarelos) em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social. Atualmente abrange 1568 pessoas, correspondente a 964 agregados familiares. Desenvolve a sua intervenção com a eficiência que lhe é reconhecida pela Instituições da Cidade e sempre em sinergia com os restantes parceiros, na procura de respostas adequadas aos problemas identificados. Ao longo de 6 anos de operação, identifica-se como principais constrangimentos à Intervenção a ausência de recursos, a insuficiência de respostas sociais e o elevado número de agregados familiares em acompanhamento.

A transferência de competência de gestão para as Autarquias, prevista para 2023 pode significar mudanças ao nível da operação.

Objetivos Globais

- Garantir a qualidade da intervenção;
- Informar, orientar e encaminhar;
- Promover a qualidade de vida e integração social dos indivíduos e das famílias;
- Apoiar, através de metodologias próprias, pessoas/famílias em situação de dificuldade e/ou emergência social;
- Assegurar o acompanhamento social dos indivíduos e famílias no desenvolvimento das potencialidades, contribuindo para a promoção da sua autonomia, autoestima e gestão do seu projeto de vida;
- Mobilizar os recursos da comunidade.

Objetivos operacionais (específicos)

- Participação no Projeto - Modelo Integrado de Acompanhamento e Gestão de Casos (MIAGC), promovido pela CMP;
- Atendimento à comunidade;
- Acompanhamento dos agregados familiares com elaboração de acordos de intervenção (AIS), que evidenciam a qualidade/sucesso da intervenção Técnica;
- Dotar as pessoas/famílias dos meios e recursos que possibilitem a construção de um projeto de vida estruturado e autónomo;
- Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

Principais indicadores e metas:

INDICADORES	META 2023
Número de atendimentos	≥ 6500
Celebração de Acordos de Intervenção (AIS)	≥ 300
Taxa de conclusão com sucesso de AIS	≥ 90%
Número de visitas domiciliárias	≥ 250
Número de ações de âmbito coletivo	≥ 1

Consórcio Social Integrado

O Consorcio Social para a Inclusão, nasce de uma candidatura realizada em 2021 ao Norte 2020, cuja entidade Promotora é a Santa Casa da Misericórdia do Porto, em parceria com: SAOM, CAIS, CASA e Norte Vida.

Este projeto visa o desenvolvimento de Intervenção junto das pessoas em situação de Sem Abrigo da cidade do Porto, cuja ação se insere na “Estratégia Municipal para a Integração de pessoas em situação de S/abrigo 2020/2023”, sendo a respetiva execução efetuada em articulação com o NPISA Porto, promovendo sinergias com o objetivo de maximizar Recursos e elevar o Impacto Social.

Esta candidatura desenhada para a Cidade, objetiva o reforço e qualificação da intervenção técnica (contratação de 5 Técnicos Gestores, 1 Educador de Pares e 1 Psiquiatra), tornando-a mais individualizada o que, promove a relação entre o beneficiário e o técnico e, por consequência melhores processos de adesão; permite ainda solidificar o esforço que a SCMP e parceiros, têm vindo a apresentar “ao longo dos últimos anos” na formação; capacitação e empregabilidade das pessoas em situação de sem abrigo.

Objetivos Globais

- Assegurar o acompanhamento psicossocial das pessoas em situação de sem abrigo da cidade do Porto;
- Promover a Integração laboral das pessoas em situação de sem abrigo;
- Promover o conhecimento sobre o fenómeno.

Objetivos operacionais (específicos)

- Promover a identificação precoce de pessoas em situação de sem abrigo, potenciando uma ação mais ágil e eficaz;
- Facilitar a sinalização e vinculação às estruturas da rede de suporte formal;
- Promover o acompanhamento social, inclusão e cidadania da população sem-abrigo;
- Promover a capacitação através de ações formais/informais de desenvolvimento de competências;
- Angariar potenciais empregadores e oportunidades de emprego;
- Acompanhar os beneficiários integrados no mercado laboral;
- Promover a realização de um Seminário dedicado a esta temática;
- Promover a realização de ações de sensibilização junto da comunidade.

Principais indicadores e metas:

INDICADORES	META 2023
Rececionar sinalizações e avaliar o perfil de empregabilidade	150
Promover a capacitação através da realização de ações formais/informais de desenvolvimento de competências	10
Angariar potenciais empregadores e ofertas de emprego	30
Encaminhar para ofertas de emprego	40
Identificar outras necessidades com vista à inserção em mercado laboral	-
Apoiar a integração laboral	-
Follow-up após colocação em posto de trabalho	50%

Porto Sentido

O Projeto Porto Sentido (PS) é um consórcio entre IPSS que, tendo a Câmara Municipal do Porto como Investidor Social, pretende implementar um programa de promoção de reinserção social para pessoas em situação de sem-abrigo. O SAOM, a SCMP e a Escola Superior de Saúde de Santa Maria desenvolvem este projeto alicerçado em quatro eixos de ação:

- 1) Alojamento em modalidade de apartamento partilhado, de diferentes tipologias.
- 2) Acompanhamento biopsicossocial.
- 3) Formação e capacitação para a autonomização através de diferentes modalidades de formação adaptadas, quer nos seus conteúdos quer na duração, às necessidades dos utilizadores do projeto.
- 4) Mentoria para a empregabilidade, articulação com programas de promoção da empregabilidade de população sem-abrigo e potenciação de uma rede de empresas inclusivas e ações de programa apoiado em mercado normativo.

O PS foi concebido tendo por base os princípios do modelo HOUSING FIRST, que assume que toda e qualquer intervenção com população sem teto necessita de ver ultrapassada as questões de habitação. Contudo, e atendendo ao contexto nacional, o projeto assenta na modalidade de alojamento partilhado. Este facto, inevitavelmente, influencia os resultados obtidos, atendendo à heterogeneidade dos beneficiários, com proveniências distintas e com graus de exclusão e vivências quotidianas significativamente diferentes. Este elemento assume-se como um desafio adicional à intervenção, exigindo da equipa uma permanente reorganização metodológica.

Este compromisso com a incerteza implica que a equipa do projeto esteja perfeitamente alinhada. Se, num trabalho intrainstitucional este alinhamento já é exigente, numa parceria, mais ainda. A equipa do Porto Sentido é constituída por dois elementos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, dois do SAOM e três da Escola Superior de Saúde de Santa Maria. A equipa original do PPS sofreu várias alterações ao longo destes dois anos e 6 meses de existência.

Objetivos Globais

- Desenvolver uma metodologia alternativa que possa contribuir para uma mudança da estratégia na intervenção com as pessoas em situação de sem-abrigo, na medida em que o tipo de resposta que tem vindo a ser utilizada junto desta população não se tem evidenciado eficaz;
- Promover a reinserção efetiva e a independência, face a serviços e a Instituições, de indivíduos e/ou agregados em situação de sem-abrigo;
- Desenvolver e consolidar sinergias internas (Plataforma + Emprego e Incorpora), para reforço das parcerias, ações de capacitação e mentoria dos beneficiários, visando uma intervenção mais integrada;
- Acompanhar 32 utentes a um nível biopsicossocial.

Objetivos operacionais (específicos)

- Garantir a disponibilidade de alojamento de transição para pessoas em situação de sem-abrigo com perfil para integrar o Projeto - Vagas disponibilizadas em apartamentos da SCMP, CMP e apartamentos de renda livre
- Garantir as condições mínimas de conforto adequadas à utilização dos apartamentos a disponibilizar;
- Assegurar acompanhamento Técnico de proximidade junto dos beneficiários;
- Garantir o prazo de execução do projeto previsto em 2 fases de 15 meses cada;
- Promover a integração em medidas ativas de emprego com o objetivo da plena integração profissional;
- Articular com os projetos existentes na SCMP (P+E e Incorpora) no estabelecimento e consolidação de sinergias visando uma intervenção integrada e de capacitação para o emprego;
- Articular com as entidades parceiras do Consórcio no desenvolvimento e consolidação de ações de formação adaptadas às necessidades dos grupos de beneficiários;
- Articular com as entidades parceiras do Consórcio (SAOM) e os Projetos existentes na SCMP (P+E), com intervenção na vertente formativa, visando o investimento a nível formativo e de competências dos beneficiários do Projeto.

Principais indicadores e metas:

INDICADORES	META 2023 (6 MESES)
Total de beneficiários inseridos no projeto	≥ 32
Total de vagas de alojamento disponibilizadas	32
Vagas ocupadas em apartamento Misericórdia do Porto	12
Vagas ocupadas em apartamento CMP	12
Vagas ocupadas em apartamento de renda livre	8
Taxa de ocupação dos apartamentos	100%
Ações de capacitação dinamizadas	1
Total de beneficiários que frequentaram as ações de capacitação ≥ 40	≥ 20
Tempo médio de permanência (meses)	6
Total de autonomizações	30
Beneficiários – em estágio profissional -*	---
Beneficiários – com medida ativa de emprego -*	---
Beneficiários – com contrato de trabalho permanente -*	---
Beneficiários – com contrato de arrendamento -*	---
*Total de beneficiários com um dos indicadores acima mencionados	40



Home4Homeless

A UO Home4Homeless é uma resposta de Apartamentos Partilhados, com Acordo de Cooperação com o ISS, IP, e enquadra-se no trabalho que já vinha sendo desenvolvido pela Misericórdia do Porto e Benéfica e Previdente, no âmbito da intervenção do NPISA, com as pessoas em situação de sem abrigo. Promove uma oferta de habitação estável e integrada, através da disponibilização de apartamentos partilhados, de diferentes tipologias e com carácter, transitório, contribuindo para a integração socioprofissional de pessoas em situação.

Objetivos Globais

- Autonomizar pessoas em situação de sem abrigo;
- Promover a empregabilidade;
- Promover a qualificação da intervenção técnica;
- Desenvolver e diversificar a rede de parceiros.

Objetivos operacionais (específicos)

- Promover a qualidade de vida dos beneficiários (pessoas em situação de sem abrigo) através da integração socioprofissional;
- Incentivar a procura de formações complementares ao seu currículo, assim como por atividades que desenvolvessem as suas potencialidades;
- Potencializar o beneficiário a permanecer em contexto laboral, com contrato, pelo menos durante 6 meses.
- Incrementar hábitos de gestão doméstica, entre os habitantes do mesmo apartamento;
- Realizar acompanhamento psicoterapêutico individual aos/ às utentes desta resposta social;
- Realizar dinâmicas de grupo, entre coabitantes, de forma a promover competências sociais, de gestão e comunicação;
- Organizar a informação qualificada, recolhida pelos diferentes membros da equipa técnica;
- Reunir, quinzenalmente, os membros da equipa técnica, de modo a delinear estratégias de intervenção mais eficazes;
- Promover práticas de trabalho em rede.

Principais indicadores e metas:

INDICADORES	META 2023 (6 MESES)
Total de Beneficiários Inseridos na Resposta	20
Beneficiários Desempregados	< 7
Beneficiário em Formação	< 7
Beneficiários Ativos (emprego)	> 15
Ações de Capacitação / Dinâmicas de grupo	3
Tempo médio de permanência (meses)	12
Total de autonomizações	20

INCORPORA

O Programa Incorpora desenvolve-se no contexto da empregabilidade de pessoas em situação de desproteção/risco de exclusão social. É objetivo deste programa a conciliação do tecido empresarial local, sensibilizando o mesmo para a necessidade de tornar as entidades empregadoras em efetivos agentes inclusivos.

Atualmente o programa Incorpora Portugal trabalha com uma rede de 58 entidades sociais que dão resposta às necessidades de empresas e coletivos vulneráveis.

Objetivos Globais

Implementado em 2018 e sendo uma resposta nova em Portugal, nestes últimos anos o esforço do Programa tem sido no sentido de:

- Sensibilizar e captar o tecido empresarial;
- Capacitar a rede de Técnicos Incorpora e estabelecer formas de articulação/trabalho eficazes visando a maximização dos resultados;
- Sensibilizar os (potenciais) beneficiários para a importância da autonomização através do trabalho.

Objetivos operacionais (específicos)

Para 2023, a equipa Incorpora da Misericórdia do Porto visa:

- Garantir as condições para o alcance dos indicadores definidos e acordados com a Fundação LaCaixa;
- Implementar ações de formação/capacitação que permitam aos beneficiários o acesso mais eficaz e ajustado ao mercado de trabalho;
- Promover o trabalho em Equipa com as restantes Entidades Incorpora;
- Atualizar o desenvolvimento dos objetivos com a Coordenação Nacional do Programa;
- Desenvolver e implementar itinerários de integração ajustados às características e expectativas dos beneficiários e às exigências do mercado de trabalho;
- Promover ações de acompanhamento das pessoas com que tenha celebrado um contrato de trabalho e respetivas empresas onde trabalham;
- Promover a colaboração entre os agentes sociais, associações empresariais e outras entidades de relevo por forma a promover a sensibilização social na integração laboral de pessoas com dificuldade de integração.

Principais indicadores e metas:

INDICADORES	META 2023
Total anual de beneficiários (pessoas atendidas)	135
Empresas visitadas	55
Ofertas geridas	90
Ofertas partilhadas	70
Inserções	60
Diplomados + Competências	40

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Pereira de Lima

A ERPI Pereira de Lima é uma estrutura que se encontra atualmente em funcionamento, com uma capacidade instalada de 25 idosos, abrindo ainda a possibilidade de acolhimento de duas vagas em regime de extra-acordo.

A reduzida dimensão desta unidade, em termos técnicos, permite-nos uma intervenção caracterizada por fortes ganhos junto dos nossos residentes, nomeadamente, ao nível da personalização dos cuidados prestados e através de uma menor rotatividade dos recursos humanos disponíveis.

No entanto, a localização geográfica desta unidade condiciona fortemente a própria intervenção, atendendo a que se encontra na zona histórica de Vila Nova de Gaia, com evidentes limitações de acessibilidade. Como resultado, verifica-se que os residentes vêm diminuídas as suas possibilidades de acesso à comunidade e à vivência plena da sua cidadania, contribuindo para um maior isolamento dos mesmos.

Neste sentido, tem vindo a ser assumido pela Administração a descontinuidade desta resposta social, cujo encerramento está previsto para um futuro próximo. Enquanto alternativa, está em fase de projeto a versão Pereira de Lima 2.0, a ser localizada na cidade do Porto.

Durante o ano de 2023, o Departamento de Intervenção Social, pretende aprofundar e consolidar o projeto técnico a implementar nesta nova estrutura. A oportunidade de construção de raiz de uma nova unidade residencial, irá permitir a introdução de uma componente tecnológica altamente diferenciadora, cujo complemento é, hoje, fundamental para a prestação de cuidados diferenciadores e de qualidade premium.

Neste contexto de reestruturação, destaca-se a qualidade dos serviços prestados, já em linha com o que se pretende ao nível da humanização e personalização dos mesmos, implementada por uma equipa focada, coesa e fortemente motivada para o exercício das suas funções.

Objetivos Globais

- Promover uma gestão equilibrada e responsável, de acordo com o Orçamento, por forma a atenuar o deficit financeiro;
- Prestar serviços de qualidade, humanizados e adaptados às necessidades e expectativas de cada residente, contribuindo para a manutenção da média de satisfação de “muito bom”;
- Facilitar ações formativas relevantes ao quadro de colaboradores, por forma a adquirir/consolidar competências;
- Integrar projetos e metodologias em curso no DIS, por forma a enriquecer e diversificar a intervenção, sempre alinhada com as orientações estratégicas do departamento.

Objetivos operacionais (específicos)

- Promover as condições para a existência de uma transição, que se pretende suave e tranquila de colaboradores e utentes, em face do objetivo institucional de proceder ao encerramento da resposta;
- Assegurar as condições para o desenvolvimento e consolidação do Sistema de Gestão da Qualidade, potenciando uma análise crítica das metodologias implementadas e dos registos inerentes;
- Promover a reorganização do quadro de recursos humanos afetos à U.O, contribuindo para uma gestão mais participativa e eficaz da equipa, e para a promoção de condições que contribuam para a melhoria da oferta de serviços;
- Garantir as condições de atualização de equipamentos básicos, nomeadamente do parque assistencial de modo a assegurar uma maior e melhor qualidade de serviços prestados;
- Inovar a nível da oferta de atividades de desenvolvimento pessoal de acordo com as necessidades dos residentes;
- Acompanhar multidisciplinarmente as redes de apoio sociofamiliar dos residentes.

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Nossa Senhora da Misericórdia

O acolhimento residencial de idosos é uma área fulcral da intervenção social da Misericórdia do Porto. Neste sentido, a ERPI NSM assume-se como uma das estruturas de acolhimento, que tenta pautar a sua intervenção por rigorosos padrões de qualidade e humanização dos serviços.

Este standard de intervenção nem sempre é fácil de alcançar, particularmente em contextos comunitários restritivos como o que temos vivido nestes dois últimos anos. No entanto, a preocupação da ERPI NSM centra-se no futuro e na criação de condições operacionais sólidas e estabilizadas para a prestação destes serviços de qualidade.

Este processo de revisitação da operação, que tem vindo a ser levado a cabo ao longo dos últimos anos, deverá ser continuado. Se, este ano, se verificou uma evidente melhoria das condições técnicas de trabalho, com a renovação completa do parque assistencial da ERPI (com a aquisição de camas articuladas elétricas e respetivos mobiliário de apoio), para 2023, pretende-se reestruturar a metodologia de trabalho, com a introdução de chefias intermédias com formalização especializada em Gerontologia, que visem um acompanhamento diferenciado e uma maior capacitação das equipas operacionais.

Complementarmente a esta dimensão, e reforçando a componente de qualidade operacional, prevê-se que 2023 seja um ano estruturante a este nível, com a continuação do investimento em plataformas e metodologias que facilitem o trabalho das equipas técnicas, por um lado, e aumentem a qualidade do serviço e atividades prestadas, por outro. Assim, o recurso a plataformas digitais de planeamento e realização de atividades ocupacionais e terapêuticas, será uma dimensão chave no processo de transição digital que irá ser consolidado.

A prestação de serviços diferenciados é, igualmente, uma área que a ERPI continuará a explorar, nomeadamente a nível residencial. Esta UO apresenta condições singulares de diferenciação, pelo que se pretende que, ao longo de 2023, a capacidade residencial esteja permanentemente ocupada.

Estas condições de atratividade desta UO estão assentes não só no serviço prestado, mas, também, nas condições físicas da UO que, desde raiz, foi pensada para o efeito. Contudo, a este nível, é importante um processo de reinvestimento, garantindo uma atualização/ modernização

de alguns elementos operacionais, por forma a manter os níveis de atração de clientes e operacionalidade funcional.

Objetivos Globais

- Consolidar uma integração personalizada do cliente, desde a admissão, ao acolhimento pela equipa multidisciplinar e elaboração do Plano Individual e Plano Individual de Cuidados, assegurando a devida monitorização destes;
- Promover o envelhecimento ativo através da realização de dinâmicas que potenciem a autonomia, estimulação e ocupação dos residentes, oferecendo um maior leque de atividades no interior e exterior da ERPI;
- Melhorar a qualidade dos serviços/atividades disponíveis para os clientes através da dinamização da Comissão de Residentes e da promoção do envolvimento dos mesmos, garantindo a sua participação ativa em todas as dimensões do seu projeto de vida e nas dinâmicas da UO;
- Promoção e supervisão do bem-estar e da saúde dos residentes, bem como o reforço do acompanhamento do residente (e significativos) em fim de vida e/ou processo de perda/luto;
- Consolidar modelos de comunicação fluidos entre todos os intervenientes: equipas de trabalho/residentes/famílias;
- Reorganizar/reforçar o quadro de recursos humanos afetos à UO, primordialmente em relação ao reajuste dos rácios de colaboradores, promovendo condições que contribuam para a melhoria da assiduidade e, consequentemente, melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- Manter o estabelecimento de protocolos de estágio com instituições do ensino superior e outras, bem como o reforço de parcerias na comunidade que viabilizem mais experiências culturais e recreativas aos residentes.

Objetivos operacionais (específicos)

- Fomentar a participação dos residentes nas atividades lúdicas e de desenvolvimento pessoal, bem como nas próprias dinâmicas da ERPI;
- Melhorar o grau de satisfação dos residentes, primordialmente em relação ao serviço da alimentação;
- Articular com o DRHFP por forma ao desenvolvimento e implementação de estratégias que mitiguem a instabilidade no quadro de recursos humanos;
- Promover dinâmicas de prestação de serviços, que contribuam para a prevenção do Burnout das equipas;
- Articular com o DGOSI no processo de atualização/modernização da estrutura digital da ERPI, a nível informático e comunicacional.

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas São Lázaro

A Unidade Operacional - ERPI S. Lázaro é uma resposta social de acolhimento residencial para pessoas mais velhas. Prioriza a qualidade de vida das pessoas idosas, mantendo como foco principal o respeito pela pessoa pela sua individualidade, enquanto cidadão pleno de direitos, vivenciando uma fase da vida particularmente relevante no seu percurso e realização pessoal.

Esta UO, continua a desenvolver a sua atividade com condicionamentos resultantes da pandemia, situação económico financeira do país e estado atual do mundo. A nível estrutural, verifica-se uma manutenção da elevada dependência das comparticipações financeiras do Estado, com evidentes implicações para a sua atividade.

A nível funcional, a ERPI centra a sua intervenção visando uma melhoria contínua, alicerçada no trabalho em equipa multidisciplinar e com um ambiente de intencionalidade terapêutica. Neste sentido, as equipas da UO tentam potenciar uma atuação humanizada, personalizada, tendo em consideração as necessidades reais e específicas de cada situação, sempre com os residentes enquanto atores fundamentais do seu processo de envelhecimento e valorando uma ótica de envelhecimento positivo.

Entendemos, igualmente, que o meio familiar e social de origem deva continuar a ser parte integrante da vida do idoso, pelo que se estimula, sempre que possível, a sua manutenção, reforçando as redes de apoio informais (familiares, amigos, vizinhos), que exercem um papel fundamental na manutenção do bem-estar da pessoa idosa, nomeadamente dos mais dependentes.

Objetivos Globais

- Complementar a oferta de serviços base com serviços de carácter temporário, nomeadamente, o Acolhimento Temporário, promovendo condições que beneficiem a sustentabilidade da UO;
- Abertura da Capela de São Lázaro a eventos familiares;
- Redefinir o perfil de Chefias intermedias com vista à modernização dos métodos de trabalho, favorecimento do trabalho em equipa e melhor satisfação das necessidades e expectativas dos residentes, acompanhando a mudança de perfil da pessoa idosa em acolhimento residencial.

Objetivos operacionais (específicos)

- Redesenhar o modelo de intervenção técnica multidisciplinar, consolidando dinâmicas de intencionalidade terapêutica que potenciem a individualidade, autonomia, participação e bem-estar dos residentes;
- Assegurar condições para a manutenção do Certificado de Qualidade, continuando a priorizar a melhoria contínua potenciando uma análise crítica das metodologias implementadas nos domínios da avaliação e monitorização dos serviços prestados;
- Garantir as condições de modernização/atualização de equipamentos básicos e de espaços na ERPI de modo a assegurar uma maior e melhor qualidade nos serviços prestados e a melhoria das condições de trabalho;
- Melhorar o nível de satisfação dos residentes, com principal, enfoque nos serviços de alimentação, hotelaria, segurança e bem-estar;
- Promover a participação ativa dos residentes, na gestão diária da ERPI e integração social;
- Alargar as redes de apoio informais dos residentes (família, vizinhos, amigos e outros);
- Implementar meios e ferramentas digitais que diversifiquem a oferta de atividades aos residentes com vista a uma melhor participação e integração social;
- Capacitar a equipa com ações de formação contínua em contexto de trabalho que promovam competências para gestão de conflitos, de stress, relacionamento interpessoal, comunicação, assertividade, resiliência, escuta ativa e inteligência emocional;
- Alargar a rede de parceiros na área da Cultura (Museus, Teatro, Música, Exposição);
- Potenciar o voluntariado;
- Promover condições que permitam alargar o estabelecimento de protocolos de estágio com instituições do ensino superior e a consequente criação de sinergias.

Principais indicadores e metas - ERPI:

INDICADORES	ERPI NSM	ERPI SL	ERPI PL
Total de utentes Acordo de Cooperação	60	50	25
Taxa de ocupação média – Acordo de Cooperação	≥ 95%	≥ 95%	≥ 95%
Capacidade real Zona Residencial	11	19	0
Taxa de ocupação média – Zona Residencial	≥ 90%	≥ 60%	--
# médio de utentes Extra-Acordo	8	24	1
Taxa de utentes com Plano Individual	100%	100%	100%
Taxa de elaboração/revisão dos Planos Individuais	100%	100%	100%
Taxa de registo dos cuidados prestados/recusados conforme PIC	≥ 70%	≥ 70%	≥ 70%
Taxa de execução do Plano de Atividades	≥ 85%	≥ 85%	≥ 85%
Taxa de participação média nas atividades do Plano de Atividades	≥ 70%	≥ 70%	≥ 70%
Taxa de satisfação dos utentes com a alimentação	≥ 4	≥ 4	≥ 4
Nível de Satisfação dos Utentes	≥ 4	≥ 4	≥ 4
Taxa de satisfação dos colaboradores	≥ 80%	≥ 80%	≥ 80%



Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas, em contexto de domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto, formalmente, desenvolve dois SAD – Manto Azul e Nossa Senhora da Misericórdia – ainda que ambos funcionem como um único serviço.

De um ponto de vista global, o SAD tem-se assumido como uma estrutura fundamental nesta conjuntura atual de pandemia. A Misericórdia do Porto assumiu que o SAD deverá ser um serviço de soluções para problemas sociais emergentes, nomeadamente aquelas geradas por falta de apoio por parte de outras entidades ou garantindo alguns serviços, independentemente do definido em Acordo de Cooperação com o ISS, de modo a garantir que vai ao encontro das necessidades reais dos utilizadores.

Verificou-se, neste sentido, uma alteração de perfil no cliente que recorre ao apoio domiciliário. Tratam-se de pessoas mais dependentes, mais isoladas e com menor retaguarda familiar. Se este facto já vinha a ser verificado anteriormente, com o confinamento ficou patente que os clientes recorrem ao SAD como último recurso, precisando, assim, de mais cuidados, o que tem um impacto direto no tempo despendido pelas colaboradoras com cada cliente.

Do ponto de vista operacional, o SAD encontra-se em processo de reestruturação, com vista à fusão dos dois Acordos de Cooperação existentes com o ISS. Este processo tem implicado positivamente na operação, dado terem sido reformuladas as instalações do SAD.

Objetivos Globais

- Divulgar a Resposta Social de SAD na Comunidade envolvente, aumentando a promoção dos serviços prestados e, consequentemente, o aumento da sua procura, com o objetivo de assegurar o aumento da frequência de utentes na resposta;
- Complementar a oferta de serviços base com serviços de carácter facultativo e com uma componente de retribuição financeira, promovendo condições que beneficiem a sustentabilidade da UO;
- Melhorar o modelo de organização de SAD e solucionar os problemas sinalizados em tempo útil;
- Aumentar o nível de satisfação dos clientes com o SAD, mais concretamente ao nível do serviço de Alimentação;
- Reforçar e/ou atualizar o sistema de registo de informação, ou seja, possibilitar uma elevada taxa de registo dos serviços prestados, através da integração na plataforma ANKIRA.

Objetivos operacionais (específicos)

- Concorrer para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias;
- Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;
- Contribuir para a permanência das pessoas no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais;
- Promover estratégias de desenvolvimento da autonomia;
- Prestar os cuidados e serviços adequados às necessidades dos utentes (mediante contratualização);
- Facilitar o acesso a serviços da comunidade;
- Reforçar as competências e capacidades das famílias e de outros cuidadores.

Principais indicadores e metas:

INDICADORES	META 2023
Total de utentes em Acordo de Cooperação	60
Média de utentes	≥ 55
Taxa de Ocupação	≥ 85%
Média de serviços prestados	≥ 3
Média de serviços obrigatórios prestados	≥ 3
Média de serviços complementares prestados	≥ 1
Taxa de utentes com Plano Individual de Cuidados	100%
Taxa de registo dos cuidados prestados/recusados conforme PIC	85%
Nível de Satisfação com o Serviço de Alimentação	≥ 3,5
Total de Saídas	
Saídas - Encaminhamento para outra resposta	ND
Saídas - Regresso à Família de Origem	ND
Saídas - Outra resposta familiar	ND
Nível de Satisfação dos Utentes	≥ 4
Taxa de satisfação dos colaboradores	≥ 80%

* ND - Não Definido



Chave de Afetos

Após sete anos de existência, como solução integrada para a erradicação do isolamento sénior, o Chave de Afetos foi reconhecido, pelo Portugal Inovação Social, pelo seu potencial empreendedor, tendo sido alvo de apoio financeiro no âmbito do Programa de Parcerias para o Impacto, durante o período 2018-2021. Após a verificação do seu contributo para a resolução do problema social, com o apoio de um estudo de avaliação de resultados e impacto social, foi negociada a sua continuidade, para um período de três anos com quatro municípios (Vila Nova de Gaia, Maia, Valongo e Vila do Conde) e para um período de 13 meses, com um quinto município (Porto).

A meta situa-se na abrangência de 1400 idosos em situação de isolamento social e carência económica, com um plano financeiro de sustentabilidade assente no esforço financeiro das autarquias e recursos da SCMP.

Prevê-se que seja necessário avançar para outros parceiros/ clientes para a implementação do Programa, por forma a manter a meta estabelecida, sem alteração dos recursos estabelecidos.

Objetivos Globais

- Manutenção e crescimento;
- Reforço/ consolidação da rede de parcerias;
- Sustentabilidade financeira;

- Valorização do envelhecimento em casa e na comunidade - Aging in place;
- Valorização da rede de voluntariado;
- Qualidade do serviço;
- Admissão de clientes com capacidade financeira, considerando a necessidade e capacidade de pagamento pelo serviço;
- Transformação das políticas sociais.

Objetivos operacionais (específicos)

Os objetivos do Chave de Afetos são o crescimento e a sustentabilidade, considerando a melhoria das ações atuais. Pretende-se uniformizar e melhorar a solução, através da capacitação dos stakeholders, da validação das tecnologias introduzidas, melhorar a gestão de voluntariado e dinamizar a rede de trabalho com os parceiros, por forma a dar resposta a mais idosos, prevenindo os riscos do isolamento.

- Monitorizar e caracterizar os beneficiários;
- Promover a contratualização da solução;
- Capacitar gestores de casos;
- Colaborar na admissão e acompanhamento dos casos
- Integrar voluntários, em colaboração com os gestores de casos;
- Capacitar voluntários, em colaboração com entidades locais;
- Avaliar o serviço;
- Divulgação de resultados.

Principais indicadores e metas:

INDICADORES	META 2023
N.º de beneficiários no ativo	1400
N.º de clientes (particulares) no ativo	80
N.º de visitas domiciliárias realizadas	600
N.º de voluntários envolvidos	130
N.º de ações de capacitação/ acompanhamento para técnicos	10
N.º de ações de capacitação/ acompanhamento para voluntários	10
N.º de relatórios de execução por município	4

Programa Humaniza

EAPS - Equipa de Apoio Integral a Pessoas com Doença Avançada

O Programa Humaniza atua a nível nacional e pretende reforçar o apoio integral a pessoas com doença avançada e seus familiares, no sentido de tornar os cuidados paliativos uma parte exemplar de apoio humanizado na saúde e na sociedade em geral.

Com a celebração de um Protocolo entre a Fundação La Caixa e o Ministério da Saúde, através de IPSS como a Misericórdia, para intervenção no Grande Porto. A criação de Equipas de Atenção Psicossocial visa reforçar e complementar a intervenção das Equipas de Cuidados Paliativos Recetoras que prestam cuidados intra-hospitalares e na comunidade, aumentando desta forma o acesso dos cidadãos a este tipo de cuidados. Em situação de doença avançada, as EAPS facilitam aos doentes e famílias a adaptação a uma situação de grande impacto emocional, oferecendo o apoio necessário, tanto na doença como no processo de luto, permitindo que os familiares/cuidadores lidem da melhor forma possível com a perda do seu familiar. Às equipas envolvidas no programa será dada especial importância à prevenção do stress e do desgaste dos profissionais, projetando-se atividades dirigidas ao apoio destes técnicos. Para além do enriquecimento profissional dos técnicos da EAPS, com a frequência de ações de formação específicas, será ainda possível especializar a resposta junto dos clientes das Respostas Sociais da Misericórdia do Porto, quer nas Estruturas Residenciais para Idosos, quer no domicílio.

São objetivos para 2023:

- Consolidar a atividade assistencial, demonstrando a necessidade do apoio psicossocial e espiritual na doença avançada e no final de vida. Neste sentido, o alargamento da cobertura a outras equipas recetoras é importante porque permite acompanhar a doentes e familiares com necessidades paliativas que não chegam aos serviços de paliativos;
- Promover a sustentabilidade do Programa, mantendo uma comunicação fluida e apresentando os resultados de atividade às partes interessadas, com uma cadência bianual;
- Manter um nível de registo na plataforma em tempo real (no prazo máximo de 48 horas após a intervenção), bem como garantir o correto registo do encerramento de doentes, familiares, lutos e grupos.
- Facilitar a especialização dos elementos da EAPS em áreas específicas de atuação: pediatria, luto, espiritualidade, EM, ELA,...
- Acompanhar novas Entidades Recetoras de tipologia - ERPI.

Objetivos operacionais (específicos)

Cada linha estratégica do Programa inclui as áreas cruciais a trabalhar através de objetivos operacionais, concretamente:

- Apoio Psicológico;
- Apoio Social;
- Voluntariado;
- Apoio Espiritual;
- Apoio no Luto.

Principais indicadores e metas:

INDICADORES	META 2022	RESULTADO 2022 (MÊS 6)	META 2023
Total de doentes atendidos	1565	1275	A definir pela FBLC
Total de familiares atendidos	1810	1503	A definir pela FBLC
Total de situações de luto acompanhadas	265	145	A definir pela FBLC
Total de atendimentos realizados	3640	2923	A definir pela FBLC
Total de ações de formação/sensibilização a voluntários	0	2	A definir pela FBLC
Total de horas de ações de formação/sensibilização a voluntários	12	12	A definir pela FBLC
Total de voluntários envolvidos nas ações de formação/sensibilização	10	5	A definir pela FBLC
Total de ações de formação/sensibilização a profissionais	0	2	A definir pela FBLC
Total de horas de ação de formação/sensibilização a profissionais	0	2	A definir pela FBLC

Monitorização e avaliação

De acordo com os indicadores e metas definidas, As UO e projetos do DIS irão ter o seu trabalho monitorizado de forma sistemática, utilizando, para o efeito, os seguintes instrumentos:

- Reporte e análise mensal de indicadores de execução (físicos e financeiros);
- Elaboração e partilha trimestral, com a equipa central do DIS, de relatório de execução de indicadores operacionais.

Este processo permitirá identificar, em tempo útil, desvios ao planeado, bem como possíveis ações de melhoria ou corretivas a realizar.

No caso dos projetos e UO que têm já implementado um sistema de avaliação de impacto, é esperado que, no final do ano, seja realizado um estudo de avaliação do mesmo.



3.3.3. Educação

3.3.3.1. Colégio de Nossa Senhora da Esperança

O Colégio é uma unidade operacional com uma especificidade própria. Sendo uma escola, apresenta o seu Plano de Atividades Pedagógicas para o ano letivo, isto é, de setembro de 2022 a agosto de 2023.

O Plano Anual de Atividades visa a consecução dos seguintes objetivos:

- Prestar uma educação e um ensino de qualidade;
- Investir na inovação tecnológica em contexto de sala de aula, de relação com os encarregados de educação e nos serviços de apoio;
- Aumentar os níveis de satisfação dos nossos alunos e potenciar as suas capacidades;
- Aprofundar a aplicação da flexibilidade curricular
- Consolidar os resultados obtidos em provas nacionais;
- Continuar com a renovação/requalificação da cozinha;
- Requalificar os espaços exteriores;
- Promover um atendimento de proximidade e qualidade;
- Aprofundar os procedimentos de gestão e controlo da área financeira;
- Equilibrar o resultado financeiro do Colégio.

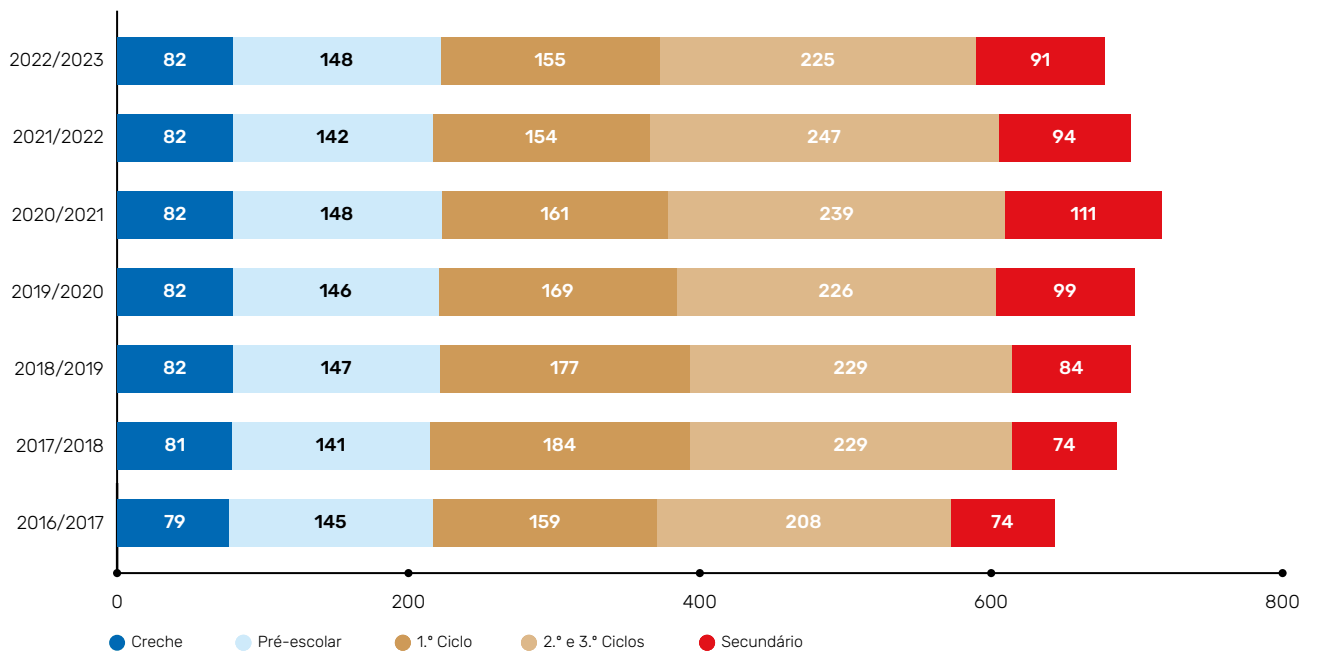
O ano letivo 2022/2023 iniciou com uma redução de cerca de 15 alunos (aproximadamente 2%), resultado sobretudo da decisão de não manter em funcionamento uma terceira turma de 5.º ano. Ao nível da Creche e do Pré-escolar, o CNSE conseguiu uma taxa de ocupação praticamente total. Também regista um pequeno crescimento no 1.º Ciclo e uma ligeira redução no Secundário.

O Colégio preparou-se para o ano letivo 2022/2023 orientado para: desenvolver de forma integral cada uma das suas crianças e dos seus alunos, contribuindo para a autonomia de cada um e para a consolidação de um cidadão responsável e interventivo na sociedade, e promover a qualidade e a excelência das aprendizagens dos seus alunos. Para o concretizar temos em mente: promover a estabilidade, criar mais e melhores condições nas infraestruturas e assentar a nossa intervenção em cada criança / aluno, na sua identidade, nas suas capacidades e competências. A qualidade do nosso serviço atestamos com o reconhecimento, no final do ano letivo 2021/2022, com os resultados obtidos nos exames nacionais de 2021. No Porto, apenas fomos superados por duas escolas privadas. Nas 635 escolas secundárias do país, ficamos com o 9.º melhor registo em Matemática A, 10.º melhor registo em Português e 11.º melhor registo em História A.



Alunos

Poder-se-á observar a evolução do número de alunos desde 2016/2017 através do gráfico seguinte:



	2016/2017	2017/ 2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023
Creche	79	81	82	82	82	82	82
Pré-escolar	145	141	147	146	148	142	148
1.º Ciclo	159	184	177	169	161	154	155
2.º e 3.º Ciclos	208	229	229	226	239	247	225
Secundário	74	74	84	99	111	94	91

Recursos Humanos

Iniciámos o ano letivo 2021/2022, dando cumprimento a todas orientações inerentes à pandemia de Covid-19, para que as normas fossem cumpridas para segurança e bem-estar de todos. As equipas de profissionais que integram esta Unidade Operacional revelaram o seu potencial na entrega e no profissionalismo, para que cumpríssemos, comprovando-se com a atribuição do Certificado V-Safe, pelo segundo ano consecutivo. O quadro do Colégio foi reforçado por três ajudantes de ação educativa, essenciais para garantirem o bem-estar, segurança e vigilância das nossas crianças/alunos, bem como dois docentes. O ano de 2022/2023 dá continuidade a uma estrutura hierárquica assentada numa linha horizontal que agrega cada área de intervenção do Colégio.

Plano para 2023

Atingir o objetivo do equilíbrio financeiro do Colégio, implica um crescimento substancial das receitas e / ou uma redução significativa das despesas. O aumento da receita ter-se-á que efetuar quer pelo aumento do número de alunos, que não implique o aumento do número de turmas, quer pelo aumento das mensalidades e da prestação de serviços acessórios à nossa atividade principal. A aposta na diversificação das atividades extracurriculares, nas visitas de estudo, nos programas de atividades de férias, nos serviços de alimentação, reprografia e papelaria visam o aumento da receita. A redução da despesa procurar-se-á com um controlo mais efetivo sobre todos os gastos, procurando usar de toda a parcimónia nas aquisições necessárias e de extrema responsabilidade nos mais variados consumos.

Os dois acordos da Creche e os dois acordos do Pré-escolar mantêm-se praticamente no máximo da sua lotação. No que concerne ao 1.º Ciclo, tem-se mantido a dificuldade em garantir a transição integral dos alunos do pré-escolar. Desenvolver-se-ão ações de promoção da nossa oferta, procurando aumentar o número de alunos neste ciclo. No que concerne aos 2.º e 3.º Ciclos também procuraremos um incremento do número de discentes. Relativamente ao ensino secundário, o incremento será mais difícil, atentando ao elevado número de alunos que terminará o 12.º ano, contudo serão também desenvolvidas ações que nos conduzam a uma atração de alunos condizentes com os resultados que alcançamos nas provas externas.

Os investimentos efetuados nas instalações, a aposta na constituição de um quadro de docentes com experiência e a aposta ao nível da formação / requalificação dos ajudantes de ação educativa vão permitir recolocar o colégio entre os estabelecimentos que melhores condições oferece na zona central do Porto. Temos ainda como projeto próximo a criação de mais um espaço de recreio e um campo de jogos, junto ao atual parque de estacionamento. Prevê-se ainda o arranque das obras da terceira fase da recuperação integral do edifício antigo, com a transição das creches no rés-do-chão.

A qualidade do serviço prestado é o aspeto mais importante para a atração de alunos. Manter-se-á a oferta de formação complementar em Expressão Musical, Expressão Físico-Motora e Educação Científica, no Pré-escolar. Ao nível do 1.º Ciclo, a aposta em áreas fundamentais como as Ciências e Matemática, concretiza-se com a disciplina de oferta de escola CiênciaMat, complementada com atividades de enriquecimento curricular que visam uma formação mais completa. Orquestra Orff, no âmbito da música; Olhares Artísticos, na área das Artes Visuais, Programação e Som e Imagem, no âmbito da utilização das novas tecnologias. Nos 2.º e 3.º Ciclos, 2022/2023 marca o regresso dos clubes, como momentos de formação complementar aos nossos alunos. O enfoque estará na consolidação de conhecimentos cuja aprendizagem tenha sido afetada com as condições especiais vividas pelos nossos alunos no período de pandemia. Ao nível do ensino secundário, continuar-se-á um caminho que visa estabelecer protocolos de cooperação com o ensino universitário público e/ou privado e o ensino politécnico. Pretende-se “trazer” o conhecimento para o Colégio e “transportar” os nossos alunos até ao conhecimento. Pretende-se diferentes abordagens, em contextos distintos do habitual, para trabalhar áreas de extrema importância, concretizando-se a diferenciação pedagógica que se exige para o alcance do sucesso.

Manter-se-á a participação em projetos como o Super-Matik, Olimpíadas da Matemática, Química, Física, Biologia e Economia, Projeto Matemática Ensino (Universidade de Aveiro), Escola Amiga da Criança ou Eco-Escolas. Como forma de promover a leitura, a par da abertura da Sala de Leitura, decorrerá o projeto “10 minutos a ler”, garantindo que todos os alunos dedicam um pequeno período diário à leitura. Cientes da importância de áreas emergentes

como a programação e a robótica, manteremos uma parceria com a Academia de Robótica, que traz uma primeira abordagem aos nossos alunos do 3.º ao 12.º ano. Cumprindo com a dimensão da formação integral de um aluno do Colégio de Nossa Senhora da Esperança, promover-se-ão programas de solidariedade, levando os nossos alunos a experienciar verdadeiras ações de promoção do bem social, bem como atividades diversas com o intuito de fomentar o respeito pelo próximo, a sensibilidade para com o meio ambiente, materializando ainda momentos que promovam as datas festivas e a relação escola-família.

Com o intuito de fomentar a aproximação do Colégio às famílias e elevar o nível de formação de toda a comunidade educativa, vão os Serviços de Psicologia e Orientação Vocacional promover ciclos de debates, para os quais convidarão profissionais qualificados para participação e dinamização. Com os alunos do ensino secundário concretizar-se-á o Projeto “Contruindo um projeto de sucesso”, que visa o acompanhamento, aconselhamento e ajuda na descoberta dos vários e do melhor caminho para cada um dos nossos alunos.



Para além das regulares atividades letivas e de enriquecimento curricular, o Colégio proporcionará atividades extracurriculares potenciadoras de algum incremento da receita. Em 2023 funcionarão aulas de *ballet*, *karaté*, *ensino de piano*, *de guitarra e violino*, *inglês*, *dança criativa*, *ioga*, *babyioga*, *musicoterapia*, *introdução à patinagem* e *introdução à robótica*.

As atividades desenvolvidas no Colégio de Nossa Senhora da Esperança visam a concretização da missão do estabelecimento, cumprindo com as obrigações perante os seus utentes e alunos. Procurando a sustentabilidade financeira por via do crescimento, da redução da despesa e da eficácia dos seus serviços, a evolução em cada uma das áreas atrás expostas visa a prossecução dos referidos desideratos.





3.3.4. Ensino Especial e Apoio à Deficiência

3.3.4.1. Centro Integrado de Apoio à Deficiência | Instituto Araújo Porto e Instituto S. Manuel

O CIAD disponibiliza aos seus clientes cinco áreas de intervenção cujo objetivo primordial se centra na inclusão na comunidade através de experiências (culturais, sociais e cívicas) diversificadas.

Atualmente dá resposta a cerca de 150 clientes nas seguintes valências: Escola de Ensino Especial (6 alunos); Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), com 90 clientes; Lar Residencial com 28 residentes; Formação Profissional com 53 formandos (atualmente estão em funcionamento os cursos de Cozinheiro, Operador de Jardinagem, Atividades de Vida Hoteleira, Tratador de Equinos e Carpinteiro de Limpos) e o Centro Professor Albuquerque e Castro (CPAC) - Imprensa Braille, que tem como objetivo a produção em Braille de materiais diversos, que possam contribuir para uma integração do cidadão cego, visando uma cidadania plena.

Desde 2017 que o CIAD exerce um trabalho articulado de capacitação institucional, com o objetivo de melhorar o serviço prestado, recorrendo a novos projetos, dinâmicas e parceiros de *benchmarking* e *benchlearning*, quer a nível nacional quer internacional. Neste sentido, é possível afirmar que esta UO se encontra perfeitamente integrada na comunidade onde opera, sendo um agente respeitado pela intervenção que realiza.

O ano de 2023, a nível operacional será caracterizado, fundamentalmente, pelos seguintes desafios:

- Concluir o processo de adaptação do CACI à nova legislação enquadadora;
- Aumento da Escola Especial, por forma a garantir uma equipa pedagógica constituída por dois docentes;
- Consolidação do trabalho de sustentabilidade realizado pelo CPAC;
- Aumento da rede de parceiros e parcerias, visando a melhoria da oferta de serviços prestada.

Objetivos Globais

Para o ano de 2023 e tendo por base o trabalho já realizado, o CIAD assume os seguintes objetivos macro:

- Apresentação de Plano de Ação para o desenvolvimento de uma Residência Autónoma, a desenvolver na antiga casa do diretor do Instituto Araújo Porto (atual Casa de Cedofeita);
- Em articulação com o CHCF, explorar a possibilidade de desenvolvimento e apresentação de um CACI dedicado a situações de duplo diagnóstico (deficiência e doença mental);
- Dar cumprimento à transição de CAO para CACI cumprindo as novas orientações do Decreto-Lei 23/2021;
- Desenvolver ações no sentido de reforçar a presença do CIAD em parcerias relevantes à concretização da sua missão de inclusão, tanto de âmbito nacional como internacional;
- Continuar o desenvolvimento e implementação de projetos de inovação com o objetivo de contribuir para a inclusão socioprofissional dos seus clientes, sensibilização da comunidade para importância da inclusão e reforço do papel e imagem da SCMP enquanto agente social de referência;
- Desenvolver novas parcerias com entidades de proximidade que sejam potenciadoras da criação de novas oportunidades de atividades ocupacionais na comunidade;
- Promover o acesso a novas tecnologias com acesso à internet.
- Promover o Desporto e Atividade Física Adaptada como uma das áreas de intervenção primordiais na promoção de hábitos de vida saudáveis e bem-estar físico e emocional dos clientes através da aquisição de equipamentos e materiais desportivos no âmbito de apoio financeiro da Fundação Decathlon.

Lar Residencial

- Contribuir para a sustentabilidade da resposta social através do desenvolvimento de atividades de Verão, abertas à comunidade, e financiadas por particulares tais como a caminhada pela inclusão;
- Reestruturar e adaptar espaços internos do CIAD, de forma a tornar o Lar um espaço de pertença para quem reside na UO, com vista a momentos de lazer e relaxamento;

- Dar continuidade a ações de Focus Group, no sentido de uniformizar procedimentos nas dinâmicas de Lar e capacitar o grupo de cuidadores no “cuidar” nas diferentes vertentes (implementar o Manual de Boas Práticas; registro do PIC em Ankira);
- Promover a atualização e aperfeiçoamento das competências profissionais dos colaboradores, através de ações de formação/sensibilização;
- Desenvolver programas de estimulação cognitiva, com vista à estimulação e manutenção de diferentes domínios cognitivos, sobretudo em clientes com idade mais avançada;
- Promover o empoderamento no grupo de residentes através de grupos de auto-representantes, com o objetivo de envolver ativamente os clientes no funcionamento, dinâmicas e atividades de lar residencial, visando a responsabilização, autonomia e funcionalidade.
- Promover momentos personalizados de cuidado e aprumo pessoal, através de aquisição de artigos de vestuário, calçado e beleza, de acordo com os gostos pessoais dos clientes, com vista à capacitação e autonomia.
- Desenvolver novas atividades de lazer, nomeadamente desportivas, culturais e de hobbies pessoais durante o período privilegiadamente associado ao momento de lar/casa (final de tarde e fins de semana), enquanto estratégia de consolidação do projeto Erasmus+ Leisure Skills.
- Criar condições de acesso a novas tecnologias (equipamentos) e internet, respeitando as condições de cyberssegurança, garantindo a participação em atividades de lazer.
- Reestruturação e reorganização do sector da rouparia, com vista à otimização do espaço, organização das roupas/calçado/acessórios e pertences dos clientes e da roupa de casa.
- Promover um acompanhamento médico e clínico dos residentes de lar, de acordo com suas necessidades, ajustadas à patologia, idade, género, histórico clínico do cliente e familiar e queixas sinalizadas, em estreita colaboração com a equipa da UNISA.
- Em articulação com o gabinete jurídico e entidades governamentais competentes, garantir que todos os clientes que se encontram sob a tutela do CIAD tenham os seus direitos assegurados e a atualização de todas as componentes legais: cartão de cidadão; atestado multíusos e Estatuto do Maior Acompanhado. Sensibilizar os familiares/responsáveis legais dos residentes da importância garantir as questões acima mencionadas.

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

- Reestruturar a resposta de CACI segundo o novo enquadramento legal, quer através da adaptação das dinâmicas ocupacionais na comunidade como através da reformulação do quadro de recursos humanos definidos pela nova portaria;
- Fomentar a criação de novas parcerias com entidades da comunidade envolvente para a integração de clientes com níveis de autonomia e funcionalidade adequados à sua integração em Atividades Socialmente Úteis/Estritamente Ocupacionais;
- Desenvolver uma ferramenta de comunicação com as famílias/comunidade que promova o conhecimento real das dinâmicas internas e externas da resposta de CACI;
- Reorientar a resposta de CACI para a comunidade, dando a conhecer as suas especificidades através da criação de momentos de acolhimento e intercâmbio das diferentes entidades da comunidade envolvente;
- Integrar e criar, nas ofertas ocupacionais do CACI, novas oportunidades de desenvolvimento da expressividade, improvisação, expressão corporal e artística dos clientes, através da criação de um grupo de expressão dramática;
- Otimizar os instrumentos de comunicação interna, nomeadamente o ANKIRA, ao nível da monitorização das atividades e na consciencialização dos objetivos definidos em plano individual tanto para as áreas ocupacionais como para as áreas técnicas;
- Implementar e sedimentar, junto da equipa de cuidadores, os procedimentos genéricos para a prestação de cuidados gerais e para o acompanhamento das atividades ocupacionais, através da criação de um manual de procedimentos para a resposta de CACI;
- Desenvolver, através da execução do Plano Estratégico Ocupacional 2023, projetos internos que promovam novas estratégias de intervenção entre os diferentes contextos ocupacionais do CIAD, bem como o potencial de articulação com outras UO do DIS;

Escola Especial

- Promover condições para a manutenção da equipa de EE, composta por dois docentes do ME, dois cuidadores e dois terapeutas especializados a meio tempo, garantindo a frequência de, no mínimo, seis alunos. A importância de manter os mesmos elementos prende-se com o facto do grupo de EE se caracterizar por ter fragilidades e sensibilidades que influenciam a sua estabilização comportamental;
- Promover sinergias com as diferentes valências do CIAD, através da partilha de intervenção técnica especializada nas diferentes áreas e dos espaços alocados preferencialmente a determinadas respostas;
- Realização de Plano Individual de Transição em duas respostas diferenciadas de acordo com o perfil de saída do aluno: Formação Profissional ou Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão;
- Promover saídas à comunidade estruturadas e livres de acordo com o plano curricular. As primeiras têm por objetivo promover conhecimento e competências na comunidade, uso de transportes públicos, ida aos correios, à loja do Cidadão e conhecer serviços sociais e da comunidade como hospitais e farmácias. Inclui-se ainda, saídas ao supermercado para promoção de competências

de vida diária, bem como, a espaços de lazer ao ar livre que promovam a socialização e o relaxamento;

- Promover atividades de lazer durante o mês de julho, através da criação de experiências diferenciadas e enriquecedoras ao nível da aquisição de competências e da socialização, que mesmo em contexto de lazer, são de grande importância para os alunos

Formação Profissional

- Manter os cursos iniciados e sua gestão, por forma a que decorram com as condições necessárias nos diversos contextos formativos;
- Otimizar o processo de monitorização e manutenção dos dossiers técnico-pedagógicos e financeiros;
- Otimizar os circuitos internos e mecanismos de articulação entre serviços da SCMP, na gestão do projeto de FP, por forma a agilizar procedimentos que permitam uma maior eficiência na execução do projeto;
- Desenvolver parcerias com as diferentes UO, que se revelem potenciadoras na integração de RH por via da realização de estágios e formação prática em contexto protegido.
- Iniciar o novo projeto de formação (POISE 19), que se encontra a aguardar aprovação de candidatura.



Principais indicadores e metas:

CIAD – Global

INDICADORES - CIAD		META 2023
Total de clientes (LAR, CACI, EE)		≥ 97
Total de clientes (Formandos)		60
Taxa de execução das atividades do Plano Individual (PI)		≥ 85%
Grau de cumprimento dos objetivos do PI		≥ 80%
Taxa de sucesso do PI (grau de concretização de objetivos ≥ 85%)		≥ 75%
Total de cursos com financiamento aprovado (POISE)		6
Taxa Global de Satisfação		≥ 80%
Taxa de satisfação de colaboradores		≥ 75%
Taxa de satisfação de clientes		≥ 85%
Taxa de satisfação de famílias/ significativos		≥ 85%
Taxa de satisfação de <i>stakeholders</i>		≥ 90%
Tipologias de ações de responsabilidades social		≥ 7
Total de parcerias		≥ 132
Projetos de inovação		≥ 3
Taxa de execução do Plano de Atividades		100%
Taxa de sucesso do Plano de Atividades		≥ 85%



Indicadores de LaR, CACI e EE:

INDICADORES 2023	LAR	CACI	EE
Total de clientes	28	90	≥ 6
Clientes em Acordo de Cooperação	28	90	--
Clientes sem Acordo de Cooperação	2	0	--
Taxa de execução das atividades do Plano Individual (PI/PEI)	≥ 85%	≥ 85%	≥ 90%
Grau de cumprimento dos objetivos do PI/PEI	≥ 80%	≥ 80%	≥ 90%
Taxa de sucesso do PI/PEI (concretização de objetivos ≥ 85%)	≥ 75%	≥ 75%	≥ 85%
Psicologia (sessões)	≥ 130	≥ 300	≥ 100
Terapia Ocupacional (sessões)	--	≥ 400	≥ 440
Fisioterapia (sessões)	--	≥ 800	≥ 80
Terapia da Fala (sessões)	--	≥ 40	≥ 340
Atividade Física Adaptada/Psicomoetricidade (sessões)	--	≥ 300	≥ 40
Hipoterapia (sessões)	--	≥ 40	≥ 40
Clientes em atividades ocupacionais no exterior	≥ 3	≥ 4	--
Saídas à comunidade	≥ 200	≥ 50	≥ 65
Taxa de execução das atividades	100%	100%	100%

Indicadores da FP:

INDICADORES 2023	META 2023	
	POISE 307 2019-2023	POISE 19 2022-2025
Total de cursos com financiamento aprovado	2	6
Total de clientes (formandos)	26	60
Formandos Operador/a de Jardinagem	17	10
Formandos Carpinteiro/a de Limpos	9	--
Formandos de Cozinheiro	--	10
Formandos de Agente em Geriatria	--	10
Formandos de Auxiliar de Serviços Gerais	--	10
Atividades de Vida Hoteleira	--	10
Volume anual de formação (horas)	20.000	80.000
Taxa de execução física do projeto	≥ 85%	≥ 45%
Execução financeira anual da candidatura (€)	489 803.70€	----- €
Execução financeira global da candidatura (€)	497 049.31€	----- €
Taxa de execução financeira do projeto (€)	≥ 90%	----- €
Clientes com continuidade interna	0	60

Centro Professor Albuquerque e Castro

O Centro Professor Albuquerque e Castro tem como objetivo a produção em Braille e em Dupla Leitura (Braille e tinta em simultâneo) de materiais diversos, que possam contribuir para uma integração do cidadão cego, visando uma cidadania plena e, concomitantemente, aumentar a consciencialização sobre a importância do Braille como meio de comunicação.

Só uma sociedade que inclui *todos*, pode concretizar o seu verdadeiro potencial permitindo, assim, o pleno exercício dos direitos de cidadania enquanto corolário de um País que se quer mais justo, mais solidário, e respeitador da diversidade enquanto fator de riqueza, contemporaneidade e de progresso.

O CPAC tem desenvolvido a sua ação num contexto de pós-pandemia onde os seus efeitos ainda se fazem sentir (aumento do custo de matérias-primas, escassez de matéria-prima, absentismo provocado pelas ondas de surtos de COVID-19 que continuam a emergir), estando ainda a recuperar da crise. Neste sentido, e em virtude deste contexto, o CPAC, apesar de ter um plano estratégico aprovado para a modernização do seu equipamento, continua a laborar com as máquinas existentes, que estão ultrapassadas e obsoletas, e que não permitem a obtenção de maiores ganhos de eficiência, nomeadamente ao nível da produção de revistas.

Este fator cumulativamente com as instalações, são os dois maiores entraves ao potencial de crescimento da Unidade e que se afiguram como determinantes para o ano de 2023.

Objetivos Globais

Para o ano de 2023 e por forma a cumprir o desígnio para o qual existe, bem como para procurar inovar nos serviços e produtos que presta, atuais e futuros, o CPAC propõe-se a:

- Desenvolver ações inovadoras como meio de ultrapassar os constrangimentos operacionais identificados e garantir o seu equilíbrio financeiro e respetiva autossustentabilidade, nomeadamente através de possíveis parcerias com o Ministério da Educação através da Direção Geral da Educação, na transcrição para Braille de livros escolares ou outras campanhas que possam emergir no combate à Exclusão;
- Realizar a 4.ª fase de transcrição e impressão de manuais escolares em Braille para Moçambique em parceria com a Porto Editora;
- Manter a produção da revista Visão Braille em 2023;
- Consolidar o Projeto WOOK, que teve o seu Kick-Off em 2022;
- Procurar segmentos de mercado nos quais o CPAC se posicione de forma única.

Objetivos operacionais (específicos)

Face ao portefólio de maquinaria atualmente disponível no CPAC – este fator é o “game changer” para novas oportunidades de negócio e novos produtos –, o principal objetivo operacional é manter a operação equilibrada financeiramente.

Para isso, o subsídio atribuído pelo Instituto da Segurança Social é fundamental pois permite suportar parte da operação de produção e distribuição de forma gratuita das revistas Poliedro, Rosa-dos-Ventos, calendários civis e desportivos pelos assinantes que os solicitam.

A produção da revista Visão Braille assume também um papel importante nos objetivos operacionais para 2023 bem como a produção dos manuais escolares para a 4.ª classe em Moçambique.

A continuação de transcrição de livros para Braille e/ou Dupla Leitura continuam a ser dois focos importantes na atividade do CPAC ganhando esta linha de atividade ainda mais relevo face à parceria com a WOOK.

Principais indicadores e metas:

INDICADORES - CIAD	META 2023
Poliedro (unidades/ano)	8.250
Enigma (unidades/ano)	350
Rosa-dos-Ventos (unidades/ano)	6.380
Visão Braille	9.000
Produção de novos livros (unidades)	20
Produção de novos livros (volumes)	60
Reimpressões de livros previamente produzidos	175
Reimpressões de livros previamente produzidos (volumes)	470
Produção de livros Porto Editora (unidades)	4
Produção de livros Porto Editora (volumes)	29.250

Ações e recursos necessários

Ao nível das ações e dos três tipos de recursos necessários (físicos, humanos e financeiros), para a concretização do Plano de Atividades, destaca-se:

- a. **Recursos Físicos** – Avaliar a mudança de instalações para local mais apropriado para o desenvolvimento da atividade; harmonizar os equipamentos informáticos em uso e respetivos softwares, visto que os atuais já apresentam limitações várias; avaliar a forma de reduzir os níveis de humidade existentes na unidade uma vez que os níveis atuais danificam, quer os equipamentos, quer o papel.
- b. **Recursos Humanos** – Face à atividade “standard” do Centro e para a qual ele está estruturado, os recursos humanos estão ajustados, no entanto num cenário de transição tecnológica, poderá ser necessário efetuar algum ajuste à estrutura de recursos humanos.
- c. **Recursos Financeiros** – Por forma a que seja possível uma alteração da oferta de serviços e produtos, será necessário dotar o CPAC de outro tipo de equipamentos que permita desenvolver e produzir outro tipo de trabalhos. Neste ponto destaca-se a aquisição de equipamento específico de impressão Braille – AzonMatrix – que permitiria imprimir Braille em vários tipos de superfície, tais como, madeira, pedra, pvc, vidro, cerâmica, metal entre outros.



3.3.5. Desenvolvimento Agrícola

3.3.5.1. Quinta d'Alva

Atualmente vivemos um momento complexo, desafiante e nunca anteriormente vivido pós pandémicos e guerra Rússia Vs Ucrânia.

O preço dos produtos agrícolas na sua maioria manteve-se igual para o produtor, mas os custos dos fatores de produção subiram 30 a 50%, obrigando a uma gestão mais cuidada e refletida.

A dimensão e complexidade da Quinta d'Alva em simbiose com a diversidade climática de cada ano impedem corrigir todas as imperfeições no curto prazo, somos impulsionados para um processo de melhoria contínua.

A necessidade de mão de obra e custos elevados obrigam-nos a refletir e abandonar os tradicionais processos em prol de tecnologia. A produção competitiva, levou ao abandono das tradicionais formas de exploração com necessidade elevada de mão de obra, é necessário apostar numa política de gestão sustentável, reduzindo custos, reduzindo mão de obra e apostar em tecnologia.

O ano de 2021 e 2022 foram anos de mudança para a Quinta d'Alva a aposta em tecnologia (trator, com arco, vibrador e apara frutos) veio colmatar a lacuna de valorização do fruto em tempo útil, atraso e ausência de trabalhos, levando a plantas mais débeis, menos produtivas e mais expostas a situações de risco.

A manutenção da quinta com os 8 colaboradores e em momentos de pico de trabalho era insustentável por sobreposição dos trabalhos, em 2021 saíram 3 colaboradores e em 2022 apenas iniciou uma colaboradora, passamos de 8 colaboradores para 6 ou seja uma redução de 25%.

Em momentos mais críticos passamos a contratar serviço externo (com custo inferior à contratação de 1 colaborador) assegurando uma melhoria funcional de toda a quinta, objetivando melhores resultados com menos custos no curto e medio prazo.

Analisando os resultados anuais ao longo dos anos, é possível constatar que ao nível dos custos não existem gran-

des flutuações, mas a receita apresenta um ano melhor, um menos bom e assim sucessivamente.

Acreditamos que as medidas anteriormente implementadas venham permitir proporcionar melhores resultados, complementando com reconversão das vinhas, plantações de amendoal, adubações das culturas, melhorias nos sistemas de rega e gestão da água.

O potencial do retorno das culturas pode estar mascarando com a sobreposição do processo operacional e funcional uma vez que a sobreposição dos trabalhos impedia fazer as operações no seu devido momento, acarretando custos mais altos e desgaste das plantas.

A solução da colheita da azeitona viu-se resolvida com a aquisição do trator, arco e apara frutos em 2021, uma vez que nunca foi valorizada toda a azeitona. O ano de 2022 não pode ser exemplo uma vez que não existe azeitona, nem na Quinta d'Alva nem nos concelhos envolventes.

A ausência de azeitona e o desfasamento entre custos atribuídos por projeto de reconversão das vinhas e os custos atuais leva-nos a adiar maioritariamente os investimentos planeados e apostar em podas de renovação das oliveiras (uma vez que não há produção) e resolução de problemas de rega.

Em 2023 acreditamos que os custos com contratação de Serviços externos para elaboração de podas da vinha venham reduzir para metade por libertação de mão de obra da colheita de azeitona.

A adubação da vinha e a despampa/desladroar são custos que vamos ter de manter para assegurar melhores condições e sucesso da vinha.

Estas medidas contribuem para a quantidade e qualidade das produções no curto e médio prazo.

Os citrinos têm apresentado produção abaixo da espetável resultante de problemas de nutrição (magnésio, ferro e azoto), em 2022 era para serem aplicados adubos para a resolução do problema, mas a pouca precipitação e o excesso de calor obrigaram-nos a adiar para início de 2023 a aplicação do adubo. Pretende-se colmatar a falha de 200 laranjeiras que morreram e nunca foram substituídas em 2022.

O amendoal está decrépito, os porta enxertos apresentaram-se no fim de vida, mas estamos a criar novas áreas e replantar as falhas com plantas dos nossos viveiros. Para 2023 esperamos plantar 5000 amendoeiras dos nossos viveiros.

A retirada de cortiça virgem dos sobreiros estava programada para 2022, mas uma vez que é mais prioritária a intervenção da poda de renovação do olival ficará projetada para 2023.

Os choupos uma vez que se apresentam em crescimento apenas são executados trabalhos de limpeza dos caminhos envolventes, mas serão consultadas empresas de madeira para a sua venda em 2023.

Quanto ao improdutivo e áreas abandonadas que todos os anos requerem manutenção sem retorno devido aos incêndios foram traçadas medidas no plano estratégico a longo prazo, mas a área será gradualmente plantada com recurso a plantas de amendoeira criadas em viveiros na própria Quinta.

A ausência de capacitação tecnológica até ao momento tem impedido de apostar em força em novas plantações, pois agravaria a situação com efeito bola de neve de sobreposição de trabalhos, daí se projetarem novas plantações para momento posterior.

O lagar é um equipamento que deve laborar em contínuo para obter rentabilidade, as pequenas colheitas diárias levam-nos a perdas de tempo de limpezas entre laborações e azeites sem grande qualidade. Pretende-se em 2023 a criação da marca para rotular o azeite e azeitona de conserva de modo a gerar valor acrescentado.

Uma vez que a quinta possui um vasto número de oliveiras centenárias poderia elaborar-se um azeite apenas dessas oliveiras e vender-se a um preço bastante aliciante, pois além de vender o azeite vendia-se a história, pois pretende-se recriar as histórias da Quinta ou locais para marketing dos produtos.

Todo este processo de modernização é necessário pois uma quinta desta dimensão não possuiu uma marca, o que lhe retira valor.

A transformação do azeite e azeitona embalada sempre foram vendidos sem ter em consideração qualquer legislação, se a transformação é a forma de conseguir o maior retorno económico a legalização seria uma mais-valia para a loja on line e criação de novos mercados.

Os painéis foto voltaicos têm vindo a amortizar o seu investimento, mas começa a justificar o autoconsumo ao invés da venda. Em 2023 serão estudadas medidas de forma a poder valorizar a produção de energia por autoconsumo.

A par destes problemas funcionais a rega é de extrema importância, o mau aproveitamento de tanques, dimensionamento dos sectores, pressões desadequadas dentro dos sectores, incorporação de resíduos no sistema e mau aproveitamento da água das nascentes, sobreposição de motores para bombeamento a cotas inferiores ao segundo motor são situações a resolver.

As problemáticas da rega traduzem-se em diferente porte das plantas com igual idade, bem-estar da planta, quantidade e qualidade do fruto.

O efeito bola de neve gerado por sobreposição de trabalhos tem vindo a promover a falta de valorização destes equipamentos e obtenção de retorno em vida útil.

Na vertente dos apoios agrícolas devemos acompanhar o seu ritmo, tirando o máximo proveito em função do contexto e enquadramento da exploração e estudar um projeto de renovação do sistema de rega do olival velho.

Temos conseguido nos últimos sete anos a distinção em modo de produção biológico, mas a cultura da vinha difícil em modo de produção biológico, mas em 2023 vamos ter novo quadro comunitário e que deve ser cuidadosamente estudado de modo a valorizar a quinta.

A par da componente agrícola temos o hotel composto por 5 quartos e uma envolvente única, necessário alargar horizontes e perscrutar todo o potencial e recursos, nomeadamente: transformação de produtos, hotelaria, lazer.

A fruta que se estraga por ausência de escoamento e outros produtos que não compense enviar para os departamentos centrais da SCMP pode ser transformada em compotas sendo mais um produto à disposição na loja online.

Uma vez que o hotel se reveste de alguma beleza, localização díspar e espaço envolvente com características históricas, paisagísticas, ambientais, onde são servidos pratos típicos da região deve ser valorizado.

A falta de divulgação do hotel leva à ausência de clientes sendo necessário dinâmica, promovendo a divulgação interna através da página WEB da SCMP e loja online, podendo-se criar pacotes ou fins de semana temáticos.

Os problemas elétricos e ar condicionado têm vindo a condicionar em muito a frequência e divulgação do espaço.

A cultura da ameixa, pêssago e figo ainda não estão a ser valorizados na sua totalidade por ausência de quantidade que justifique o transporte, a valorização passa pela elaboração de compotas. Devem ser avaliadas variedades com produções planeadas, rentabilizando ao máximo de produtos hortícolas através do envio para os departamentos centrais da SCMP.

Está a ser estudada uma parceria com uma empresa de turismo para recepção, lanche, jantar, venda de produtos da Quinta/ outros gourmet, visitação da Capela e lagar.

Esta medida irá criar uma dinâmica diferente e valorativa da Quinta e dos seus espaços e equipamentos realizando receita para amortizar os investimentos realizados.

Sabemos onde estamos e onde queremos chegar, urge a necessidade de planear fixar metas e resultados, monitorizar para poder melhorar continuamente.

Apesar de se implementarem melhorias ano após ano, estamos muito longe da competitividade e produtividade, perdurando falhas no processo produtivo, especificamente relacionadas com ausência de meios tecnológicos, fatores de produção e colheita.

A gestão dos trabalhos com a melhoria tecnológica e mudança no quadro de Recursos Humanos conduz-nos a:

- Colheita de azeitona (outubro novembro, dezembro)
- Poda da vinha (dezembro, janeiro, fevereiro e março) – Em 2023 esperamos reduzir 50% custos de contratação externa;
- Despampa da Vinha extensa (abril, maio, junho) – Em 2023 os custos irão manter-se.

A par dos trabalhos anteriores:

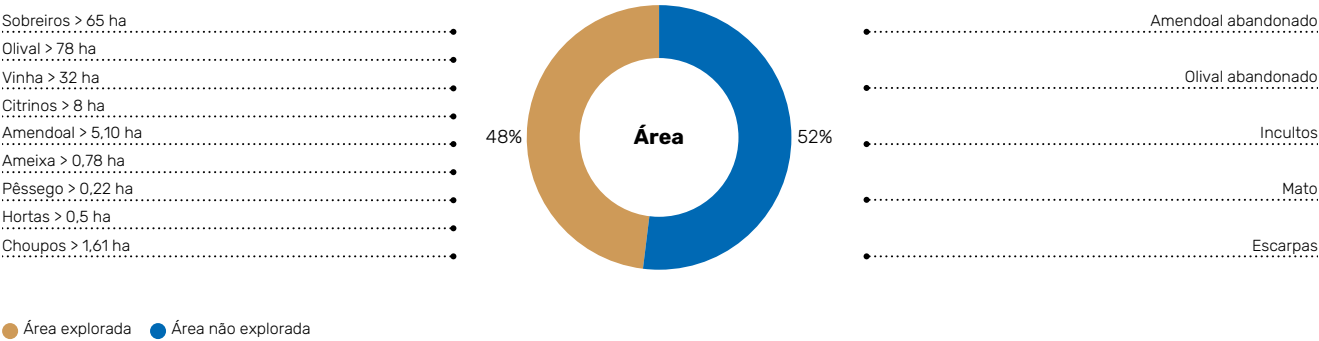
- Substituição de arame e postes partidos da vinha;
- Replantação das falhas de plantas e enxertias;
- Adubações;
- Lavouras;
- Correção de anomalias no sistema de rega;
- Arranjos nas paredes caídas;
- Corte de bravos do olival;
- Podas do olival, citrinos, amendoal, ameixeiras, pessegueiros e figueiras;
- Tratamentos fitossanitários;
- Manutenção de jardins e espaço envolvente às casas;
- Arranjo e limpeza de caminhos;
- Manutenção diária do sistema de rega;
- Novas plantações;
- Avarias no sistema de rega;
- Avarias em tratores;
- Trabalho de escritório;
- Trabalho de hotel;
- Limpeza das nascentes;
- Plantação e manutenção de hortas;
- Manutenção dos tratores.

Até 2022 não se conseguem realizar maioritariamente o segundo trabalho referido por ausência mão-de-obra absorvida na totalidade por parte dos primeiros trabalhos que se afiguram prioritários, mas a melhoria tecnológica veio criar outra dinâmica e libertação de tempo para a realização da maioria.

A Quinta d'Alva situada em pleno Douro vinhateiro e coração do Parque Natural do Douro Internacional apresenta uma área de aproximadamente 400 hectares.

No sentido de perceber a realidade da Quinta d'Alva é de extrema importância perceber que dos 400 hectares: **193 hectares são explorados (SAU) e 207 hectares não são explorados.**No seguimento do presente trabalho serão analisadas em separado a área explorada e não explorada.

ÁREAS EXPLORADAS E NÃO EXPLORADAS



Área cultivada improdutivo com cultura

A cultura do sobreiro pode ser encarada como improdutivo, na exposição a sul não se verifica aptidão ao desenvolvimento da cultura, com exceção de 9 hectares que se situam na serra que têm exposição a norte.

Perante o atual estado de arte torna-se insustentável a manutenção da área 65 hectares de sobreiros expostos a Norte devido à reduzida densidade e porte. Deste modo, é impreterível uma decisão uma vez que o abandono cria área a mato e um incêndio pode por em causa as outras culturas.

A substituição da cultura mediante autorização do ICNF seria a melhor solução.

Área Improdutiva por falta de cultura ou cultura abandonada

No que concerne à área improdutiva por falta de cultura existem 3 tipos, áreas de caminhos, áreas sem qualquer cultura onde foi arrancada vinha, áreas de olival e amendoal abandonados.

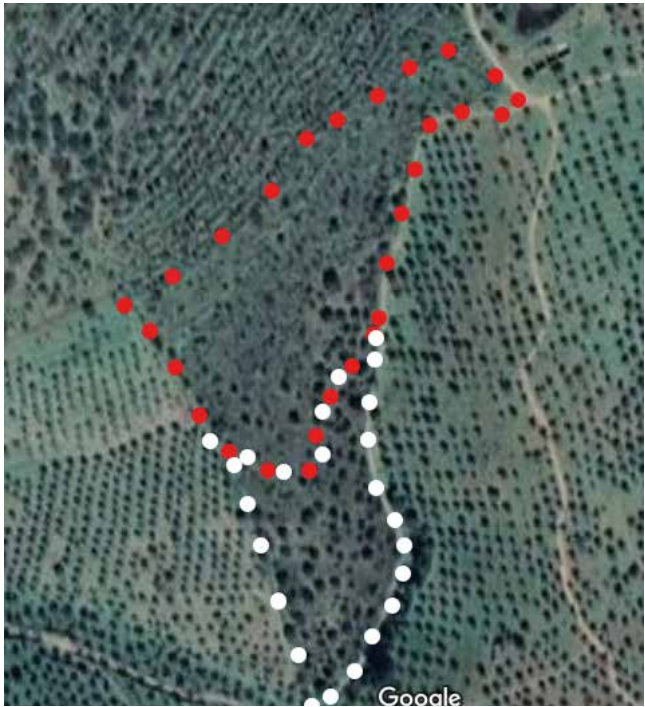


Ilustração n.º 1 – Área a branco representa olival abandonado em recuperação e área a vermelho sem qualquer tipo de cultura

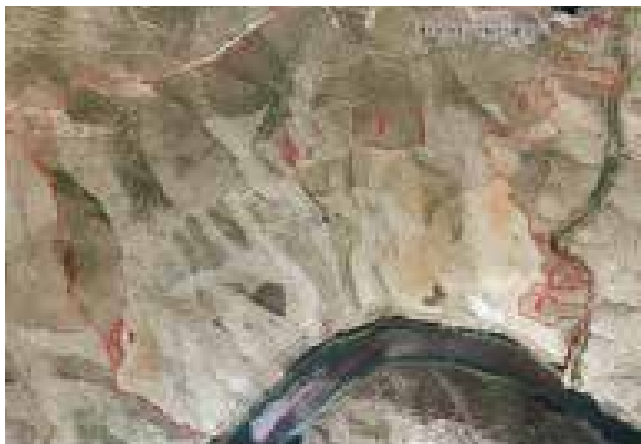


Ilustração n.º 2 - Áreas olival abandonado e em recuperação

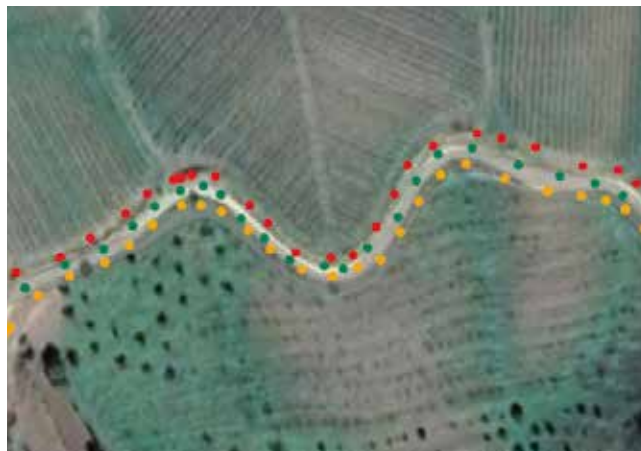


Ilustração n.º 4 - Caminhos paralelos onde poderia instalar-se algum tipo de cultura e onde já se iniciou a plantação de amendoeiras.



Ilustração n.º 3 - Área sem qualquer tipo de cultura no meio do laranjal

Além das ilustrações aqui apresentadas são de notar que existe ao longo de toda a extensão da quinta 3 caminhos paralelos entre a vinha e o olival, pelo que não contabilizam para os subsídios, mas que carecem de limpeza, logo custos de manutenção sem qualquer benefício.

Salienta-se que além destas áreas existem muitas outras com viabilidade para plantar, mas devido às áreas selecionadas apresentarem melhores condições, os restantes terrenos poderão ficar para os anos 2023 a 2024 com reestruturação da Quinta d'Álva a médio e longo prazo.

Área improdutiva devido a fatores geológicos, e orográficos

O Douro vinhateiro devido à sua orografia remete a atividade agrícola para exploração do terreno em socacos, já noutros casos as **escarpas e afloramentos rochosos impossibilitam de todo a atividade agrícola.**

É de referir que a quinta não se pode focar apenas na vertente agricultura, deve olhar para todas as possibilidades nomeadamente explorar o turismo de natureza, aliado ao hotel, culto e gastronomia.

A Quinta e seu espaço envolvente revestem-se de um património histórico, paisagístico e Biodiversidades únicos, que aliados ao lazer (pesca, caminhadas, passeios de barco e participação em atividades agrícolas) podem fazer da visita um palco de sensações único.

A observação de aves em muitos países é um complemento perfeito para a agricultura, sem grandes custos e nos rochedos da Quinta nidificam várias espécies em vias de extinção.

No que diz respeito às hortas é de salientar que existem 0,5 hectares que têm sido aproveitados para hortícolas para suprir necessidades do hotel e venda aos colaboradores.



Ilustração n.º 5 - Áreas de horta

Ao longo destes anos viemos a realizar experiências e sabemos quais os produtos agrícolas com boa aptidão e escoamento assegurado na instituição.

CULTURAS

Olival | Área: 78 hectares

O olival é a cultura que deveria proporcionar um retorno igual ao da vinha, mas a forma de exploração conduz-nos para o desinteresse pela cultura.

O tempo de colheita com recurso a uma máquina vibradora é igual se a planta tem 5 ou 20 kg.

Deste modo, os custos de produção apenas podem ser reduzidos se colhemos o fruto em período útil e encurtarmos o período de colheita, evitando o efeito bola de neve para a época seguinte.

O efeito bola de neve gerado conduziu-nos a um trabalho ineficaz, sem eficiência e com efeitos desastrosos no processo produtivo do ano e ano vindouro.

A demora na colheita da azeitona levava à ausência de podas, corte de bravos e poda da vinha tardia, empurrando-nos todos os anos para um patamar impossível de proporcionar rentabilidade e estar preparados para situações de risco.

Ultimamente temos vindo a proceder a podas e corte de bravos de aproximadamente 30 hectares, ou seja, afolhamento a 3 anos. A ausência de podas, adubações e corte dos bravos conduz a um esgotar progressivo das plantas, declínio e alternâncias de produções.

Desta forma, as plantas não podiam proporcionar o seu máximo rendimento, para tal é imprescindível executar podas de renovação devido ao excesso de madeira envelhecida o que dificulta a passagem da seiva e morte da rama produtiva.

A ausência de plantas em algumas áreas não impede que os custos e os trabalhos sejam quase os mesmos, mas, com rentabilidade inferior. Os custos de rega e lavoura são os mesmos, o que difere são os custos de poda, limpeza dos bravos e colheita.



Ilustração n.º 6 - Fraca densidade do olival

Existiam áreas que não apresentam qualquer cultura no meio do olival, o que acabava por ser lavrado anualmente ou bianual para não criar mato evitando incêndios, mas temos vindo a fazer plantações de amendoeiras.



Ilustração n.º 7 - Área sem qualquer cultura na envolvente do olival

Existem períodos críticos em que a rega é imprescindível, para obter maior quantidade e qualidade. A reduzida pluviosidade no Inverno impede as plantas de se recompor entre a colheita e a floração. Os invernos e primaveras chuvosos são favoráveis ao desenvolvimento da azeitona.

Os setores 7, 8 e 9 apresentam cotas a que a água não chega devido ao reduzido caudal, o que visualmente se pode ver pelo reduzido porte das plantas, nas zonas onde a água chega as plantas apresentam-se com o triplo do porte.

Sector 7 - 7,647 ha

Sector 8 - 3,608 ha

Sector 9 - 8,564 ha

Há que salientar que nesta área o sistema de bombagem requer 2 motores, o que aumenta os custos de produção. Em toda a extensão de rega a água é distribuída sem qualquer filtragem ou decantação.

Havia um período muito crítico de janeiro a julho, em termos de desempenho de trabalhos, os quais se sobrepõem por demora na colheita da azeitona e entra em bola de neve, havendo por vezes trabalhos que nem conseguimos executar. Nesta fase a poda da vinha, tratamentos fitossanitários, despampa da vinha absorvem toda a mão-de-obra.



Ilustração n.º 8 - Olival com necessidade de corte de ladrões

Atendendo que o número de colaboradores era reduzido definiam-se prioridades, apesar de haver trabalhos que deveriam ser executados, nomeadamente podas do olival, corte de ladrões, despampa da vinha e adubações.

A manutenção do olival pelo atual processo pós melhoria tecnológica apresenta custos mais reduzidos e esperamos melhorias no produtivo:

Havia uma decisão a tomar ou se contratavam mais colaboradores de forma a executar os trabalhos ou se muda o sistema de exploração. Salienta-se que a contratação de mais mão-de-obra para a colheita em nada iria resolver o problema, apenas aumentar custos de exploração.



Ilustração n.º 9 - Área de olival abandonado em recuperação

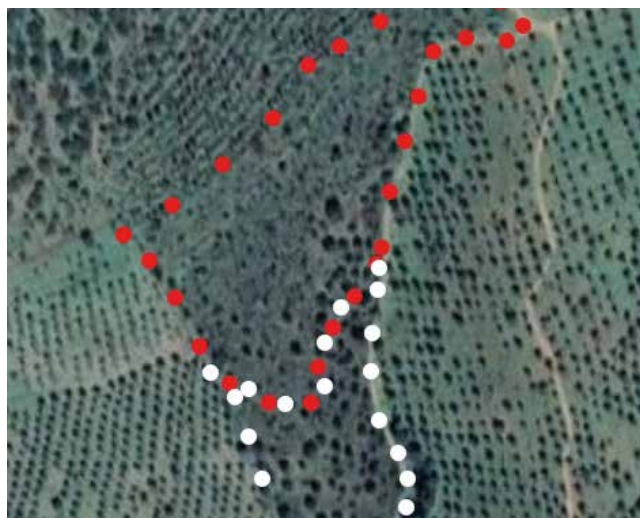


Ilustração n.º 10 - Área de amendoeal abandonado e olival em recuperação

Um dos pontos-chave e sem o qual não era possível rentabilizar a Quinta era o sistema de colheita de azeitona que foi resolvido em 2022.

Apesar de 2022 não poder servir de exemplo porque não há azeitona na Quinta d'Alva nem nos concelhos envolventes por queima da floração.

A aquisição de um trator e novo vibrador para colheita de azeitona com apara frutos foi a chave que abre a porta do sucesso da quinta, através da economia de mão de obra, valorização da totalidade do fruto e execução de trabalhos no momento certo.

Vinha

Dos atuais 32 hectares, apenas 25 hectares são detentores de produção de mosto generoso, os quais valem a pena explorar devido ao retorno proporcionado.

No que diz respeito aos restantes 7 hectares, são de uva de mesa (2 hectares) e vinho de consumo (5 hectares), apesar de darem para a despesa o retorno proporcionado não é tão aliciante.

A cultura da vinha apesar de não ser das áreas mais significativas é aquela que apresenta maior retorno, maiores custos e maior necessidade de mão-de-obra.

Salienta-se que existem falhas de plantas por ausência de retanchas e manobras com os tratores. Projeta-se para 2023 a aquisição de 200 postes para substituição.

Uma vez que o envelhecimento das vinhas se traduz em perda de produção é estritamente necessário iniciar a reconversão das vinhas com apoios ao investimento, o que se traduz num custo zero para a quinta. Caso esteja pensado criar marca e vinificar as vinhas velhas produzem vinhos de melhor qualidade em contrapartida as vinhas novas produzem maior quantidade.



Ilustração n.º 11 - Falha de plantas na vinha

A poda e despampa absorvem toda a mão-de-obra desde janeiro até agosto.

Na poda e despampa da vinha em tempo útil é impreterível a contratação de mão-de-obra para preparar a vinha para melhor desempenho das mesmas. A despampa realizada nas fases iniciais economiza tempo e dinheiro uma vez se desenvolve muito trabalho, em contrapartida com plantas já desenvolvidas demora até 5 vezes mais tempo, promove desgaste, dificuldade de se vestir novamente e risco de escaldão.

Existem alguns setores da vinha em que o caudal de água é insuficiente para todo o setor, sendo necessário dividir o setor em 2. Existem torneiras com desgaste que deixam passar água e não permitem que a água chegue a outros setores.



Ilustração n.º 12 – Área de vinha com lavoura a necessitar de desladrçamento.



Ilustração n.º 12 – Despampa em valados alternados de forma a poder realizar tratamentos fitossanitários. Forma adotada de forma a evitar contração externa em períodos mais críticos.

O melhor desempenho da vinha está estritamente relacionado com as melhorias tecnológicas do olival (colheita), contratação de mão-de-obra (poda e despampa), nutrição e sistema de rega.

Em 2023 estima-se redução de 50% dos custos de poda e manter os custos de despampa em relação a 2022.



Amendoal | área atual: 5,10 hectares



Ilustração n.º 14 – Área de amendoal abandonada

O amendoal é a cultura do Douro que menos mão-de-obra requer e que atualmente melhor retorno proporciona. O Amendoal é das culturas que apresenta baixo custo de manutenção o que por sua vez acaba por se tornar uma cultura rentável, e ao fim do 3.º ano pode começar a produzir.

Para se perceber melhor a cultura do amendoal:

- não necessita de podas todos os anos ou se necessárias são rápidas;
- necessita de lavoura;

- o período de colheita é antes da vinha;
- pode ter ou não rega;
- colheita;
- valor do fruto em 2021 atingiu 2,60 euros/ kg de amêndoa moderna biológica.

O amendoal existente na quinta apresenta uma área reduzida e o escoamento da amêndoa produzida apenas era em grão dentro da Santa Casa da Misericórdia do Porto, o que de certo modo tem tornado o fruto pouco rentável atendendo que é britado de forma artesanal.

Neste momento pertencemos a uma Organização de produtores para obter maior valorização nos projetos, maior rentabilidade e economia de mão de obra.

É de salientar que a encosta dos sobreiros com 65 hectares é um pleno amendoal bravo espontâneo, o que significa que o terreno é favorável à cultura.

Apesar de todas as potencialidades é de salientar que a Quinta d’Alva na sua vertente turística ficaria a beneficiar pelo facto da amendoeira em flor que atrai inúmeros turistas e a nível de subsídios as receitas da área de sequeiro ainda valem a pena porque a SCMP tem pouca área de sequeiro e os primeiros hectares são os mais bem pagos.

Uma comparação interessante para áreas semelhantes:

Cultura	Área em ha	Árvores por hetare	Total de árvores em 78,5 hetares	kg/árvore	kg em 78,5 ha	Preço médio/kg	Total em euros
Olival 7 anos	78,5	240	18840	5	94200	0,40 €	37.680,00 €
Amendoal 4 anos	78,5	240	18840	5	94200	1,30 €	122.460,00 €

Perante o exposto e exemplificação do quadro podemos concluir que a amendoeira é sem dúvida uma cultura a explorar.



Ilustração n.º 15 - A vermelho área de amendoal abandonado



Ilustração n.º 16 - Áreas junto ao amendoal plantadas com amendoeiras dos nossos viveiros

Até ao momento por mais plantações de amendoal ou outro tipo de cultura que se realizasse não era solução para o atual problema uma vez que iria agravar e sobrepor trabalhos. Uma vez resolvida a parte tecnológica de colheita do olival a mão de obra libertada pode realizar outros trabalhos.

Em 2023 pretende-se plantar 5000 amendoeiras os viveiros da Quinta d'Alva.



Citrinos | área atual: 8 hectares

Os citrinos apesar do valor comercial ser bastante reduzido, apresenta baixos custos de manutenção e bons subsídios agrícolas anuais.

É de salientar que existiam cloroses (azoto, ferro e magnésio), plantas decrépitas e ausência de podas, o que levou a progressivas reduções de produção.

O facto do abandono progressivo do pomar levou a um estado muito caótico e que juntamente com a desregularação nutricional foi difícil de inverter a situação, mas com os esforços que temos feito são neste momento evidentes melhorias nomeadamente na coloração e renovação.

As podas realizadas promoveram um renascer e uma nova vida, para 2023 espera-se resolver os problemas nutricionais e plantar 200 falhas de citrinos com variedades Ancore, Daumau, Dom João e Baia.



Ilustração n.º 17 – Área sem qualquer tipo de cultura entre 2 pomares de laranjeiras



Ilustração n.º 18 – Carência de magnésio, zinco e ferro nos citrinos

Sobreiros

A área de sobreiros é uma das mais significativas em termos de área, mas não se adaptou ao clima e exposição com exceção dos sobreiros expostos a norte.

A plantação foi efetuada em 1994 e após várias re-tanchas o insucesso perdurou e que levou a uma re-posição 60.000,00 euros ao Ministério da Agricultura devido à fraca densidade, com exceção dos sobreiros expostos a Norte.



Ilustração n.º 19 – Área de sobreiros exposição sul- fraca e com baixa densidade



Ilustração n.º 20 – Área de sobreiros com 20 anos exposta a norte

A manutenção da área de sobreiro é difícil e demorada por se encontrar em patamares acarretando custos que nunca serão amortizados pelo lucro, o que se deve ao pequeno porte que apresentam com 30 anos.

Para obtenção da cortiça virgem ainda iremos esperar mais 10 ou 20 anos na área exposta a sul. No que diz respeito à exposição Norte é um bom povoado onde se irão iniciar os trabalhos de retirar cortiça virgem e poda nos restantes.

Com a plantação desta área de amendoal, a quinta beneficiaria de mais apoios agrícolas, rendimentos superiores através do fruto, logo maior sustentabilidade.

Será solicitada autorização ao ICNF para poda dos sobreiros expostos.

Choupos

A área de choupos atualmente apresenta uma área de 1,61 ha, sem grande significado, mas que pode proporcionar algum rendimento através da venda da madeira.



Ilustração n.º 21 - Choupos junto ao rio

Uma vez que os choupos se encontram em desenvolvimento os trabalhos realizados e a realizar são basicamente de manutenção dos caminhos envolventes de forma a minimizar os riscos de incêndio.

Em 2023 serão consultadas empresas de madeira para venda.

Pomar de abrunhos e pessegueiros

O pomar de abrunhos e pessegueiros encontra-se em plena produção, mas apresenta algumas falhas de plantas.

O único problema que se observa é existirem várias plantas da mesma variedade o que dificulta o seu escoamento, que coincide com as férias dos clientes.



Ilustração n.º 22 - Área de ameixeiras e pessegueiros

Estamos a realizar plantações de pequena envergadura, mas com diferentes variedades de modo a tentar valorizar o fruto.

Plantação de outras árvores de fruto

A plantação de árvores de fruto pode ser uma boa solução em subsídios agrícolas e novos rendimentos através da plantação de novas frutas de diferentes variedades que produzem em diferentes épocas do ano.

Salvaguarda-se sempre que sem resolver os problemas atuais não se deve pensar em grandes plantações porque apenas estaremos a agudizar o problema.

Sistema de rega

O sistema de rega apresenta várias debilidades nomeadamente na distribuição do caudal nos setores, diferenças de pressão dentro dos setores, incorporação de resíduos no sistema ausência de ligação entre os motores.

Relativamente ao sistema de rega do encadeamento dos motores n.º 3 é bastante atual ao nível do sistema de filtragem para algumas áreas, mas não é funcional porque foram desativando as funcionalidades e peças avariadas, não procederam à reposição de material avariado, além de haver inúmeras áreas que não regavam por falta de caudal, notável pela diferença de tamanho das plantas.

A filtragem é ineficaz em virtude de os depósitos não terem areia, má montagem, áreas em que a água é distribuída diretamente nos sectores sem sofrer qualquer filtração ou decantação.

Tem vindo a ser criada uma planta do sistema de rega, mas ninguém sabe a dimensão e localização de algumas condutas.

No corrente ano foram corrigidas inúmeras anomalias e lacunas relacionadas com problemas de pressão e distribuição de água, mas ainda existem várias áreas a necessitar resolução.

A instalação do sistema de rega foi feita sem quaisquer conhecimentos técnicos, não tendo em conta caudais, pressões e cotas, visível pela diferença de tamanho das plantas que eram regadas das não regadas.

Salienta-se nomeadamente o caso dos sectores 7, 8 e 9 em que o caudal é o mesmo para áreas com 3,5, 6,5, e 8,5 hectares sabendo que se situam na mesma cota.

Relativamente ao sistema de bombagem que abastece os sectores 7,8 e 9 é de referir que é composto por 2 motores um junto ao rio e outro a meio do olival em virtude de regar a vinha.

Devido ao caudal ser insuficiente tem que se deixar de regar o olival para regar a vinha.

A distribuição de água dentro de cada sector é desigual, atendendo que a pressão é maior nos pontos de menor

cota onde menos é precisa, o que se deve à ausência de redutores de pressão.

No que diz respeito à rega da vinha a abertura de sectores era comandado por electroválvulas, mas nenhuma funciona, logo as mudanças de sector têm que ser realizadas manualmente. Verifica-se deficiência de caudal em alguns setores.

A água das nascentes que apresenta um caudal de 50 m³ por dia ao longo do inverno não está totalmente aproveitada, existindo tanques e charca ao abandono a uma cota estratégica capazes de regar qualquer ponto da quinta por gravidade.

Uma vez que existem 3 motores no rio a bombear água para rega, estes deveriam estar interligados para evitar ausências de rega em momentos de avaria.

No que concerne à distribuição de área de rega por bomba está muito mal dimensionado, pelo que a bomba que rega a área n.º1 pode ajudar na rega da área n.º2, facilitando deste modo a rega da vinha e de outras áreas de olival.



Ilustração n.º 23 – Tubagem atravessa o caminho.

Uma vez que a orografia do terreno é caracterizada por montanhas e vales, os cumes são as áreas que necessitam maior quantidade de água. A distribuição de água dentro do setor é realizada com tubo 16mm e gotejador canelado que se divide ao meio.

Quaisquer excessos de pressão soltam-se e nas cotas inferiores, desperdiçando água e as filas dos cumes ficam sem regar.

A presente situação é controlável regulando a pressão dentro do setor.

Uma vez que a água do rio acumula muito lixo nas tubagens na entrada de cada setor estarem instaladas torneiras de duas polegadas apenas é ser necessário abrir uma pequena ranhura que facilmente entope, causando dificuldade de acerto da pressão e caudal, levando a redução de caudal, filas do topo sem rega.

Em ambas as situações anteriores levam a desperdícios de água, consumo de energia elétrica (maior tempo de rega para compensar as que não teriam regado), eficiência e eficácia, com consequência a nível do calibre dos frutos, produtividade e bem-estar da planta, levando à venda de um produto menos competitivo e de menor valor.

Os custos de bombagem de água são elevados, mas existem nascentes naturais na encosta a cota superior à das culturas instaladas e haver vários tanques sem qualquer serventia poderia armazenar-se água para o momento em que é necessário, bem como para rega nos invernos menos chuvosos sem recorrer a bombagem de água.

Existem 4 tanques e 1 charca que podem servir para armazenar água bem como implementar a condução da água dos telhados da chuva para dois dos tanques.

O sistema de bombagem do candedo composto por 2 motores emparelhados de forma a assegurar o caudal à cota necessária, podem os setores abaixo do segundo motor regar apenas com o primeiro, podendo reduzir-se o custo de bombagem na rega dessas áreas.

Na casa do segundo motor é possível constatar ambos os motores ativam em simultâneo, enquanto a água não chega ao segundo motor trabalha aproximadamente 15

minutos em seco, promovendo consumo desnecessário de energia, desgaste do fio de empanque e sobre aquecimento uma vez que o arrefecimento do veio é feito com a própria água da rega, podendo levar a empenos.

Deve efetuar-se a manutenção da envolvente de saídas de água, casas de rega, cabos elétricos e livres de vegetação.

Em 2023 será executado um furo à cota mais alta da vinha no sentido de reduzir os custos de bombagem do rio a cotas superiores que tenha que passar por 2 motores para regar aquela cota.

Colaborador

No que diz respeito aos trabalhadores temos vindo a colmatar a acomodação.

Houve bastantes entraves iniciais e resistentes à mudança, mas progressivamente vão sendo ultrapassados, não digo que já não existam algumas situações a resolver, porque ainda existem, mas tem havido melhorias significativas.

Existe necessidade de criação de espírito de equipa e responsabilização.

Em 2021 reduziram-se 3 colaboradores e apenas foi contratada 1 colaboradora, foi dada preferência a contratação de serviço externo para os momentos de maior pico de trabalho. Deste modo foi reduzida em 25% o número de colaboradores e dos quais apenas pretendemos gastar 12,5% em contratação de serviço externo.

Máquinas e alfaia

Na vertente das máquinas Agrícolas os dois tratores adquiridos mais recentemente têm vindo a demonstrar que com máquinas operacionais se desenvolve mais trabalho sem paragens.

A aquisição de um trator, vibrador com apara frutos e frontal em 2022, veio demonstrar toda a diferença e resultados projetados.

A presente capacitação tecnológica veio mudar todo o paradigma da Quinta d'Alva, apesar de em 2022 não se poder perceber por ausência de azeitona em toda a região acreditamos que 2023 será o ano de toda a mudança e início de melhoria das receitas.

Apoios Agrícolas

No âmbito dos apoios agrícolas é necessário acompanhar as tendências e a frisar que em 2023 inicia um novo quadro comunitário sobre o qual ainda não existe informação

ATUALMENTE

Biológico - conversão Agricultura Biológica									Total Euros
	5	900	5	720	15	450	Restantes	180	
Frutos Frescos de Regadio		4500		2829,6					7.329,60 €
8,93 ha	5	900	5	720	15	450	Restantes	180	
Frutos Frescos de Sequeiro									- €
0									
Olival e Frutos Secos de Regadio	10	643,2	10	514,56	30	321,6	Restantes	128,64	
77,32 ha		6432		5145,6		9648		3514,4448	24.740,04 €
Olival e Frutos Secos de Sequeiro	20	300	20	240	60	150	Restantes	60	
2,67 ha		801							801,00 €
Vinha	5	618	5	494,4	15	309	Restantes	123,6	
31,43 ha		3090		2472		4635		794,748	10.991,75 €
								Total	43.862,39 €

No que diz respeito ao RPB (Regime de Pagamento Base) receberemos aproximadamente 57,14 euros por direito:

Ano	2022
Valor em Euros	57,14

disponível e que deve ser estudado em profundidade de modo a valorizar ao máximo a Quinta d'Alva.

A agricultura Biológica apesar de não poderem ser aplicados determinados fitofármacos, adubos e regras de elaboração dos trabalhos, é muito vantajoso em termos de apoios agrícolas e referencia para o mercado.

O seguinte quadro exemplifica aproximadamente o que atualmente a quinta irá receber anualmente apenas de agricultura biológica, apesar de haver algumas correções que estamos a fazer ao nível de parcelário.

A par destes apoios temos vindo a candidatar muros de suporte que tem sido uma mais-valia.

Relativamente ao tipo de culturas exploradas na Quinta d'Alva são as corretas, pois as grandes culturas do Douro são a vinha, amendoal, olival, laranjal e algumas frutas, com exceção do sobreiro.

A Quinta d'Alva apenas necessitava de uma área mais extensa de amendoal de sequeiro, olival (sequeiro)

e fruteiras (sequeiro e regadio), obtendo um retorno muito superior quer via dos apoios agrícolas, quer pela venda do fruto dentro da SCMP.

As novas plantações além do rendimento proporcionado pela produção de fruto permitem uma receita de apoios agrícolas.

Transformação do Fruto

O azeite e azeitona produzidos são embalados sem o cumprimento da legislação, sendo declarados nas guias de transporte emitidas.

A legalização através da criação de uma marca e sala de embalamento é crucial para a legalização do processo.

A certificação do lagar em modo de produção biológico é de total interesse criando valias para venda do azeite biológico criando novos mercados.

Este processo pode ser a base para colocação do azeite produzido no mercado e ir buscar valor acrescentado, e por outro lado poderá ser o ponto de partida para a independência em relação a intermediários da azeitona.

A transformação vai permitir a existência de produtos para venda na loja online, bem como a criação de um pequeno espaço para venda de produtos no hotel.

No que concerne às culturas já existentes é necessário explorar mais a vertente da transformação, visto criar valor acrescentado. Um dos casos concretos é curtir a azeitona, que atualmente são curtidos 1500 a 2000 kg, que apresentam a mesma rentabilidade que 8000 kg vendida ao armazenista.

No que concerne às frutas existe alguma quantidade que acaba por se estragar uma vez que existe um desfaseamento do momento de produção com as vindas da carrinha à Quinta pelas quantidades reduzidas e não justificar a vinda da carrinha.

A elaboração de compotas seria uma forma de dar valorização ao fruto que não pode ir para a SCMP devido às pequenas quantidades e ausência de transporte em alguns períodos.

Turismo e Lazer

No que diz respeito ao turismo e lazer existe um leque variado, desde o pedestrianismo, observação de paisagem, religioso, observação de aves e pesca.

Atendendo que a Quinta d'Alva tem boas condições para quem pretende relaxar em contacto com a natureza exemplifica-se um conjunto de fotografias colhidas em propriedade da Quinta d'Alva.





Verifica-se ausência de clientes, conexão do hotel com o espaço envolvente e ausência de produtos disponíveis ao cliente.

A opinião dos clientes que frequentaram o hotel até ao momento é sempre a mesma, pensavam que estava fechado, não sabiam da existência, dificuldade de reserva e escolha das ementas, ausência de outras soluções de vinhos e ausência de produtos da quinta e região para aquisição.

O processo de reserva além de burocrático, não dispõe de uma carte de ementas ou vinhos, sendo necessários inúmeros telefonemas ao cliente até chegar a um consenso.

Apesar de não estar aberto ao público em geral e sabendo que a SCMP tem 1300 funcionários além de ir-mãos, bastava que 10% frequentassem o hotel.

Os pacotes turísticos podem ser a chave para atração de clientes.

Monitorização de resultados e Processo de melhoria continua

Após implementação do plano de ação os resultados devem ser monitorizados, assegurando que vão de encontro com o resultado esperado.

Sempre que exista um desvio deve registar-se e avaliar o desvio, implementando um plano de medidas corretivas de forma a assegurar a eficácia do plano de ação.

Os resultados devem ser monitorizados a cada 3 meses com criação de novas estratégias, capacitação tecnológica, criação e implementação de planos de ação e monitorizar resultados que irão contribuir para o processo de melhoria contínuo.

A capacitação tecnológica veio mudar todo o paradigma da Quinta d'Alva quer pela capacidade de colheita em tempo útil quer pela redução do número de colaboradores necessários. A contratação de mão-de-obra para poda da vinha e despampa permitirá a realização das tarefas em tempo útil e haver tempo para a execução de outras tarefas imprescindíveis não realizadas até ao momento.

Ao nível da cultura de citrino além dos trabalhos de manutenção está previsto um estudo de reformulação do sistema de rega e criação de um plano de adubações de modo a resolver as carências nutricionais, o que no curto prazo irá aumentar a quantidade e qualidade das produções. Os citrinos necessitam de um sistema de rega independente das outras culturas pela necessidade de água antes das outras culturas e substituição das falhas.

A cultura do amendoal deve ser valorizada replantando falhas e plantar novas áreas, pois não carece de grande mão-de-obra e colmatamos áreas improdutivas. O escoamento está assegurado através da SCMP e organização de produtores. Espera-se a plantação de aproximadamente 5000 amendoeiras em 2023.

Para a cultura da ameixa, pêssago e figo os desperdícios e fruta não valorizada devem seguir para transformação em compota. Deve continuar-se a avaliar variedades com produções planeadas, rentabilizando ao máximo juntamente com produtos hortícolas através do envio para a sede da SCMP.

Relativamente à cultura dos sobreiros, as lavouras e limpezas de aceiros serão realizadas a fim de minimizar o impacto por incêndio e será iniciada a retirada de cortiça virgem.

A extração da cortiça virgem irá permitir que dentro de 9 anos seja possível iniciar o ciclo de retirar cortiça e obter retorno do investimento realizado.

Os choupos uma vez que se apresentam em crescimento apenas serão executados trabalhos de limpeza dos caminhos envolventes mitigando possibilidades de incêndio, mas em 2023 será alvo de consulta de mercado para a venda da madeira.

Quanto ao improdutivo e áreas abandonadas que todos os anos requerem manutenção sem retorno devido aos incêndios foram traçadas medidas no plano estratégico a longo prazo, privilegiando resolver problemas existentes para ter capacidade de trabalhar novas áreas.

Mas é necessário ressaltar que a área está progressivamente a reduzir dando lugar a área cultivada.

Para a replantação de falhas de olival e amendoal a criação de viveiros economizará muito dinheiro e criará além de maior produção outra valorização à Quinta. A ausência de plantas em algumas áreas não impede que os custos e os trabalhos sejam quase os mesmos, mas, com rentabilidade inferior. Os custos de rega e lavoura são os mesmos, o que difere são os custos de poda, limpeza dos bravos e colheita.

Relativamente ao sistema de rega são necessárias melhorias para impermeabilização de tanques não utilizados e charca para reativação e armazenamento de água no inverno.

As alterações climáticas que estamos a viver devem ser tidas em consideração e mitigadas, ao mesmo tempo reduzimos custos de eletricidade por bombagem de água do rio.

No contexto da racionalização e otimização esperamos armazenar água a cota onde os custos de bombagem são significativos para fazer face às necessidades de água das culturas de cota mais elevada.

As adubações e melhorias a introduzir no sistema de rega com dimensionamento dos sectores, pressões desadequadas, incorporação de resíduos no sistema e mau aproveitamento da água das nascentes, sobreposição de motores para bombeamento a cotas inferiores ao segundo motor são situações a resolver e que irão contribuir para a quantidade e qualidade das produções.

Espera-se que as medidas a implementar no sistema produtivo seja capaz de aumentar em 30 a 40% as produções e receita anual de cada cultura em 3 anos.

A transformação do azeite e azeitona embalada sempre foram vendidos sem ter em consideração qualquer legislação, a transformação é a forma de conseguir o maior retorno económico e a legalização será uma mais-valia para a loja online, criação de novos mercados resultando num acréscimo de vendas.

Na vertente dos apoios agrícolas devemos acompanhar o seu ritmo, tirando o máximo proveito em função do contexto e enquadramento da exploração no novo quadro comunitário.

Temos conseguido nos últimos 7 anos a distinção em modo de produção biológico, mas a cultura da vinha deve ser analisada e enquadrada no novo quadro comunitário.

A par da componente agrícola temos o hotel composto por 5 quartos, salão e uma envolvente única, é necessário alargar horizontes e perscrutar todo o potencial e recursos, nomeadamente: transformação de produtos, hotelaria e lazer.

Uma vez que o hotel se reveste de alguma beleza, localização díspar e espaço envolvente com características históricas, paisagísticas, ambientais, onde são servidos pratos típicos da região deve ser valorizado.

É necessário criar dinâmica, promovendo a divulgação interna através da página WEB da SCMP e loja online, podendo-se criar pacotes ou fins de semana temáticos.

Esperamos oferecer um serviço único, capaz de atrair e que haja regresso e a satisfação sentida pelos clientes seja transmitida aos colegas e amigos e desta forma o passa palavra seja o nosso plano de marketing.

Uma vez que somos aproximadamente 1250 colaboradores queremos cativar no mínimo 10% para clientes, permitindo a venda de produtos da quinta.

O objetivo geral desejado é obter menores custos de produção e conseguir ter capacidade tecnológica capaz de criar: Eficiência, Eficácia, Funcionalidade, Operacionalidade, Racionalização e Otimização.

Estes são os pontos-chave que medem o sucesso ou a sua falta com a implementação do plano de ação.

Sabemos onde estamos e onde queremos chegar, urge a necessidade de planear fixar metas e resultados, monitorizar para poder melhorar continuamente.



3.3.6. Culto e Cultura

3.3.6.1. Gabinete Religioso e Culto

Desde 1499, a Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP) cumpre as 14 Obras de Misericórdia; 7 Corporais e 7 Espirituais. Esta é uma matriz que esteve incessantemente presente neste percurso de 523 anos.

É função do Gabinete Religioso e Culto zelar pela concórdia da SCMP com o seu ideário espiritual e pela respetiva inclusão de utentes e servidores.

Para o corrente ano de 2023, o GRC apresenta as seguintes linhas de ação:

1. Incluir ainda mais, nesta missão, os utentes e outros servidores da SCMP. Deste modo, devem ser multiplicados os espaços de oração e reflexão, mesmo quando os capelães não têm disponibilidade para comparecer, por constrangimentos conjunturais, nas unidades respetivas. Dar formação aos outros servidores da SCMP para poderem desenvolver um serviço que inclua também a componente espiritual e religiosa. Prestar o serviço espiritual também em favor dos cuidadores da SCMP e não apenas dos utentes. E, visando o futuro, capacitar os capelães no sentido de usarem os meios tecnológicos para a sua ação. Ao promover a vivência espiritual e religiosa, também para lá do culto, estamos a imbuir os espaços da Misericórdia com uma faceta que, mais do que fundacional, é expectável e aguardada.
2. No que concerne à atual falta de Capelão no CIAD (Centro Integrado de Apoio à Deficiência) e no CAS (Centro de Alojamento Social), o Gabinete está a envidar esforços para colmatar estas ausências.
3. É também imperioso cuidar do património promovendo o zelo, preservação, organização, utilização e divulgação dos espaços de Culto, dando relevância aos dois magníficos órgãos de tubos, na Igreja Privativa e na Igreja de Nossa Senhora da Esperança, mantendo o acompanhamento musical das Missas dominicais, que tanto agrado e enaltecimento propiciam.
4. Concomitantemente, produzir conhecimento na área da espiritualidade cristã, do cuidado e da relação de ajuda.

Impõe-se a necessidade de pensar o serviço da SCMP no contexto das novas exigências a Liberdade Religiosa e do Diálogo Inter-religioso. “A liberdade religiosa é um direito humano fundamental” (Papa Francisco).

5. Estando a Igreja Privativa da instituição integrada no percurso museológico do Museu e Igreja da Misericórdia do Porto (MMIPO), temos de continuar a boa articulação com a área da Cultura, que muitos frutos tem proporcionado, tanto para a instituição, como para o público em geral.
6. Irá ser dada continuidade à parceria com o Parque Avides Moreira (PAM), no sentido de dignificar os espaços de culto obviando os custos em termos de adornos florais, aproveitando os recursos internos.
7. Um trabalho de dignificação e reestruturação está a ser levado a cabo e continuará em 2023 no que diz respeito ao talhão Privativo da SCMP do Cemitério do Prado do Repouso.
8. Em 2018, o Observatório Internacional de Direitos Humanos (OIDH) instalou na Santa Casa da Misericórdia do Porto (MMIPO) um “Centro Mundial de Solidariedade Humana”. O Dia Internacional da Solidariedade Humana (20 de dezembro), passou a ser assinalado universalmente, numa ação conjunta, entre o OIDH e Santa Casa da Misericórdia do Porto, por intermédio desta representação do Observatório Internacional de Direitos Humanos. Sendo a responsável pelo GRC a secretária-geral do “Centro Mundial de Solidariedade Humana”, os laços entre estas duas entidades continuarão, em 2023, a estreitarem-se.
9. A responsável pelo GRC supervisiona e permite condições logísticas para a realização das reuniões da Comissão de Ética da SCMP, que se realiza, mensalmente, na Rua das Flores.
10. Para o ano de 2023, o Gabinete Religioso e Culto seguirá o mote definido pela Diocese do Porto, **“Abraça o presente! Juntos por um caminho novo”**. Durante o corrente ano, a Igreja portuguesa está empenhada na realização, em Lisboa, da Jornada Mundial da Juventude. O GRC vai estar atento aos aspetos em que poderá contribuir para este programa nacional.

3.3.6.2. MMIPO - Museu e Igreja da Misericórdia do Porto - Conde de Samodães

O MMIPO – Museu e Igreja da Misericórdia do Porto, giza este plano no momento em que prepara e acolhe a exposição internacional “Last Folio”, cuja temática patenteia as vivências durante um período negro da História Mundial, a 2.ª Grande Guerra Mundial, mais precisamente o remanescente de uma escola judaica abandonada, numa vila da Eslováquia, na fronteira com a Ucrânia, após a invasão nazi de 1942. O Museu mostra o que sobra de um último testemunho histórico da vida de um povo, no momento em que esta memória da tormenta se aviva com os acontecimentos presentes de conflito, muito perto do local onde aconteceu a história narrada nesta mostra.

É isto um museu. Para além das obras de arte expostas, há uma história, aliás, há muitas histórias. Até mais do que histórias, são ensinamentos sobre a nossa vivência em sociedade. Exemplos de feitos extraordinários, mas também de páginas menos felizes. O MMIPO é o agregador visível do caminho da Misericórdia do Porto e de todas as

demais conexões proliferadas através de vertentes diversas que se abrangem desde o Humanismo e a Filantropia até às Artes.

A visibilidade e o reconhecimento que o MMIPO como museu de uma instituição e da cidade proporciona, repercute-se num indelével fortalecimento da posição da instituição junto dos seus parceiros, utentes, colaboradores e da sociedade em geral.

O caminho do futuro é traçado sempre tendo por base a rota inicial delineada: garantir a preservação do património da instituição, material e imaterial, de 523 anos. Enaltecer o peso histórico e irrecorrível relevância da Misericórdia do Porto, de suma importância para a prossecução da sua Missão e parcela estruturante da identidade e da memória coletiva.

O Plano para 2023, continuando na senda do cumprimento da sua missão e reestruturação visando a melhor relação possível no binómio custo-benefício, será realizado através das seguintes vertentes:



a. Programação

A progressiva tendência para uma programação cultural diversificada e impactante tem-se vindo a intensificar ao longo dos sete anos de existência do MMIPO. Este facto é também evidenciado porque o nosso museu começa a ser referência na hora de procurar um espaço expositivo na cidade do Porto para os artistas e curadores, à imagem do que aconteceu no ano de 2022 com as exposições EAT&ART e Last Folio.

O ano de 2023 vem acentuar estas disposições colocando o MMIPO como um local cultural com grandes novidades e acessível aos diversos públicos.

Com quatro exposições temporárias na Galeria dos Benfeitores, de grandes nomes Nacionais e Internacionais.

A primeira, continuada de dezembro de 2022 que termina em fevereiro, ainda a propósito das Comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, realizada pela Câmara Municipal do Porto.

Entre os meses de março, abril e maio, acolhemos o escritor Válder Hugo Mãe e o tema Auto-retrato pela artista Nazaré Álvares.

No verão, de junho a setembro, pelo pintor, escultor e fotógrafo americano nascido na Irlanda, Sean Scully.

No final do ano, outubro, novembro e dezembro, Manuel Casimiro e a exposição "Não, não é um OVI".

As exposições serão sempre acompanhadas de atividades complementares, que visam proporcionar ao visitante do museu uma experiência completa, através de workshops/oficinas, conversas e concertos, adequadas ao tema.

b. Gestão de Coleções

O serviço Gestão de Coleções faz o tratamento do acervo dos bens móveis da SCMP, com preocupação pelo bem-estar físico e pela segurança a longo prazo. Inclui conservação, acesso e utilização, inventário e registo, movimen-



tação e exposição, assim como a gestão da composição geral do acervo em relação à missão e objetivos do MMIPO. Organizado por coleções tipológicas e temáticas, o acervo encontra-se maioritariamente reunido no museu e nas suas Reservas, mas também nos diversos edifícios da SCMP, e em instituições externas como o Centro Hospitalar Universitário do Porto e o Museu Nacional da Imprensa, nestes últimos, ao abrigo de contratos de depósito de longa duração.

Paralelamente, colabora em várias fases dos projetos de exposições temporárias que se realizam na Galeria dos Benfeitores do MMIPO, quer nas iniciativas internas, quer nas parcerias externas.

A aglomeração de atividades tão diversificadas tem impossibilitado a consolidação de procedimentos essenciais para uma avaliação favorável da Gestão de Coleções, e que se repercute na salvaguarda dos bens e na informação inerente a eles.



No ano de 2023, pretendemos proceder à redação, e respetiva aplicação, dos documentos estratégicos que são intrínsecos ao serviço Gestão de Coleções:

- O Plano de Gestão de Riscos para todos os espaços onde se encontra o acervo da SCMP, aproveitando o conhecimento da formação assistida e organizada pelo ICOM (International Council of Museums);
- A Política de Incorporação para validação superior, que é essencial para uma assertiva gestão do acervo no condicionado espaço disponível, inserida numa política cultural integrada, quer do MMIPO, quer na sua tutela. Museus que aceitam doações sem restrições ou critérios, tornam-se instituições acumuladoras e passivas, afastadas da reflexão sobre a finalidade dos bens adquiridos, perdendo a capacidade de gerir as suas coleções;
- Estando em finalização o Catálogo da Coleção de Mobiliário, dar continuidade à realização do já há muito pretendido Catálogo da Coleção de Retratos, com a colaboração imprescindível do serviço de Estudos e Investigação do MMIPO. Materializar este projeto é importante para dar resposta aos inúmeros pedidos de investigadores e instituições que recorrem à SCMP por ser a detentora de uma vasta galeria de retratos de personalidades que estão na história da cidade do Porto.
- Os museus têm a responsabilidade de dar o acesso às suas coleções. Para que seja exequível com a devida qualidade e segurança, é necessário criar procedimentos com normas mínimas, na forma como a informação é gerada e difundida. A progressiva promoção do MMIPO, atrai um número crescente de interessados nas suas coleções.

Nas ações pretendidas para o próximo ano, é transversal a intensão de cimentar uma organização, para que a avaliação do serviço Gestão de Coleções corresponda às exigências das normas internacionais.

c. Misarte | Conservação e Restauro

O espaço Misarte tem como função primordial o restauro do acervo da SCMP, que décadas de inoperância remetaram para um estado de vulnerabilidade. São ainda largas dezenas de telas pintadas a óleo que aguardam a intervenção que as coloque em Bom Estado de Conservação. A realização de exposições temporárias no MMIPO e os pedidos de observação das peças têm ditado as prioridades da larga lista.

A disponibilidade para os clientes externos promove o Misarte, o MMIPO e a SCMP, mas os trabalhos têm de ser coordenados com as necessidades internas.

Pretende-se manter este ritmo em 2023.

A aposta em formação não académica tem-se revelado profícua, pois permite acompanhar a investigação e os avanços científicos realizados na área do restauro.



A política social dum museu passa pela promoção do conhecimento e desenvolvimento da comunidade. O Misarte pretende continuar a promover a salvaguarda do património privado através de ações de formação em Conservação Preventiva, convidando especialistas de diversas áreas, e simultaneamente fazer receita.

d. Estudos e Investigação

O SEI – Serviço de Estudos e Investigação do MMIPO tem como principal propósito aprofundar o conhecimento sobre o rico e multifacetado acervo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, conferindo mais conteúdos e novas perspetivas de entendimento das coleções, do património arquitetónico e integrado da instituição.

A investigação levada a cabo tem permitido, também, uma maior contextualização do acervo com a história local e nacional.

Através de ações colaborativas com entidades externas (Universidades, Centros de Investigação e Museus congêneres) tem sido possível o desenvolvimento de projetos específicos, concretizados em exposições, por vezes com a curadoria do Serviço, na participação em colóquios e conferências, na produção de conteúdos digitais, na edição de livros, de brochuras e outras publicações, e na realização de visitas e percursos temáticos dirigidas não só ao público em geral, mas também a públicos específicos.

Não obstante, importa salientar ações como a orientação de investigações académicas, o apoio técnico aos vários serviços do Museu, do Arquivo Histórico e do Gabinete Religioso e Culto, e a representação no projeto de parceria – Rota Porto Liberal.

Deste modo, e dando continuidade a algumas atividades encetadas no ano transato, o SEI prevê para 2023:

- a conclusão do acompanhamento do projeto de mestrado “Coleção de escultura da Misericórdia do Porto. Abordagem histórica e artística”, por Madalena Nogueira e coorientado pelo Prof. Doutor Sérgio Veludo Coelho e pelo Prof. Doutor Rui Teles (ESE/PP);
- o levantamento e o estudo do edificado, do património integrado e móvel respeitante à Igreja Privativa da Misericórdia e à Igreja de Nossa Senhora da Esperança, tendo

em vista aprofundar o conhecimento histórico e artístico sobre estes dois edifícios, procurando, desta forma, tornar acessível não só a informação sobre os mesmos, mas também possibilitar a produção de dossiês temáticos e de apoio técnico às intervenções de conservação e restauro;

- a investigação sobre peças do acervo da Misericórdia para as exposições calendarizadas em 2023;
- a produção de conteúdos para o site do MMIPO, a alojar num submenu intitulado “Investigação”, no qual serão disponibilizadas, entre outras informações, os projetos em curso e os estudos académicos produzidos em torno da Misericórdia do Porto;
- a redação de conteúdos para as redes sociais do Museu e da Misericórdia, enquadrados em efemérides e em datas festivas, e nos projetos em curso.

e. Serviço de Públicos

Para o ano de 2023, o Serviço de Públicos compromete-se em manter as já consolidadas atividades junto dos diferentes públicos, nomeadamente:

- Visitas e percursos orientados:
 1. À Descoberta do MMIPO;
 2. A Rua de Santa Catarina das Flores;
 3. O Misterioso Fons Vitae;
 4. Leve o MMIPO para a sala de aula.
- Peddy-Paper:
 1. “À Descoberta do MMIPO”;
 2. “Descobrir os animais nas obras do MMIPO”;
 3. “A Misericórdia e o Liberalismo”.
- Espetáculos Teatrais: Sermão de Santo António aos Peixes, de António Vieira.
- Comemoração de datas e efemérides:
 - Dia Nacional dos Centros Históricos (março);
 - Dia Nacional dos Monumentos e Sítios (18 abril)
 - Dia Internacional dos Museus (18 de maio);
 - Dia Mundial da Criança (1 junho);
 - Aniversário do MMIPO (15 de julho);
 - Jornadas Europeias do Património (setembro).

- Reuniões com instituições de ensino, nomeadamente, escolas, universidades, universidades seniores;
- Reforçar parcerias junto de entidades culturais e turísticas/guias intérpretes;
- Atividades Educativas Férias Escolares (Páscoa, Natal, Férias de Verão);
- Realização 2.º Encontro de Serviços Educativos no MMIPO;
- Conversas no MMIPO (3 sessões);
- Visitas d’Autor.

f. Publicações

Durante o ano de 2023, serão continuados os esforços de escoamento de stock e preparados novos projetos nesta área. Um reforço de ofertas como incentivo de participação em atividades pagas da área da Cultura, tanto no MMIPO e Misarte, como na Casa da Prelada e outros estabelecimentos da instituição, sendo importante ainda maior aposta no sentido de fornecer mais bibliotecas e arquivos municipais, escolares e paroquiais com livros que enalteçam o percurso e importância da Misericórdia.

Será também um objetivo para 2023, que a feitura de uma Feira do Livro Digital seja concretizada.

Continuará a ser dado apoio e acompanhamento técnico em novas publicações da instituição, quer na definição temática, na articulação com autores, nos processos concursais e na interação com as Gráficas.

Foram introduzidas medidas que possibilitam a autos-sustentabilidade dentro da área, com recurso à vigilância digital e ao arrendamento do r/ch do edifício D. António Francisco Dos Santos e do rooftop do edifício do Museu que permitem receitas ao Museu.

3.3.6.3. Casa da Prelada - D. Francisco de Noronha e Menezes e Arquivo

A Casa da Prelada é um espaço cultural e de representação institucional que acolhe o Arquivo Histórico da Misericórdia do Porto e gere os Arquivos Intermédios.

Os arquivos, enquanto locais de recolha, preservação e disponibilização de documentos nos seus diferentes suportes, foram e continuam a ser, repositórios de grandes quantidades de dados (big data), que uma vez trabalhados são capazes de se converterem em informação e em conhecimento. Os documentos nas suas diversas formas, são apenas os suportes, a materialização da atividade desenvolvida ao longo dos séculos. A capacidade técnica de os fazer perdurar para além da vida de cada um de nós, convertendo-os em informação interpretável e em conhecimento partilhado, são a garantia da continuada construção da memória institucional da Santa Casa, e um recurso disponível na sua gestão operacional e estratégica.

O trabalho que tem vindo a ser executado no setor dos Arquivos visa dar resposta à necessidade do progressivo aumento do grau de tecnicidade das funções exercidas, à adoção transversal de normas e procedimentos técnicos, aplicados nacional e internacionalmente, ao garantir das condições adequadas à eficaz guarda da documentação reunida, à produção de instrumentos de pesquisa e à disponibilização para consulta dos acervos documentais da SCMP. Nesse sentido, a Casa da Prelada garante um conjunto de atividades que, genericamente, designamos por Gestão Documental e que são o cerne desta unidade orgânica. No ano de 2023 prosseguiremos a realização das ações de carácter permanente, que têm em vista a manutenção e o reforço da qualidade dos serviços. Serão desenvolvidos os seguintes domínios de intervenção:

Tratamento técnico dos acervos documentais, de acordo com os programas anuais de incorporações e eliminações. Serão executadas as ações que permitem receber, avaliar, selecionar, descrever e acondicionar documentos no Arquivo Intermédio, no Arquivo Histórico e no recentemente constituído Arquivo de Fotografia e Imagem. Serão igualmente realizadas as eliminações da documentação que, tendo que ser conservada durante determinados períodos de tempo por imperativos legais, não é classificada como de conservação permanente, podendo ser desde modo destruída.

Expansão e aprofundamento do Inventário do Arquivo Histórico, alojado na plataforma AtoM. Este é um domínio de trabalho em certa medida partilhado entre a Casa da Prelada e o DGOSI já que respeita, por um lado, às ações que garantem o regular funcionamento deste recurso e, por outro, ao investimento necessário na infraestrutura informática de suporte. Será de manter a aquisição de serviços, iniciada em 2022, a especialista nesta área tecnológica;

Carregamento progressivo de imagens (fotografias e digitalização de documentos) na plataforma AtoM, tornando mais apelativos o uso deste recurso e a promoção do acervo;

Atualização de todas as bases de dados existentes, nomeadamente as relativas à documentação instalada no Arquivo Intermédio;

Conclusão da descrição arquivística de documentação histórica avulsa não tratada (6 metros lineares) e do fundo António Miranda;

Conservação e preservação dos documentos arquivados, recorrendo à regular higienização do acervo;

Restauro de documentos em mau estado, por compra de serviços da especialidade;

Continuação da digitalização sistemática de fundos documentais relevantes, potenciando a preservação dos documentos originais;

Disponibilização, por prévia marcação, do acesso à consulta presencial dos documentos originais à guarda dos arquivos, e/ou à sua consulta digital sempre que possível;

Acompanhamento do dossier “Arquivo Intermédio – instalações definitivas”;

Continuação da realização de ações tendentes à formação e sensibilização dos colaboradores da SCMP, para o âmbito de atividade dos arquivos, com especial destaque para os responsáveis pelos arquivos correntes dos diversos departamentos;

Disponibilidade para assegurar, no domínio do património documental, a organização e a participação em atividades de carácter cultural, promovidas pela SCMP ou onde a Instituição esteja presente;



Para além das áreas de atuação com caráter permanente, que este setor desenvolve, existem anualmente na esfera do património documental, projetos balizados no tempo com a duração de 2 a 3 anos, que procuram responder a questões/desafios em temáticas diversificadas e constantemente renovadas. No ano de 2023 irão ser tratados os seguintes temas:

Definição do enquadramento funcional e programático das Biblioteca e Arquivos do CHCF. No ano 2022 a SCMP foi agradavelmente surpreendida pela doação da biblioteca do Dr. Bernardo Coelho, médico psiquiatra e antigo diretor do CHCF. Trata-se de uma muito interessante biblioteca especializada, que complementou o acervo já existente da biblioteca do CHCF. Foi por isso necessário garantir a catalogação e a organização física desta nova componente, tarefa que exigiu algumas adaptações no lay out do espaço, bem como o dilatar no tempo da conclusão deste projeto. Assim, será, no ano 2023 que se realizará, com o envolvimento da Casa da Prelada, a definição do enquadramento desta valência cultural que é parte integrante da Unidade de Saúde. Ao nível dos arquivos deste hospital, e terminado o tratamento técnico dos processos clínicos históricos (cerca de 64 000 processos respeitantes a todo o período de funcionamento do hospital), fica completo o trabalho que nos propusemos realizar.

Este arquivo do CHCF e o do Hospital da Prelada são dois conjuntos documentais com instalações próprias e em crescimento contínuo, que não estão integrados no setor de arquivos, dependendo das estruturas de saúde em que se inserem. Reafirmamos que é necessário que o trabalho organizativo anteriormente realizado, tenha continuidade, não só para garantir a correta receção da nova documentação, entretanto produzida, mas também para permitir o acesso à informação arquivada, seguindo os procedimentos estabelecidos para o sector. A definição de um modelo que garanta a necessária articulação técnica com a Casa da Prelada será uma área de trabalho a desenvolver no ano de 2023.

Tendo presente o quadro de colaboradores da Casa da Prelada, cuja média de idades é de 59,8 anos, a sua previsível evolução, mas também e sobretudo as características específicas que o tratamento documental encerra, importa dar passos que garantam o rejuvenescimento da unidade operacional e o progressivo aumento do grau de tecnicidade das funções exercidas. Será necessário continuar a assegurar o apoio técnico no domínio das Tecnologias de Informação, de forma a aumentar e melhorar a presença tecnológica nos arquivos, em paralelo com o acautelar, em tempo oportuno, da dotação de recursos humanos que garantam uma tranquila transição para os anos futuros.

No ano de 2023 terá lugar a realização do VI Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto. As diligências relativas à sua organização nomeadamente o favorecimento de condições de perenidade da iniciativa, induziram ao estudo de renovadas formas de parceria, nomeadamente no seio do meio universitário, permitindo consolidar e ampliar o seu alcance académico.

A SCMP irá assinalar no presente ano 10 anos de abertura e funcionamento da Casa da Prelada – D. Francisco de Noronha Menezes. Algumas ações terão lugar nesse contexto devendo ser destacadas, o lançamento de uma publicação que dará conta da transformação operada nos arquivos da Santa Casa no período 2011 – 2022, e a realização de visitas guiadas regulares que explorem e valorizem as três dimensões patrimoniais deste equipamento (ambiental, arquitetónica e arquivística).

A Casa da Prelada enquanto espaço e equipamento, para além de acolher o Arquivo Histórico da Instituição, foi desde a sua origem concebido como um “lugar” aberto à cidade e a diversos públicos. Pretende-se prosseguir esse caminho pelo que se reafirma o interesse no acolhimento e na promoção de atividades diversificadas, compatíveis com as características e a qualidade patrimonial do conjunto Casa e Jardins. Este aspeto é igualmente complementado com a disponibilização por aluguer, de

espaços interiores e exteriores, situação algo condicionada pela localização periférica da Casa e, mais recentemente, pelas profundas alterações decorrentes da pandemia, nomeadamente pelo amplo recurso à realização de ações não presenciais.

É, não só mas também por estas circunstâncias, que é especialmente importante a disponibilidade de espaço verde qualificado, que possa representar um fator de discriminação positiva face a outros equipamentos similares da cidade. A requalificação do espaço verde classificado como Jardim Histórico, e a estabilização dos serviços que garantam a saúde das espécies vegetais e o valor cénico do conjunto, são por isso aspetos a necessitar de atenção continuada.

Três anos volvidos sobre o surgimento da Covid-19 e mantendo-se ainda presentes algumas das suas condicionantes, continuamos convictos das virtualidades dos espaços culturais como lugares de fruição coletiva, favorecedores da inclusão e da promoção da dignidade da(s) pessoa(s). Sempre atentos e atuantes face às alterações que a evolução tecnológica permite, não deixaremos de contribuir ativamente para a criação de condições que potenciem o contacto presencial, a partilha de conhecimentos e experiências entre pessoas e grupos de diversas origens, formações e interesses.





3.3.7. Ambiente

3.3.7.1. Parque da Prelada

Consolidada que está a parceria com a Associação de Futebol do Porto para ali se criar uma estrutura desportiva que permita não só a reabilitação do parque como a obtenção de receitas que permitam sustentar o desenvolvimento da Casa da Prelada.

Ao mesmo tempo o projeto prevê ainda a instalação de um parque de autocaravanas e de um projeto de outro equipamento desportivo de menor dimensão.

3.3.7.2. Parque Avides Moreira

Continuará a sua integração no complexo do Conde de Ferreira gerando já flores que são utilizadas no embelezamento das nossas igrejas e capelas.





3.3.8. Justiça e Reinserção Social

3.3.8.1. Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino

O Setor Laboral tem como missão proporcionar à população reclusa uma experiência de trabalho idêntica a um

emprego no meio exterior para dotar as reclusas com competências e hábitos de trabalho. Pretende-se, também, minimizar o empobrecimento provocado pelo cumprimento da pena de prisão ao possibilitar às reclusas alguma independência económica fase ao exterior. A fim de dar o seu contributo para o tratamento penitenciário o Setor Laboral trabalha em articulação com os restantes serviços do EP.

PROGRAMA / PROJETO/ACTIVIDADE

Ocupação Laboral

INTRODUÇÃO/FUNDAMENTAÇÃO

Para 2023 o objetivo do Setor Laboral consiste em organizar e promover a ocupação laboral e aumentar a taxa de ocupação laboral no EP (Estabelecimento Prisional). Para tal, propõe-se a subcontratar todos os espaços existentes no Setor Oficial (composto por 7 salas e complementado pelo uso da sala do parlatório 1/2).≥ 85%

POPULAÇÃO ALVO

Reclusas que pretendam ter uma actividade laboral

Actividade	Operacionalização do Setor Laboral.
Quem	Dois (2) técnicos afetos a este setor.
Como	• Articular com as empresas externas dadoras de trabalho; • Articular com o EP a fim de dar resposta às respetivas necessidades da instituição. • Colocação laboral, por forma a dar resposta às respetivas solicitações da população reclusa; • Constituição e orientação de brigadas para a execução dos trabalhos contratualizados; • Articulação com os vários setores de atividade para o tratamento penitenciário.
Onde	Espaço do Setor Laboral e diversos serviços no EP (a saber: serviço de cabeleireiro, serviços de limpeza, serviço de lavandaria, serviço de jardinagem, serviço de ajudante biblioteca e serviço de distribuição de roupa).
Quando	Ao longo de todo o ano.
Avaliação	Acompanhamento diário.

Para o ano de 2023 prevemos subcontratações com as empresas que se apresentam como “parcerias de longa duração”, assim:

A **Legaltex** desenvolve atividade na área têxtil. Esta empresa produz sacos para cadáveres, vestuário hospitalar, equipamento de proteção individual (Covid-19) e sacos / mochilas para desporto. Este projeto criou uma linha de produção/ confeção composta por 25 máquinas de costura industriais, 2 máquina de bordar e 1 mesa de corte. Emprega 39 colaboradoras (divididas em 2 categorias: costureiras e ajudantes). Ocupa 4 salas do Setor Laboral

A empresa **Vincos e Companhia** dá ocupação laboral a 2 reclusas. O trabalho consiste em engomar/ lavar peças de vestuário (a empresa também recolhe e entrega o vestuário ao domicílio). O Setor Laboral espera que em 2023, apesar do grau de incerteza económica, a atividade desta subcontratação seja estável e mantenha igual número de colaboradoras.

A **Nefab**, empresa situada na cidade vizinha da Maia, e da área dos produtos de embalagem, é uma parceira que acrescenta uma mais-valia importante ao Setor Laboral. O trabalho não é de grande complexidade, e, tal facto permite dar ocupação laboral a reclusas com competências laborais muito diversas. Esta empresa emprega cerca de 17 a 20 reclusas. A brigada Nefab, a trabalhar no parlatório 1/2, está sujeita a vários condicionalismos, nomeadamente:

a quarentena da matéria-prima e o distanciamento social das reclusas que reduz significativamente o número de colaboras que este projecto poderia dar colocação laboral.

Quanto à **Idepa**, empresa que fabrica etiquetas e passamanarias, realiza no EP várias tarefas. São trabalhos manuais e minuciosos que requerem muita mão-de-obra: um grupo de trabalho de cerca de 20 a 30 reclusas

A **Polismar**, empresa que, desde 1971, produz plásticos industriais, tais como, puxadores e fixadores de janelas tem um grupo de trabalho (vulgo brigada) constituído por 16 reclusas/colaboradoras. A complexidade das tarefas e do trabalho efetuado por esta brigada justifica a presença diária de uma supervisora da empresa a fim de realizar a gestão e o controlo da produção.

O Calçado **Jefar** é uma empresa que fabrica calçado e parte do processo produtivo, sobretudo os cosidos manuais, é realizado em parceria com o Setor Laboral. Prevê-se que, apesar de se tratar de um trabalho sazonal, em 2023 aumente o volume de trabalho realizado no EP.

Quanto aos trabalhos sazonais a sua descrição e classificação é difícil devido à sua disparidade e diversidade. São maioritariamente trabalhos da indústria têxtil (das regiões limítrofes do EP). A natureza destas tarefas, cuja automatização e/ou mecanização é difícil, requiere muita mão-de-obra.



PARTE II



SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS





3.3.9. Recursos Humanos e Formação Profissional

O Plano de Atividades e Orçamento para 2023 consubstanciar-se-á numa linha de continuidade do PAO previsto para 2022 nas temáticas que assim o imponham em razão da sua natureza, com alterações substantivas resultantes da ausência da esmagadora maioria das limitações impostas pela pandemia do Covid-19.

Torna-se necessário assegurar uma continuidade dos esforços resultantes do cumprimento do Plano de Atividades deste ano, e compaginar as mesmas com um imprescindível incremento que permita mitigar as insuficiências geradas pelo contexto pandémico.

No domínio da área administrativa, empreender as ações necessárias para que se permita, entre outros, atingir os seguintes desideratos:

- Realizar levantamento das categorias dos colaboradores de forma a identificar os desajustamentos existentes entre as funções desempenhadas e as respetivas categorias, com vista às adequadas reclassificações profissionais;
- Apresentar propostas de revisão das carreiras /tabelas da SCMP em busca de uma maior equidade entre os colaboradores;
- Reavaliar a possibilidade de se referendar junto das várias UO a eventual implementação do regime do Banco de Horas;
- Incrementar sessões informativas junto dos colaboradores sobre assuntos relacionados com as políticas internas em vigor, de particular interesse para os mesmos, assim como de esclarecimento sobre legislação laboral mais relevante, com o objetivo único de mitigar a conflitualidade;
- Definir linhas de orientação para implementar programas de incentivo à renovação dos quadros da Instituição (saídas de colaboradores mais velhos ou por outros motivos).

Relativamente à área da Academia:

- Dar cumprimento às orientações da Mesa Administrativa para a área dos Recursos Humanos;
- Promover o alinhamento da dimensão operacional com a estratégia da Instituição;
- Estruturar, operacionalizar e monitorizar a política de Recursos Humanos;
- Prestar o apoio necessário às Unidades Operacionais e de Saúde na gestão e resolução de aspetos relacionados com a área de Recursos Humanos, designadamente na

produção de indicadores, relatórios, estudos e procedimentos inerentes aos processos do sistema de gestão da qualidade e de certificação;

- Expandir e potencializar o uso da plataforma de formação à distância – Moodle, permitindo uma maior otimização de custo e tempo despendido para frequência de formação profissional, abrangendo uma maior diversidade de temáticas, unidades operacionais e categoria profissionais;
- Otimizar o desempenho dos colaboradores, através do planeamento, implementação e monitorização da atividade formativa;
- Apoiar os processos de reestruturação de equipas, transferência de conhecimento e promoção de cultura e identidade da instituição;
- Atualização dos manuais de Qualidade Formativa e dos Processos de Recursos Humanos;
- Reestruturar o Sistema de Gestão e Avaliação de Desempenho, assegurando a otimização do processo e resultados, enquanto instrumento de gestão estratégica e de desenvolvimento dos Recursos Humanos, – com base nos níveis funcionais (operacional, técnico e de coordenação) – e acompanhamento da transição digital;
- Preparar/Desenvolver um modelo de Avaliação de Desempenho e Gestão por objetivos, que potencie a análise de indicadores de performance/desempenho dos colaboradores;
- Desenvolver um plano de gestão do talento, potenciando o desenvolvimento pessoal e profissional;
- Promover práticas socialmente responsáveis, elevando os níveis de satisfação e assegurando o bem-estar de todos os colaboradores;
- Consolidar a auscultação da satisfação dos colaboradores, promovendo a motivação e garantindo um equilíbrio entre as necessidades e expetativas;
- Promover uma cultura de *feedback* e monitorização de resultados através do reforço da comunicação, nomeadamente ao nível do desempenho do colaborador, da satisfação do colaborador e do desempenho organizacional;
- Promover atividades de *team building* dirigidas a todos os colaboradores, que potenciem a comunicação e interação e estimulem os sentimentos de pertença e de compromisso institucional;
- Dar resposta às necessidades de capital humano, prosseguindo com a respetiva organização e melhoria dos processos de Recrutamento e Seleção;
- Reestruturar os processos de receção de candidaturas e

atração de talento – melhoria e otimização do *link* na página institucional da SCMP, com inclusão da divulgação dos processos de recrutamento em curso, a acrescentar à efetivação de candidaturas espontâneas a emprego na Instituição;

- Implementar melhorias ao nível da informatização de processos e tarefas de gestão, coordenação e acompanhamento da formação, designadamente através do desenvolvimento de Plataforma de Gestão da Formação;
- Desenvolver iniciativas que permitam fomentar o sentimento de pertença dos colaboradores à organização (encontros temáticos, por categoria profissional, etc.);
- Criar um “Sistema de Gestão de Ideias” que permita o envolvimento dos colaboradores, promovendo a partilha e troca de ideias, experiências e boas práticas entre as UO/ US da Instituição, com o objetivo de proporcionar a realização de algo útil ou a supressão de alguma necessidade identificada;
- Dinamizar a “Sala do Colaborador”, proporcionando momentos de lazer e partilha entre os colaboradores.

No domínio das atividades formativas do DRHFP, prevê-se a realização de formação transversal, sistemática e periódica, de forma a maximizar a taxa de execução do Plano Anual de Formação 2023, nomeadamente nas seguintes temáticas:

- Gestão de Processos;
- Gestão de Tempo e Organização do Trabalho;
- Trabalho em Equipa e Gestão de Conflitos;
- Sistema de Gestão da Qualidade;
- Legislação no 3º Setor – Atualização;
- Gestão e Avaliação de Desempenho;
- RGPD;
- Novas metodologias de execução e prestação do trabalho
- Averiguação de Acidentes de Trabalho (SST);
- Avaliação do cumprimento da legislação de segurança e saúde no trabalho (SST).

Para o ano de 2023, são objetivos da SST:

- Continuar a redução da sinistralidade laboral;
- Otimizar o processo estatístico de acompanhamento da sinistralidade laboral;
- Continuar a implementar uma estratégia transversal de Gestão da Segurança no Trabalho;
- Consolidar o processo de avaliação e cumprimento da conformidade legal no âmbito da SST;
- Otimizar os procedimentos de primeiros socorros para colaboradores;
- Promover ações de formação e sensibilização no âmbito da SST;
- Reforçar o processo de avaliação de conformidade legal em matéria da SST, no âmbito da gestão de fornecedores;
- Realizar levantamento da necessidade global de Equipamentos de Proteção Individual na SCMP;
- Monitorizar as medidas de mitigação do Risco Profissional;
- Otimizar a metodologia de Avaliação de Risco Profissional;
- Atualizar as Avaliações de Risco Profissional de todas as Unidades Operacionais da SCMP;
- Otimizar o processo de investigação de acidentes de trabalho;
- Realizar auditorias e inspeções de SST em todas as Unidades Operacionais da SCMP;
- Preencher anexo D do Relatório Único com a informação estatística agregada da SST e Medicina do Trabalho;
- Promover reuniões das Comissões de Segurança e Saúde no Trabalho;
- Realizar consulta periódica aos colaboradores no âmbito da SST;
- Monitorizar as medidas de mitigação dos riscos psicosociais;
- Elaborar Relatório de Sinistralidade semestral e anual.

3.3.10. Gestão Administrativa e Património

Património

O Departamento de Gestão Administrativa e Património é um departamento estatutário, que desenvolve a sua atividade e executa as suas competências, em três áreas bem definidas e que se articulam entre si: Património Operacional, Património de Rendimento e Cultural/Histórico.

Através da gestão de ativos o DGAP continuará em 2023 a desenvolver a sua atividade no sentido de uma contínua valorização do património, quer através de uma gestão mais efetiva do património de rendimento, quer através da exploração de novas unidades de negócio.

No decurso do próximo ano o departamento pretende dar continuidade a intervenções já delineadas, coordenar os projetos de Arquitetura e Especialidades executados por colaboradores internos e/ou externos, assegurando a melhor gestão de recursos financeiros da instituição, sempre de acordo com as estratégias de intervenção e de valorização do património definidas superiormente.

As ações a realizar em 2023 irão pautar-se pelo cumprimento de normas que asseguram as exigências legais, a modernização de funcionalidades, a sustentabilidade e o garante da adequação do uso pretendido a cada edifício/unidade operacional da propriedade da SCMP.

No âmbito da gestão de obras e da conservação e manutenção do Património de Rendimento o DGAP pretende prosseguir com o lançamento, acompanhamento, fiscalização e boa execução das obras de reabilitação planeadas.

Nos prédios de rendimento, o investimento continuará a ter como finalidade a obtenção de um nível superior de receita, garantir a sua sustentabilidade, as boas condições de habitabilidade aos seus arrendatários e a maior rentabilização das propriedades rústicas.

Ao mesmo tempo será dado provimento à alienação dos ativos não estratégicos como o do Candal, Barreiro, Costa da Caparica e Vila Nova de Famalicão.

Por outro lado, o Departamento prevê garantir a manutenção e atualização do seu Património Operacional, priorizando o bem-estar e a segurança dos utentes e dos trabalhadores da instituição, nomeadamente através da qualificação do edificado nas áreas do conforto, das acessibilidades, da segurança e da melhoria do desempenho energético-ambiental.

O impacto transversal no tecido económico mundial obriga a SCMP a reavaliar a forma como prosseguir com o desenvolvimento de projetos capazes de gerar receita.

Neste sentido, procurar-se-á estabelecer parcerias estratégicas, que permitirão a médio prazo alcançar o objetivo de reabilitar o património desta Instituição, em função de novas respostas sociais, novas formas de viver e de trabalhar. Bem como captar, com determinação e espírito de missão, investimento junto dos quadros comunitários, nomeadamente fundos disponibilizados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PPR).

Gestão Logística e Central de Compras

Relativamente a 2023, prevê-se que seja um ano bastante exigente. A conjunção de fatores macroeconómicos verificados em 2022 – inflação e aumento dos preços dos produtos energéticos (combustíveis, eletricidade e gás) – aliados aos constrangimentos a nível global da falta de matérias-primas e dificuldades nas cadeias de Abastecimento a nível de transportes, irão condicionar as atividades da Central de Compras em 2023. A gestão do orçamento será, assim, ainda mais crítica e fundamental.

Por outro lado, a atenção dada à Transição Digital e à Economia Circular não pode ser descurada, pelo que a Central de Compras deverá dar continuidade à incorporação de boas práticas que permitam fazer uma transição gradual e efetiva, envolvendo também os fornecedores mais estratégicos. Pretende-se assim uma mudança de paradigma nas compras efetuadas, baseadas em critérios de sustentabilidade e de redução da pegada ecológica, contribuindo para que a SCMP esteja alinhada com as estratégias europeias e objetivos traçados para o horizonte 2021-2030.

Gestão Administrativa

Para o ano de 2023, a área da Gestão Administrativa vai apostar e dar continuidade à implementação de novas soluções informáticas, robustas, devidamente desenvolvidas e capazes de serem perfeitamente integradas nas aplicações existentes.

Com a implementação destas novas ferramentas conseguiremos minimizar os erros e aumentar a eficiência otimizando recursos humanos, deixando mais tempo disponível para a realização de tarefas/atividades que ainda requerem muito trabalho manual (ex: arquivo, Irmandade e correio expedido).

Prevê-se fazer no Cemitério Privativo, um levantamento dos jazigos que se encontram abandonados com o objetivo de dar início ao processo para reclamação por parte dos respetivos concessionários, caso essa reclamação não aconteça, os jazigos ficam disponíveis para a SCMP voltar a concessionar.

Green Serviços

Durante o ano 2023, a equipa do Green Serviços, irá continuar a desenvolver a atividade de manutenção dos jardins das unidades operacionais, de acordo com o planeamento mensal e efetuar a fiscalização da prestação de serviços dos complexos habitacionais e terrenos/ logradouros de acordo com o contrato estabelecido com o Prestador de Serviços.

No que concerne ao Parque Avides Moreira (PAM), esta equipa continuará a efetuar a gestão operacional do Parque e desenvolver as seguintes atividades:

- Plantação de flores de corte de várias espécies, para distribuir pelas igrejas, cemitérios e outras unidades operacionais da SCMP;
- Produção de Frutos e Plantas Aromáticas e Medicinais;
- Produção de várias cultivares (amoras, framboesas, mirtilos, cidreira, limonete, entre outras).



3.3.11. Auditoria Interna

A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de garantia e consultoria, criada para agregar valor e melhorar as operações de uma organização. Auxilia a organização a atingir os seus objetivos através de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gestão do risco, controlo e governação. A sua ação é baseada na avaliação do risco, e consiste em verificar a existência, o cumprimento, a eficácia e a otimização dos controlos internos e dos processos de governação.

No caso específico da SCMP, o Gabinete de Auditoria Interna é a estrutura melhor posicionada para dar resposta a um conjunto de necessidades, como por exemplo:

- Informar a Mesa Administrativa sobre o grau de execução dos objetivos e metas da organização;
- Dar a conhecer à Mesa Administrativa se os controlos internos estabelecidos são suficientes e eficazes para reduzir o risco de ocorrência de distorções materialmente relevantes, para salvaguardar os bens patrimoniais da organização e para garantir uma utilização eficiente dos recursos disponíveis na prossecução das suas atividades;
- Garantir à Mesa Administrativa que as políticas, procedimentos, planos e controlos estabelecidos são os adequados e estão efetivamente a ser implementados;
- Analisar, de forma sistemática, se todas as transações ocorridas estão evidenciadas contabilisticamente e se os registos efetuados correspondem efetivamente a transações realizadas;
- Saber se a informação obtida através do sistema de informação é útil, oportuna, completa, precisa e fiável;
- Garantir que a gestão do risco é suficientemente eficaz para a concretização dos objetivos fixados para a organização.

Para além dos serviços de auditoria, no âmbito da gestão do risco, a atividade de auditoria interna poderá prestar serviços de consultoria, desde que seja assegurada a sua independência e objetividade. Neste contexto, a auditoria interna assume uma importância fundamental no processo de gestão da organização e exige uma equipa com uma visão multidisciplinar que deve atuar, de forma coordenada, no apoio à Mesa Administrativa.

Para estabelecer as prioridades da atividade de Auditoria Interna, o Gabinete de Auditoria Interna (GAI) elabora anualmente, e submete à apreciação da Comissão de Auditoria, o seu Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano seguinte, no qual elenca as atividades que prevê realizar ao longo desse exercício.

O PAO inclui ações de continuidade e a realização de auditorias internas de carácter específico e temático, cujo objetivo é contribuir para a melhoria dos vários processos e atividades a que a SCMP se dedica.

As atividades foram planeadas de acordo com a capacidade de execução do GAI, diretamente relacionada com a sua atual dotação em recursos humanos (5 auditores internos) e com a previsibilidade da solicitação do gabinete para a realização de atividade emergente (superiormente determinada), a qual poderá, ainda assim, impactar com o cronograma de execução da atividade agora programada ou, no limite, obrigar a uma revisão do plano.

Não obstante, apresenta-se na tabela seguinte o Plano Anual de Iniciativas de Auditoria Interna para 2023, previamente submetido à apreciação da Comissão de Auditoria, nele se estabelecendo a natureza e a duração prevista dos trabalhos de auditoria.

A formação profissional e a atualização de conhecimentos são necessárias ao cabal desempenho de qualquer profissão, e mais ainda numa área tão particular como a AI, que vem progredindo a um ritmo bastante acelerado. Assim, considera-se imprescindível a permanente atualização dos elementos da Equipa da AI, propondo-se a frequência de ações de formação nas seguintes áreas: RGPD, Tecnologias de Informação e Métodos Quantitativos. Além disso, um dos objetivos para o ano de 2023 é dotar, pelo menos, dois auditores internos da única certificação em auditoria interna globalmente reconhecida: *Certified Internal Auditor* (CIA).

PROGRAMA CHAVE / INICIATIVA	UO/DEPARTAMENTO SCMP	TIPO DE SERVIÇO	2023											
			T1			T2			T3			T4		
jan fev mar abr mai jun jul ago set out nov dez														
Contabilidade e Finanças														
Cartões CNSE	DCF	Garantia						X	X	X				
Inserção de registos de alterações orçamentais nos SI	DCF DGOSI	Garantia	X	X										
Gestão de cobranças (seguimento)	DCF GAJC PC DGAP DGOSI	Garantia										X	X	X
Social														
Manual de procedimentos CBNS	DIS	Consultoria		X										
Quedas em idosos		Consultoria						X	X					
Segurança e acidentes de trabalho	DIS CIAD	Garantia			X	X	X							
Recursos Humanos														
Retenção de talentos SCMP	DRHFP	Consultoria		X	X									
Gestão dos processos individuais os colaboradores (seguimento)		Garantia	X	X										
Assiduidade e absentismo (seguimento)		Garantia							X	X				
Gestão de escalas (seguimento)		Garantia				X	X							
Assuntos Jurídicos														
Cumprimentos dos despachos	GAJC	Consultoria			X	X								
Religioso e Culto														
Procedimentos do GRC	GRC	Consultoria									X	X	X	X
Educação														
Viabilidade económica por níveis de ensino	CNSE	Consultoria			X	X	X							
Saúde														
Faturação aos clientes do CHCF	CHCF	Consultoria									X	X	X	
Regime de prevenção vs regime de residências		Consultoria												X
Base de dados dos doentes CHCF		Garantia					X	X						
Sistemas de Informação														
Política de atribuição de equipamentos TI	DGOSI	Garantia						X	X					



3.3.12. Marketing e Comunicação

O GMC – Gabinete de Marketing e Comunicação manterá a promoção de uma comunicação institucional dinâmica, integrada e competitiva, consolidando a projeção, a reputação e posicionamento da marca da Misericórdia do Porto.

Tendo como responsabilidade assegurar, de forma transversal, a gestão da imagem, comunicação e marketing da Instituição, o GMC propõe-se a diferenciar a sua oferta, interna e externa, através da criação de produtos novos ou readaptados nas suas áreas de ação. O GMC manterá a articulação com todas as unidades orgânicas do universo da Misericórdia do Porto, tendo como objetivo a uniformização de toda a comunicação e imagem da Instituição.

Pretende-se continuar a assegurar a promoção da imagem, do conhecimento e das ações da Misericórdia do Porto, muito assente nas novas tecnologias do digital e das redes sociais, otimizando e potenciando os canais de comunicação, existentes e a criar, com um investimento evidente na aproximação da marca aos mercados target.

A relação com os media será mais um dos eixos estratégicos do GMC, mantendo o investimento na consolidação das parcerias em curso, assim como na identificação de novas interações de projeção da Misericórdia do Porto, para os seus vários domínios e objetivos.

Com um público-alvo cada vez mais diferenciado, heterogêneo e amplo, a Comunicação da Misericórdia do Porto assume, como objetivo, um posicionamento mais ágil, competitivo e atrativo, que se concretize no alcance de um novo patamar de projeção e impacto nos tecidos onde se posiciona.

O desenvolvimento e a implementação de ações de Marketing com vista à captação e retenção de novos clientes para as áreas de negócio core da Instituição – Saúde, Social, Educação, Património e Cultura – mantêm-se como principais objetivos para o próximo ano.

Planeia-se desenvolver suportes de comunicação, nomeadamente na área multimédia, digital e gráfica, numa perspetiva de segmentação e híper-segmentação de conteúdos, com um impacto significativo no aumento da capacidade de produção, por forma a aumentar os fluxos, quer de divulgação, quer de comunicação.

O planeamento, organização e gestão de eventos é outra das áreas sob a responsabilidade do GMC, sendo que pela qualidade das provas dadas e pelo amplo e recorrente reconhecimento exterior, será um outro pilar de ação para o próximo ano, com vista a projetar e posicionar a Mise-



ricórdia do Porto juntos dos seus parceiros e obter receita. Eventos chave-na-mão são uma das ofertas a reforçar para o mercado externo pelo GMC, quer no Auditório D. Pedro IV, sob sua gestão, quer nos demais espaços disponíveis para esta tipologia de oferta.

O próximo ano será de renovado compromisso com a marca e com a reputação externa, mas, também, e não menos impactante, com a interna. A Comunicação Interna mantém-se como eixo basilar do GMC, procurando através da sua ação promover uma cultura organizacional com maiores índices de envolvimento e participação, captando e retendo talento para a Organização.

O Serviço de Apoio ao Cliente irá manter como objetivo a captação, retenção e fidelização de clientes. Através da figura do Consultor do Cliente, disponibilizamos apoio e acompanhamento, aos clientes privados, aos clientes sociais e aos seus familiares. A promessa de marca do nosso serviço é: proximidade, agilidade e acompanhamento seguro. Em situações de crise, o Serviço de Apoio ao Cliente assume a gestão da comunicação instituição vs clientes e familiares, por forma a garantir elevados índices de satisfação e eficácia.

Atividades, ações e objetivos:

- Dinamizar as plataformas de comunicação institucionais, impondo dinamismo aos canais e explorando novas funcionalidades;
- Garantir uma imagem institucional transversal a toda a organização, coerente, concordante e diferenciada;
- Investir na comunicação interna enquanto ferramenta de informação, envolvimento e motivação das equipas;
- Estabelecer parcerias com entidades externas que promovam benefícios para os colaboradores, irmandade e clientes;
- Desenvolver atividades que projetem a Misericórdia do Porto, gerando oportunidades;
- Desenvolver campanhas comerciais de promoção de serviços;
- Contribuir para o estabelecimento de novas parcerias e trabalho em rede com instituições de referência;
- Aumentar a capacidade de produção de conteúdos e fluxos de comunicação;
- Campanhas internas de sensibilização e/ou informação;
- Campanhas de marketing direcionado.

3.3.13. Contabilidade e Finanças

Estrutura organizacional



Para o exercício de 2023, as 6 áreas de operação do Departamento propõem-se a consolidar os processos e metodologias adotadas nos últimos anos.

Todos os procedimentos e processos estão elaborados e desenhados, mantendo-se a obrigatoriedade de revisão continua face as necessidades de ajustamento decorrentes da evolução operacional do Departamento e da SCMP.

Contabilidade e Fiscalidade



Políticas contabilísticas e fiscais - uniformes e transversais

A área de Contabilidade e Fiscalidade tem como missão estratégica e operacional adotar princípios e políticas contabilísticas/fiscais uniformes e transversais, assegurando, sempre, o cumprimento das normativas nacionais e internacionais.

Os princípios da consistência, comparabilidade, continuidade e prudência, bem como, da especialização de gastos e rendimentos, reconhecendo-os no exercício a que se referem, são premissas presentes no quotidiano operacional desta área.

Tesouraria



Otimização de recursos financeiros

A área da **Tesouraria** procura a otimização de recursos financeiros, numa abrangência universal dentro da SCMP.

Compete -lhe a gestão dos meios monetários através da monitorização e controlo das contas bancárias e caixas.

Face aos inputs internos do departamento assume a responsabilidade da elaboração do plano mensal de tesouraria, bem como, do acompanhamento e a apuramento dos desvios.

A execução da tarefa de pagamentos a fornecedores, prestadores de serviços, pessoal e impostos está concentrada nesta área.

Contas a Pagar



Processamento de faturas e pagamentos

A cargo da área de Contas a Pagar a tarefa de processamento de faturas e respetivo pagamento concentra toda a contabilização de gastos e investimentos da Instituição.

No que concerne à contabilização propriamente dita, a mesma obedece aos critérios e princípios contabilísticos definidos.

A diversidade de atividade operacional da SCMP obriga a uma atenção especial sobre o cumprimento das obrigações fiscais.

Os pagamentos a fornecedores e outros prestadores de serviços é efetuado semanalmente procurando cumprir os prazos acordados.

Faturação



Emissão de faturas a clientes, utentes e outros devedores

Cabe à **Faturação** a emissão de faturas de acordo com as diversas solicitações dos Centros e Resultados da SCMP e, num perfil mais rotineiro, dar cumprimento aos acordos e protocolos estabelecidos com terceiros.

Esta operação, em ambiente *Back Office*, é transversal a todo o negócio da Instituição, atuando com maior relevo nas áreas da Saúde, Social e Património de Rendimento.

No âmbito dos desafios subjacentes à consolidação do ambiente digital a todos níveis, tema que está em curso e em que toda a SCMP está envolvida, apontamos para a transformação operativa quanto à emissão de faturas com assinatura eletrónica, desmaterializando-se assim todo o processo atual.

Contas a Receber



Gestão e controlo da cobrança

O esforço de cobrança, a cargo das Contas a Receber, tem como missão acompanhar as dividas de terceiros e, sempre que se justifica, atuar de forma direta sobre aqueles que não cumprem as datas acordadas de pagamento.

Esta atuação é feita através de contactos telefónicos, mails e cartas de cobrança.

Todo este processo é na sua fase inicial liderado por esta área. Posteriormente a ação de cobrança é desenvolvida pelo Pré-contencioso e depois pelo Contencioso.

Centro de Conferências de Faturas



Centro de Conferências de Faturas

Área de capital importância enquanto garante das validações, junto dos Centros de Negócio, da despesa contraída. A concentração da receção de faturas num único ponto privilegia a segregação de processos no que à validação de despesa diz respeito.



Ferramentas de suporte à operação



As Ferramentas, suporte à operação, garantem a execução das tarefas definidas para o Departamento.

Novos Desenvolvimentos. Novas dinâmicas. Melhor informação

Avaliação Financeira dos Centros de Resultados

Obtenção de resultados na ótica financeira tendo por base as variações de fundo de manejo de cada Centro de Resultados

Implementação da 2.ª fase de operação em ambiente IB - Smart

Desmaterialização documental com integração de faturas em ambiente ERP - GIAF

Mais informação em Business Intelligence

Estes novos desafios ajudarão a melhorar a performance ao nível de tratamento de informação e ao nível do reporte.



3.3.14. Gestão Organizacional e Sistemas de Informação

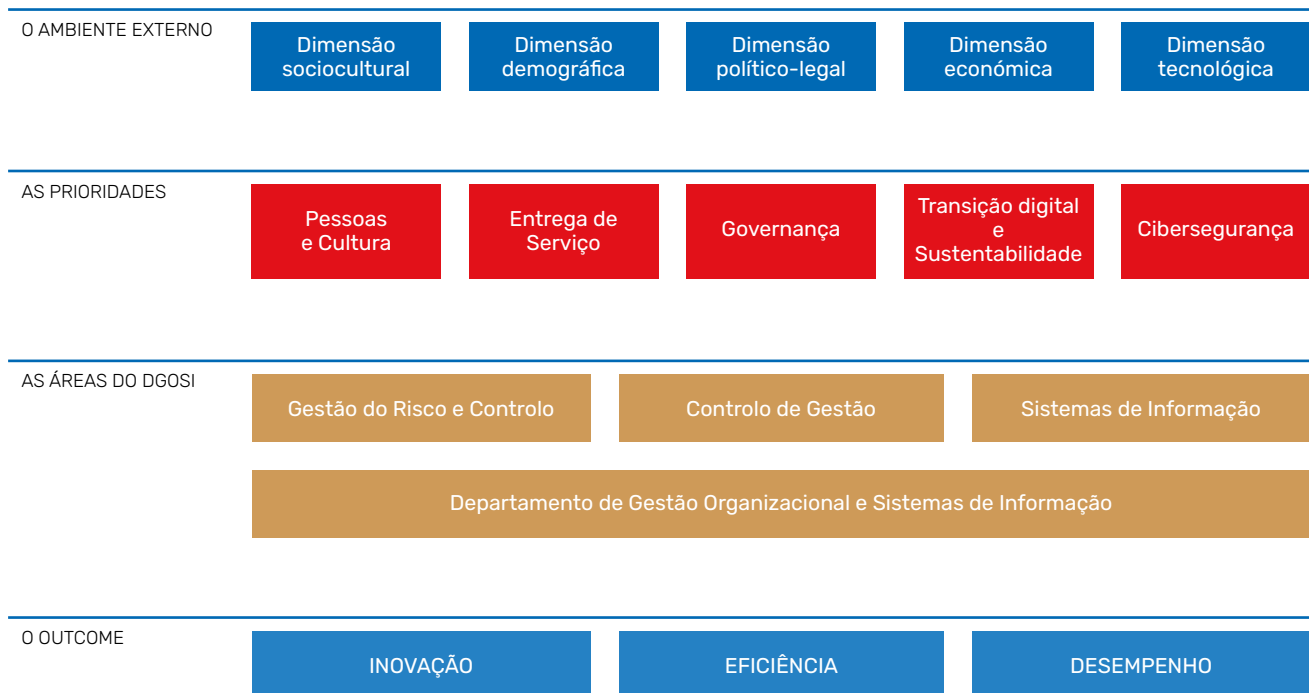
O Departamento de Gestão Organizacional e Sistemas de Informação (DGOSI) integra três áreas de atuação, designadamente, Controlo de Gestão, Gestão do Risco e Controlo e Sistemas de Informação.

Cada área visa acrescentar valor à Instituição através da disponibilização de um conjunto de serviços de consultoria, monitorização e suporte técnico, de apoio à Mesa Administrativa, restantes Departamentos e Unidades Operacionais da Santa Casa da Misericórdia do Porto, satisfazendo as exigências institucionais e propondo medidas de correção, quando necessário, através das três áreas.

Para além das alterações tecnológicas e de regulação, as geracionais, concorrenciais e económicas também evidenciam implicações nos procedimentos implementados. Torna-se, por isso, fundamental investir na literacia digital e financeira das pessoas; apoiar no desenvolvimento autónomo de novas ideias; garantir transparência na execução das funções e promover uma monitorização contínua do desempenho, por forma a prever as expectativas dos stakeholders e requisitos de qualidade.

Na sequência da alteração do paradigma, importa apostar no compromisso, responsabilidade e proximidade com a Instituição, para se anteciparem as tendências iminentes com recurso a práticas eficazes que promovam sustentabilidade e, portanto, continuidade da missão institucional. Neste sentido, um dos desafios do DGOSI relaciona-se com decisões sobre como dar a melhor resposta às circunstâncias, através de uma gestão eficiente dos seus recursos e tempo. Face à exigência de soluções e à complexidade, esta gestão requer essencialmente qualificação técnica em várias áreas e oferta de serviços de qualidade, com recurso a instrumentos de gestão e organização.

Assim, e assumindo uma visão estratégica, o DGOSI definiu uma *framework* que apoiará a sua atuação, desenvolvimento e aumento da maturidade dos seus processos, e que assenta num conjunto de cinco prioridades estratégicas.



Para 2023, e de um modo transversal ao Departamento, foram definidos os seguintes objetivos:

- Alavancar a estratégia de sustentabilidade da SCMP;
- Otimizar os recursos e capacidades para melhor tomada de decisão;
- Consolidar a estratégia de transição digital da SCMP;
- Estabelecer os processos de governança, risco e *compliance*.

O planeamento estratégico desdobra-se num planeamento operacional, com objetivos de curto e longo prazo, que se apresentam / ilustram nas seguintes tabelas.

OE	Objetivo estratégico	Iniciativas
1	Alavancar a estratégia de sustentabilidade da SCMP	Desenvolver e implementar projetos de responsabilidade social na SCMP
		Reduzir a produção total de resíduos
		Implementar e manter programas de recolha de resíduos e respetivo tratamento
		Promover a utilização sustentável dos recursos
		Promover esforços de economia circular
		Promover a realização de ações de formação e/ou sensibilização nas áreas DGOSI
		Contribuir para a valorização e motivação das equipas DGOSI
OE	Objetivo estratégico	Iniciativas
2	Otimizar os recursos e capacidades para melhor tomada de decisão	Otimização dos instrumentos de controlo de gestão existentes, financeiros e não financeiros, e desenvolvimento de novos
		Otimização dos modelos utilizados para a elaboração do orçamento, de forma a agilizar todo o processo de preparação, elaboração e aprovação
		Melhorar o modelo de acompanhamento e reporte da execução orçamental para otimizar os tempos de análise e elaboração do respetivo relatório
		Análise aos Preços de Transferência Interna (PTI) e criação de um guia orientador
		Aperfeiçoar o modelo analítico das unidades operacionais, adequando-o simultaneamente às necessidades de operação e de gestão
		Implementação de modelos de custeio setoriais que proporcionem a análise da performance por atividade
		Otimização das plataformas de BI
OE	Objetivo estratégico	Iniciativas
3	Consolidar a estratégia de transição digital da SCMP	Desenvolvimento e implementação de um modelo de orçamentação e monitorização dos custos TI
		Identificação e avaliação da infraestrutura tecnológica e aplicacional
		Acelerar a modernização dos Sistemas de Informação e a desmaterialização de processos e procedimentos.
OE	Objetivo estratégico	Iniciativas
4	Estabelecer os processos de governança, risco e compliance	Melhorar os processos e documentação de suporte à atividade
		Implementar medidas de avaliação de satisfação dos clientes internos
		Dinamização das práticas de gestão de projetos
		Implementação de um plano de segurança e risco TI
		Implementação de um modelo de gestão da qualidade dos dados
		Conceção de um DRP/BCP
		Otimização das plataformas de BI

3.3.15. Assuntos Europeus

Posicionamento Estratégico

Após um período significativo atípico, e ainda a lidar com as consequências económicas e sociais da pandemia é importante conseguirmos reunir a flexibilidade, resiliência e adaptação à mudança para melhor lidarmos com as consequências de uma guerra da Europa, cuja duração e impacto ninguém consegue prever com exatidão.

A crise que se adivinha a nível energético e alimentar não tem precedentes numa Europa que “já não se lembra” de ter de priorizar e reinventar a sua resposta coletiva a questões que estão na base da sobrevivência dos territórios e das pessoas.

A nível económico, a implementação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) não tem produzido os efeitos ansiados e esperados nas organizações comprometendo a sua capacidade de se reinventarem, numa estratégia que, para além de ter requisitos rígidos numa altura em que a flexibilidade é fundamental à sustentabilidade, continua a canalizar grande parte dos incentivos económicos para colmatar as necessidades do estado.



Paralelamente, a rigidez associada ao encerramento do Portugal 2020 que teima em ignorar as mudanças quer ao nível do aumento substancial de preços, quer ao nível da escassez de matérias primas, não desenvolvendo estratégias de aproximação dos instrumentos de financiamento às condições da economia, traduz-se numa perda de oportunidade para as organizações.

Assim, o quadro financeiro plurianual, Portugal 2030, que se prevê ser o último a ser negociado com a Comissão Europeia, assume uma maior relevância estratégica nas mudanças que urge implementar no setor da economia social.

Em face dos requisitos e regras que se prevê virem a ser adotadas na atribuição de financiamentos às instituições da economia social, e a dificuldade em enquadrar estas instituições em grande parte das oportunidades disponíveis, o Gabinete de Assuntos Europeus em conformidade com as orientações estratégicas da Mesa Administrativa e em articulação com os Departamentos e Unidades Operacionais propõe-se a desenvolver os seguintes documentos:

- Plano Diretor para as áreas Social e da Saúde na SCMP, 2022-2030;
- Abordagem da SCMP no acesso e gestão dos instrumentos e oportunidades de financiamento / fundos, 2022-2030.

O Plano Diretor será um documento fundamental para orientar e alinhar as orientações e estratégias definidas pela Mesa Administrativa e os interesses superiores da Misericórdia do Porto, com as oportunidades de financiamento que se prevê que venham a ser disponibilizadas, priorizando áreas e serviços, edificado e equipamentos, necessidades de investimento e disponibilidades financeiras, permitindo a definição de um plano de ação para cada área considerada prioritária e a consequente antecipação de requisitos e orientações a cumprir, promovendo uma resposta organizacional mais preparada, coesa e articulada, quer interna, quer externamente, aos desafios que se adivinham.

O segundo documento afigura-se, também, como estratégico no sentido de garantir o perfeito alinhamento das necessidades e disponibilidades da Misericórdia do Porto com as oportunidades de financiamento, promovendo uma atuação planeada, concertada e sistemática no desenvolvimento de projetos e respetivas candidaturas, com o objetivo de antecipar e garantir o desenvolvimento das condi-

ções necessárias e inerentes à realização de investimentos de modo sustentável e a maximização quer dos resultados, quer do valor criado.

O desenvolvimento destes documentos durante o ano de 2023 configura-se como relevante na melhoria e consolidação do trabalho que tem vindo a ser realizado e visa garantir um posicionamento interno e externo robusto da Misericórdia do Porto para os desafios decorrentes das oportunidades de financiamento que se prevê virem a ser disponibilizados, possibilitando o desenvolvimento prévio de ações de preparação e capacitação, bem como de parcerias estratégicas, fundamentais para o sucesso da atuação.

Candidaturas a financiamentos

O Gabinete de Assuntos Europeus pretende dar continuidade à estratégia que tem vindo a ser implementada de maximização das oportunidades de financiamento e conciliação das mesmas com os interesses e necessidades da Misericórdia do Porto, com particular incidência nos seguintes instrumentos financeiros, a saber:

- *Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal 2021-2026*, o qual prevê apoios específicos para todas as áreas estratégicas da Misericórdia do Porto;
- *Portugal 2030*, na expectativa de uma melhor adequação das condições de financiamento às necessidades e especificidades da economia especial;
- Horizonte Europa, Programa-Quadro de Investigação e Inovação da União Europeia, com prioridades ao nível da saúde e envelhecimento ativo.

De especial interesse serão, também, os resultados dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos pela Comissão Europeia, nomeadamente com a criação do “Plano de Ação para a Economia Social” no qual propôs um conjunto de medidas destinadas a criar condições que permitam à economia social cumprir o seu potencial e contribuir para um crescimento justo, sustentável e inclusivo. Neste Plano de Ação assume particular destaque as seguintes medidas:

- *Desenvolvimento de quadros políticos e jurídicos* adequados às necessidades da economia social, uma vez que o seu enquadramento nos atuais não é fácil;
- *Lançar uma nova iniciativa no âmbito do Programa a favor do Mercado Único*, que apoie a criação de parcerias locais e regionais entre entidades da economia social e

empresas convencionais, possibilitando um mercado «de compra social» entre empresas;

- *Lançar um novo portal único da UE para a economia social*, a fim de proporcionar um ponto de entrada claro para as partes interessadas da economia social, outros intervenientes e indivíduos pertinentes que pretendam obter informações sobre o financiamento, as políticas e as iniciativas pertinentes da EU;
- *Lançar novos produtos financeiros ao abrigo do programa InvestEU*, destinados a mobilizar financiamento privado orientado para as necessidades das empresas sociais em diferentes fases de desenvolvimento;
- *Apoiar o desenvolvimento da medição e gestão do impacto social* para prestar assistência aos intervenientes da economia social na EU;
- *Lançar uma trajetória de transição para o ecossistema industrial «Economia social e de proximidade»*, a fim de continuar a trabalhar com as autoridades públicas e as partes interessadas na execução do plano de ação nesse domínio;
- *Criação de um novo “Centro Europeu de Competências para a Inovação Social”*, com o objetivo de estimular a inovação social através de uma nova abordagem da cooperação transnacional no âmbito do FSE+.

Com um prazo previsto de implementação até ao final de 2023, de acordo com a Comissão Europeia, os objetivos deste Plano só podem ser atingidos por intermédio de parcerias e cooperação.

Também na sequência dos trabalhos que têm vindo a ser promovidos pela Comissão Europeia, foi lançada a Estratégia Nacional para a Inclusão de Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD 2021-2025), na qual se destacam os seguintes eixos estratégicos:

- *Cidadania, Igualdade e não discriminação*, com alterações/ consolidação no sistema de avaliação de pessoas com deficiência, *cartão de atestado médico de incapacidade multiusos*, *manual de apoio ao maior acompanhado*, *acessibilidade à informação política e voto*. Promover a inclusão, igualdade e a prevenção da violência nas organizações e na comunidade, com o desenvolvimento de guias metodológicos de prevenção, sinalização e intervenção em situações de violência nas pessoas com deficiência, *desenvolvimento de resposta especializada integrada na Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica*;
- *Promoção de um ambiente inclusivo*, pela elaboração de protocolos entre as entidades competentes para a

disponibilização de habitação para pessoas com deficiência em situação de especial vulnerabilidade social. Pela criação de linhas de financiamento específicas ou transversais para incremento da acessibilidade física e comunicacional dos recursos turísticos;

- *Educação e qualificação, através da revisão dos modelos de funcionamento e financiamento dos Centros de Recurso para a Inclusão (CRI) e criação e equipas de apoio à efetivação dos Planos Individuais de Transição (PIT) em articulação com as Autarquias Locais e as entidades do Setor Social e Solidário;*
- *Trabalho, emprego e formação profissional, e definição do papel e atribuições da rede de Formação Profissional especificamente vocacionada para pessoas com deficiência, redimensionando-a e promovendo a sua integração na rede de Centros de Recursos. Promover a credenciação da rede de Centros de Recursos de acordo com a nova configuração. Criação da figura de “Mediador/a para o Emprego” que acompanhe o processo de recrutamento, seleção, colocação e pós-colocação das pessoas com deficiência e implementação de um programa de transição das atividades socialmente úteis para o emprego apoiado;*
- *Promoção da Autonomia e Vida Independente, pela criação no seio das IPSS e ONGPD equipas técnicas de autonomização e revisão dos modelos de funcionamento das respostas sociais dos Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) e Residências Autónomas (RA). Criação de projetos inovadores de base comunitária e em parceria com entidades relevantes para resposta a necessidades de autonomização de pessoas com deficiência. Desenvolvimento de guia metodológico de diagnóstico social para decisão de não institucionalização ou desinstitucionalização;*
- *Medidas, serviços e apoios sociais, pela elaboração de estudo de caracterização e avaliação das pessoas com deficiência acolhidas em respostas sociais de natureza residencial, adequação da rede de equipamentos sociais, no âmbito da deficiência, através da contractualização de vagas, cuja ocupação seja efetuada por indicação dos serviços da ISS (Plataforma Nacional de Gestão de Vagas). Criação de novas tipologias de respostas sociais, de proximidade, ajustadas ao cuidado e autonomia;*
- *Cultura, desporto, turismo e lazer, pela criação de Planos de Acessibilidade a Monumentos, reforço do financiamento à elaboração e implementação de tecnologias que permitam o acesso a museus e monumentos e*

para a produção e o comércio de obras e conteúdos em formatos acessíveis.

Importa realçar que a entidade coordenadora da ENIPD 2021-2025 é o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.), o qual exige a acreditação das entidades como Organização Não Governamental das Pessoas com Deficiência (ONGPD), não estando a Misericórdia do Porto acreditada para este efeito.

Adicionalmente, importa realçar os resultados de outros trabalhos realizados pela Comissão Europeia e com potencial impacto na atuação da Misericórdia do Porto, com especial destaque para:

- *Plano de Ação para o Pilar dos Direitos Sociais* – o qual fixou três metas ambiciosas para a União Europeia, a saber:
 - *Emprego* – pelo menos 78% da população entre os 20 e os 64 anos deverão estar empregadas até 2030;
 - *Formação* – pelo menos 60% de todos os adultos devem participar anualmente em ações de formação até 2030;
 - *Pobreza e Exclusão Social* – redução de, pelo menos, 15 milhões do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social.

A implementação de estratégias e/ou orientações europeias privilegia uma postura proactiva por parte das organizações e é, na maioria das situações, acompanhada de mecanismos próprios de financiamento, pelo que, é objetivo deste Gabinete garantir a atempada identificação de oportunidades estratégicas para a Misericórdia do Porto. No que se refere à área das candidaturas é, ainda, objetivo deste Gabinete a consolidação da estratégia de abordagem às oportunidades de financiamento direto da União Europeia, com o inerente reforço das parcerias estratégicas nacionais e europeias, promovendo uma maior abrangência nos instrumentos financeiros disponíveis e, consequentemente, na resposta às necessidades da Misericórdia do Porto.

Gestão física e financeira de projetos financiados

Esta é, também, uma área eminentemente estratégica e que constitui um importante desafio em 2023 do Gabinete de Assuntos Europeus, mantendo-se, como principais objetivos:

- Assegurar a conformidade do projeto com os normativos em vigor, durante todo o seu ciclo de vida;
- Assegurar a racional e eficiente utilização de recursos e meios;
- Assegurar a monitorização da execução física e financeira dos projetos;
- Estabilização dos fluxos de informação, física e financeira, fundamentais para uma ação mais ágil por parte de todos os intervenientes;
- Implementar práticas de reembolso de despesas mais céleres, contribuindo para a diminuição do esforço de tesouraria;
- Monitorizar o cumprimento dos objetivos e metas contratualizadas.

Tendo sido iniciada no final de 2020 a implementação da “Metodologia de Gestão Física e Financeira de Projetos Financiados”, este processo deparou-se com um conjunto significativo de constrangimentos, maioritariamente, decorrentes do impacto que a situação pandémica originou ao nível da regulamentação associada aos projetos e nas metodologias de trabalho. Assim, em 2023, prevê-se:

- Revisão da “Metodologia de Gestão Física e Financeira de Projetos Financiados”, com vista a fazer refletir as alterações verificadas ao nível da regulamentação dos mecanismos de financiamento e, simultaneamente, nos procedimentos e práticas da Misericórdia do Porto;
- Definição e implementação do “Plano de Verificação da Conformidade” dos projetos em curso, visando a verificação sistemática dos projetos já desenvolvidos e/ou em fase de implementação, com o objetivo de garantir a conformidade na execução física e financeira com a regulamentação e orientações aplicáveis, assegurando as inerentes condições de rastreabilidade e a existência do conjunto de evidências definido;
- Elaboração de “Relatório Final de Execução” no prazo de seis meses após a aprovação do Pedido de Saldo Final, que agregue toda a informação relevante sobre a execução física e financeira do projeto, incluindo eventuais desvios e/ou constrangimentos e possibilite a identificação de recomendações e/ou orientações sobre procedimentos e/ou práticas a manter e/ou a eliminar.

Projetos em Curso

O GAE irá continuar a monitorizar os seguintes projetos:

- *IEFP/ Formação Profissional CIAD*, estando em fase de conclusão o projeto que se previa ter finalizado em 2022, aprovado em situação de pré-pandemia, e estando em fase de implementação o novo projeto formativo 2022-2025;
- *PIS / Porto Sentido*, o qual se prevê ser concluído durante o presente ano, sendo importante acautelar a possibilidade de novas fontes de financiamento;
- *NORTE 2020/ Consórcio Social para a Inclusão*, o qual se prevê ser concluído durante o presente ano, sendo importante acautelar a possibilidade de novas fontes de financiamento da Plataforma + Emprego, a qual foi integrada neste projeto;
- *Fundação LaCaixa – Projetos Humaniza e Incorpora*, sendo relevante continuar o trabalho de otimização de recursos no sentido de maximizar as condições do financiamento;
- *Fundação LaCaixa – Programa Sempre Acompanhados Porto* – implementação de projeto piloto na freguesia do Bonfim;
- *Fundação Calouste Gulbenkian, Cidadãos Ativ@s – Projeto ICCA – Mais Inteligência Coletiva para uma Comunidade mais Aberta*, projeto de base comunitário que tem como objetivos envolver as diferentes partes interessadas na análise e discussão da adequação e impacto das políticas públicas nos domínio social, saúde e inovação;
- *Programa Chaves de Afetos*, com o término do seu financiamento em 2021 foi negociada a sua continuidade junto dos municípios participantes, tendo sido protocolada para um período de três anos (2022-2024) com quatro municípios, a saber Maia, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia e para 13 meses com o Porto. Assim, é relevante renegociar o modelo de financiamento junto do município do Porto, aumentar a sua implementação a outros municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP), alargar a abrangência de beneficiários e serviços, numa aposta consolidada na inovação e sustentabilidade.

3.3.16. Assuntos Jurídicos e Contencioso

O Plano de Atividades é um instrumento essencial da gestão do Gabinete de Assuntos Jurídicos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, e tem como principais objetivos generalistas:

- Definir uma estratégia de gestão, fixando orientações gerais de médio e curto prazo, assim como os objetivos que se pretende atingir, bem como identificar eventuais constrangimentos na concretização dos mesmos;
- Identificar as medidas ou programas de execução, estabelecendo prioridades;
- Afetar e mobilizar recursos humanos e financeiros para o efeito.

O presente Plano foi elaborado em consonância com as atribuições, competências e modelo organizacional da Santa Casa da Misericórdia do Porto, nos termos que se encontram dispostos na Estatuto Orgânico da Instituição.

O Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso (GAJC) assegura a assessoria jurídica a todos os Órgãos Sociais, Unidades Operacionais e Departamentos que compõem a Santa Casa da Misericórdia do Porto, tratando das questões legais inerentes ao desempenho da atividade institucional, e, ainda, assegurando o patrocínio judicial da Instituição perante as instâncias judiciais, procurando, sempre, dar uma resposta organizada, especializada

e rigorosa, ao aumento das solicitações no âmbito jurídico que a orgânica da SCMP impõe, agregando o máximo de áreas de atuação possível para atingir os objetivos pretendidos.

Tendo a Instituição um vasto leque de áreas de intervenção, as especificidades de cada unidade operacional, exigem do Gabinete um grande esforço para dar resposta a todas as solicitações diárias, o que se prevê que continue.

Assim, o GAJC é essencial na prestação de assistência técnica-jurídica às Unidades Operacionais, Departamentos, Gabinetes e outros serviços da SCMP, bem como a organização e preservação do património e arquivo normativo da SCMP, a gestão e monitorização da documentação com relevância vinculativa das diversas áreas de atuação, designadamente, contratos e protocolos.

Ao GAJC compete, ainda, elaborar e preparar os atos de autenticação e de registo, designadamente, procurações, termos de autenticação e reconhecimento de assinaturas, certificação de documentos; assegurar a legalidade dos processos, representação e patrocínio da Instituição em sede judicial.

Para melhor alcance da atuação do Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso, apresenta-se infra, um quadro indicativo das atividades que desenvolvemos juntos dos respetivos departamentos e unidades operacionais:

Patrocínio em processos judiciais, administrativos, de arbitragem e contraordenacionais;

Elaboração, Validação e Monitorização de Contratos, Protocolos, Aditamentos, entre outros;

Elaboração de pareceres;

Elaboração de regulamentos;

Tramitação de processos de maior acompanhamento das U.O.: início de processos judiciais, acompanhamento, monitorização, atualização de medidas de acompanhamento e articulação com diversas entidades públicas;

Monitorização da legislação em vigor referente à respetiva área de atuação;

Cobranças dívida em Contencioso

Acompanhamento e Apresentação de contraditório de reclamações das U.O.;

Boletim Normativo.

O GAJC conta, atualmente com três pessoas que, embora exclusivamente afetas a este Gabinete, estão em alerta permanente de modo a dar uma resposta célere e sucinta às perguntas ou dúvidas colocadas.

Tem, ainda, assumido particular relevância o apoio jurídico à área de cobrança de dívidas, apoio que se prevê seja ainda mais intenso no próximo ano.

Esta Coordenação preconiza, ainda, a transparência e otimização dos processos administrativos de forma a garantir a maior eficácia e satisfação dos clientes internos, assim como, mantém o nível de comprometimento dos colaboradores, mediante ações que fomentem o espírito de equipa e envolvimento na Instituição.

No âmbito das suas competências o GAJC presta serviços de garantia e consultoria jurídica às áreas de negócio da SCMP, mormente:



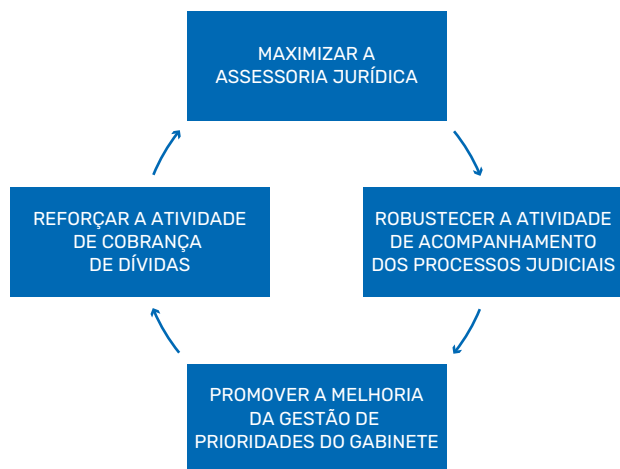
As atividades que se preveem para o ano de 2023, vêm no seguimento do previsto nos anos anteriores, realçando-se as relativas à promoção do papel fundamental do Gabinete Jurídico e Contencioso na vida da Instituição, bem como a manutenção dos programas e ações de formação e desenvolvimento dos profissionais afetos ao GAJC no que concerne às áreas de interesse da SCMP, e ações que promovam uma cultura jurídica e de aperfeiçoamento da elaboração do direito, que se mantém com prioridade no leque de atividades a desenvolver.

De referir que face à situação pandémica que assolou os últimos 3 anos, com as consequências jurídicos-processuais que daí advieram, prevê-se que o ano de 2023 traga um aumento no fluxo das atividades do GAJC, pelo que os trabalhos em desenvolvimento e os que ainda se iniciarão, repercutirão num maior esforço e empenho por parte dos colaboradores.



Objetivos

De forma a cumprir o seu propósito e a estratégia planeada para o ano de 2023, o Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso definiu **quatro objetivos estratégicos**:



OBJETIVO 1: MAXIMIZAR A ASSESSORIA JURÍDICA PRESTADA

Os processos que estão sob gestão do GAJC têm, como objeto principal, a consultadoria jurídica, aos vários órgãos, unidades operacionais e departamentos da SCMP e, que em regra, culminam com a emissão de parecer jurídico.

Contudo, a atividade do GAJC não se esgota com esta intervenção, tendo, especial expressão, nos processos internos, em áreas operacionais particularmente relevantes e críticas para a SCMP.

Existe, igualmente, uma atividade de consulta direta, sempre útil para que os serviços se sintam confortáveis nas propostas e decisões que têm que formular.

O acompanhamento que se pretende fazer desta atividade, passa por gerir a capacidade de resposta aos assuntos dentro das prioridades definidas e dos prazos estabelecidos.

OBJETIVO 2: ROBUSTECER A ATIVIDADE DE ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS JUDICIAIS

A atividade judicial centra-se no exercício do patrocínio judicial e assistência jurídica aos processos de contencioso.

É uma atividade sujeita ao cumprimento de prazos processuais diferentes, quer em função do tipo de processo judicial em causa, quer em função da fase processual em que o mesmo se encontra, sendo que o incumprimento dos prazos processuais, poderá implicar, responsabilidade para a Instituição, nomeadamente, de natureza financeira.

No contexto da gestão dos processos de contencioso, e em consonância com as melhorias implementadas nos anos antecedentes, pretende-se promover a excelência na articulação com os Departamentos e Unidades Operacionais, no planeamento estratégico a adotar nos processos judiciais, bem assim, uma melhoria na gestão, monitorização e atualização dos mesmos.

OBJETIVO 3: REFORÇAR A ATIVIDADE COBRANÇAS DE DÍVIDAS

Compete ao GAJC assegurar, entre outras obrigações, a proteção dos interesses financeiros, promovendo, em particular, a recuperação de verbas em dívida.

É, pois, essencial, o cumprimento dos procedimentos no que respeita à área/gestão de devedores e constatada a necessidade de recuperação de montantes em dívida, providenciar e promover, de forma diligente e eficaz, as ações de cariz administrativo, judicial ou coercivo, adequadas.

Neste contexto, cumpre ao GAJC, no âmbito das suas competências, assegurar e promover, em estreita colaboração com o DCF, a tramitação administrativa e/ou coerciva dos processos, nos termos e prazos previstos, com o intuito último de encerrar o maior número de processos e reduzir os montantes em dívida, minimizando, assim, o impacto e as potenciais consequências de cariz financeiro inerentes a esta área em particular.

É intenção do GAJC, promover o encerramento destes casos, quer por via da recuperação total, quer por decisão de arquivamento mediante o reconhecimento da incobrável dos respetivos débitos.

Em alternativa e não sendo concretizável nenhuma das vias referidas anteriormente, promover a instauração de execuções para todos os processos de recuperação de verbas que se mostrarem em aberto, para cobrança coerciva das respetivas dívidas.

OBJETIVO 4: PROMOVER A MELHORIA DA GESTÃO DE PRIORIDADES DO GABINETE

Naturalmente, tendo a Instituição diversas áreas de intervenção, as solicitações diárias são cada mais específicas, mais complexas, em maior número, constatando-se, muitas das vezes, pedidos/pareceres urgentes, em matérias que implicam um maior estudo e dedicação de tempo a essas questões.

Daí resulta um imenso volume de trabalho diário, que implica reajustes sistemáticos da gestão de prioridades de toda a equipa, para uma resposta em tempo útil, daí a necessidade de efetuarmos um reforço dos critérios de definição de gestão de prioridades dos assuntos remetidos ao GAJC, assim como na definição de critérios mais exigentes e de maior responsabilização por parte das Unidades Operacionais e departamentos, no envio de determinados assuntos a submeter para avaliação, contribuindo assim, para a redução de incidentes processuais.

CONSTRANGIMENTOS

Muito embora toda a equipa se pautar por uma organização e competência adequadas às suas funções técnicas, reconhecemos que uma das maiores dificuldades com que nos deparamos, passa por dar uma resposta célere face ao elevado número de solicitações diárias, considerando o carácter minucioso e complexo das questões de Direito que vão, naturalmente, surgindo.

Os reajustes na gestão de prioridades do gabinete têm sido adaptados ao longo dos últimos anos, consoante as necessidades da Instituição.

3.3.17. DPO - Data Protection Officer

MISSÃO

Consolidação de uma cultura de Proteção de Dados e monitorização da conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) na SCMP, através de meios como a sensibilização/formação, adequação e divulgação de Políticas, emissão de pareceres ou orientações e aconselhamento na Avaliação e Tratamento do Risco.

PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

O Gabinete do DPO tem como principal função controlar a conformidade da legislação aplicável no que concerne à proteção de dados pessoais. O coordenador deste gabinete é, por inerência, o DPO da Santa Casa da Misericórdia do Porto, a quem compete supervisionar o exercício das competências a seguir descritas, bem como o desempenho de todas as funções e deveres que lhe são cometidos pela legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.

Competências:

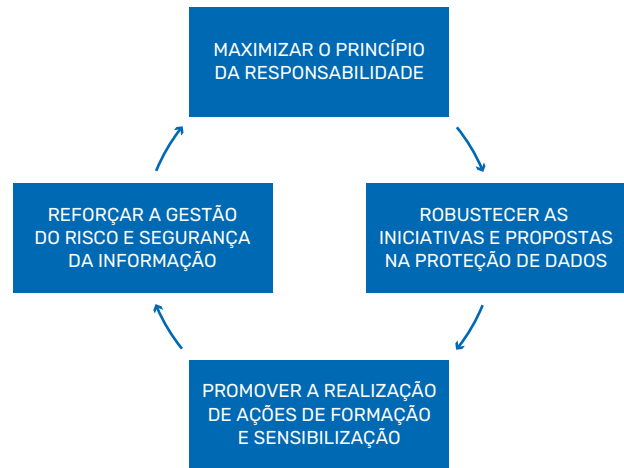
- Avaliar a conformidade das atividades e procedimentos da Santa Casa da Misericórdia do Porto com o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, e demais legislações aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais;
- Prestar aconselhamento em matérias relativas à proteção de dados;
- Emitir pareceres relativos a pedidos de autorização para o tratamento de dados pessoais;
- Emitir pareceres relativos a condições contratuais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, especialmente no caso de transferências internacionais de dados ou de subcontratação;
- Elaborar e manter um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais da responsabilidade da SCMP;
- Acompanhar a tramitação dos processos de notificação de violação de dados pessoais;
- Aconselhamento na realização de avaliações de impacto sobre a proteção de dados pessoais;
- Elaborar propostas de regulamento e de outras normas

internas em matéria de proteção de dados pessoais, incluindo códigos de conduta;

- Cooperar com a autoridade de controlo nacional em matéria de proteção de dados pessoais.

OBJETIVOS

De forma a cumprir o seu propósito e a estratégia planeada para o ano de 2023, o Gabinete do DPO definiu **quatro objetivos estratégicos**:



OBJETIVO 1: MAXIMIZAR O PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE.

Segundo o Princípio da Responsabilidade (Accountability), “não é suficiente dizer que se cumpre, é necessário demonstrá-lo”. Por isso, existe a preocupação de sensibilizar os profissionais da SCMP para uma cultura de Proteção de Dados e para a criação de evidências.

OBJETIVO 2: ROBUSTECER AS INICIATIVAS E PROPOSTAS NA PROTEÇÃO DE DADOS

Reforçar as medidas organizativas e técnicas e as políticas adequadas por forma a demonstrar o cumprimento do Regulamento (RGPD) e assegurar, “desde a conceção e por omissão”, isto é, desde a determinação dos fins e meios do tratamento e no seu decurso, o respeito pelos princípios fundamentais e o respeito pelos direitos dos titulares dos dados previstos no RGPD.

OBJETIVO 3: PROMOVER A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Compete ao DPO assegurar, entre outras obrigações, o cumprimento dos procedimentos no que respeita à proteção dos dados pessoais, promovendo, em particular, a realização de ações de formação e sensibilização, junto dos profissionais da SCMP.

OBJETIVO 4: REFORÇAR DO RISCO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A abordagem da Gestão de Risco na proteção de dados, exige que o Encarregado de Proteção de Dados (DPO) identifique através de avaliação riscos as operações que apresentem riscos elevados para fornecer orientações de mitigação, determinando assim condições técnicas e organizativas apropriadas para assegurar um nível de segurança adequado e poder comprovar que o tratamento é realizado em conformidade com o presente regulamento.

O DPO, tem a missão de informar e aconselhar todo o universo da SCMP sobre as obrigações decorrentes do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e verificar a aplicabilidade da Política de Proteção de Dados, assegurando que todos os titulares de dados tenham conhecimento da forma como os seus dados pessoais são tratados e quais os direitos que lhe assistem nesta matéria, bem como ser o ponto de contacto da SCMP com a Autoridade de Controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados).

Neste sentido, a estratégia do Gabinete do DPO passa, sempre, por manter-se devidamente estruturado, especializado, e focado em apresentar as melhores soluções estratégicas aos mais variados problemas, disponibilizando um conjunto de conceitos, informações e boas práticas para garantir a conformidade com o RGPD.





3.4 Referências Finais

Apresentamos a Assembleia Geral uma proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2023 que consideramos realista e que não se apoia em alienações para fazer face a despesas correntes.

Trabalhos numa proposta que permite que a Misericórdia do Porto continua a ser um parceiro complementar na construção do Estado Social.

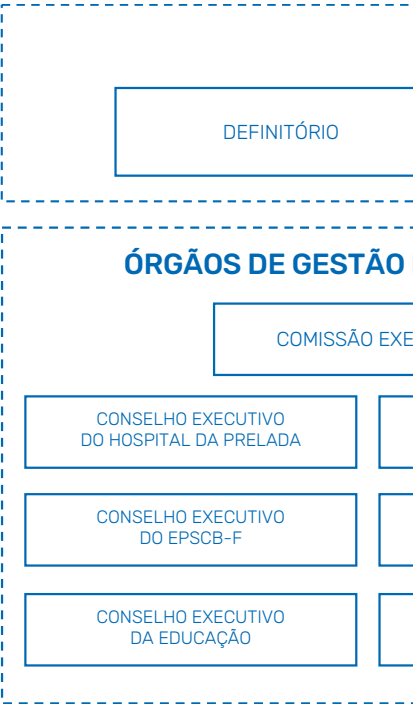
A passagem de competências, no quadro da descentralização, da administração central para a administração local será, também, motivo de avaliação e disponibilidade da nossa Santa Casa.

Vamos continuar a nossa missão de sacrifício a favor dos mais desfavorecidos da nossa sociedade.

Confiantes no futuro esperamos que o Estado compreenda e Deus nos ajude nesta tão nobre missão.

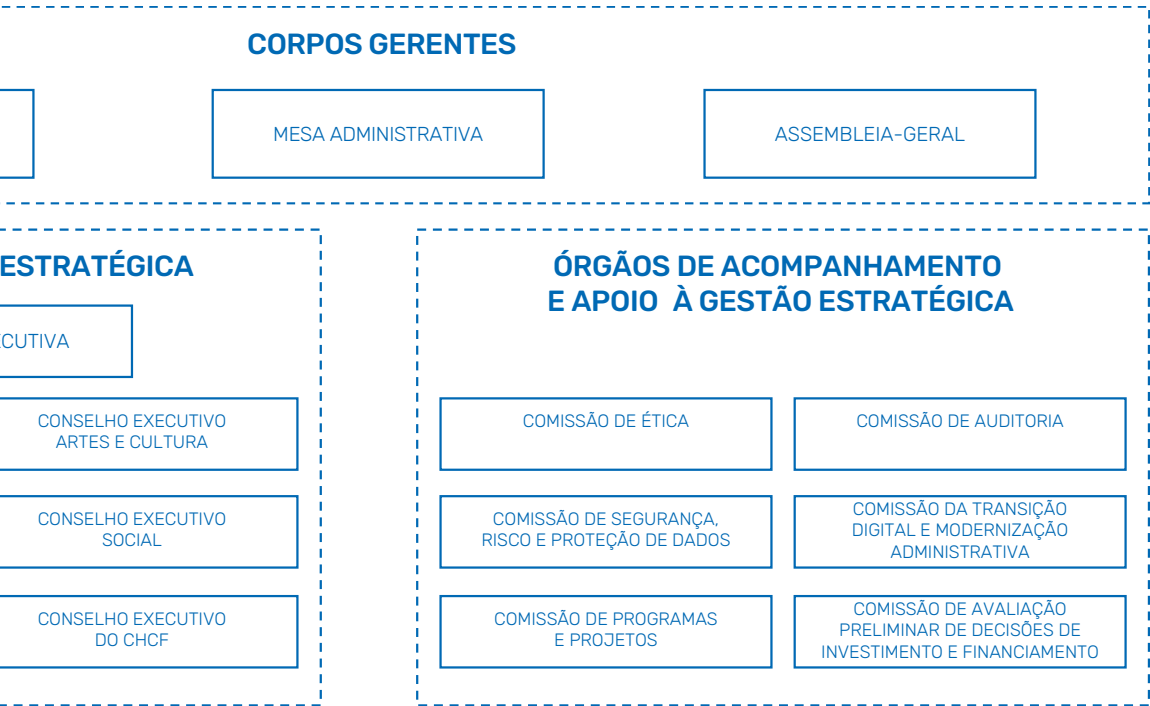
Terminamos agradecendo a todos os nossos colaboradores na preparação deste documento, aos nossos utentes e a todas as entidades públicas, privadas e sociais que connosco colaboram.

Organograma Geral



SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS





UNIDADES OPERACIONAIS						
ARTES E CULTURA	CULTO	INICIATIVA EMPRESARIAL	EDUCAÇÃO	MULHER	SAÚDE	SOCIAL, ENVELHECIMENTO E JUVENTUDE
MUSEU DA MISERICÓRDIA DO PORTO – CONDE DE SAMODÃES	GABINETE RELIGIOSO E DE CULTO	GABINETE DE ASSUNTOS EUROPEUS	COLÉGIO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	CASA DE SANTO ANTÓNIO	CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA	DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL
CENTRO CULTURAL D. FRANCISCO DE NORONHA – CASA DA PRELADA	IGREJA PRIVATIVA	COMPLEXO RODRIGUES SEMIDE			HOSPITAL DA PRELADA	UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE
BIBLIOTECA DO CHCF	CEMITÉRIO PRIVATIVO					ERPI NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA
ARQUIVO INTERMÉDIO	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA					ERPI PEREIRA DE LIMA
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA	AMBIENTE	DEFICIÊNCIA E ENSINO ESPECIAL	EMPREGO PROTEGIDO	JUSTIÇA		ERPI SÃO LÁZARO
QUINTA D'ALVA	PARQUE DA PRELADA	CENTRO INTEGRADO DE APOIO À DEFICIÊNCIA	CENTRO PROFESSOR ALBUQUERQUE E CASTRO	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SANTA CRUZ DO BISPO – FEMININO		SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
	PARQUE AVIDES MOREIRA		ARTES GRÁFICAS E SERVIÇOS DE IMPRENSA			CASA DA RUA – D. LOPO DE ALMEIDA
						CAS D. MANUEL MARTINS
						COLÉGIO DO BARÃO DE NOVA SINTRA

OUTPUT MACRO | ORÇAMENTO 2023

EXPLORAÇÃO

Rendimentos Operacionais: **62,27 M€**

Gastos Operacionais: **66,19 M€**

EBITDA: **-0,31 M€**

Resultado Líquido: **-3,92 M€**

INVESTIMENTO

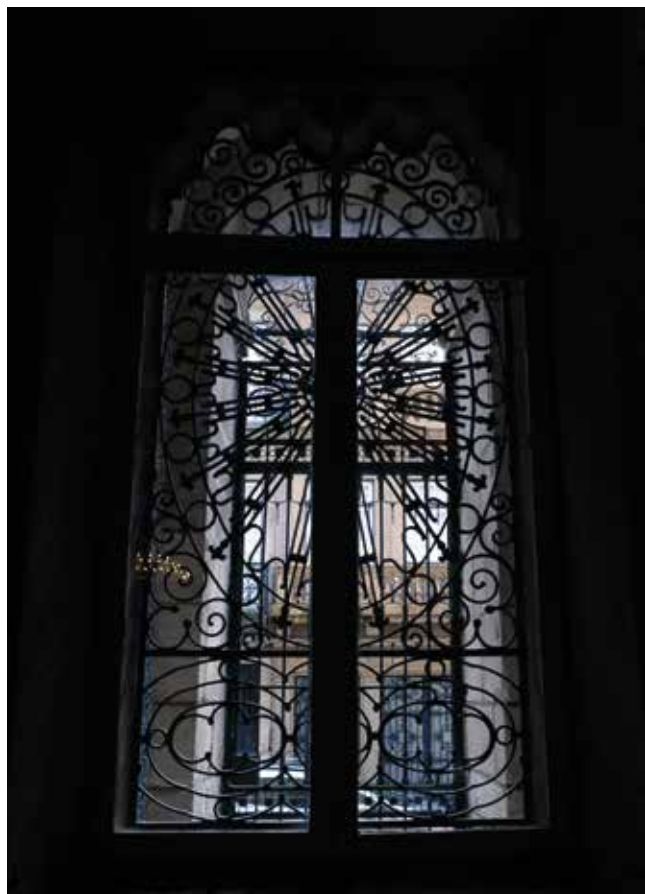
Edifícios e Outras Construções: **3,38 M€**

Equipamento Básico: **0,37 M€**

Equipamento Administrativo: **0,43 M€**

Outros: **0,12 M€**

O investimento poderá crescer **3,3M€** com recurso a financiamento externo.



NOTAS INTERPRETATIVAS

MODELO ANALÍTICO:

O Orçamento para 2023 apresenta um modelo analítico assente em 11 Áreas de Exploração, a saber:

Saúde | Património de Rendimento | Social | Juventude | Artes e Cultura | Ensino Especial | Educação | Ambiente | Agricultura | Justiça | Projetos Especiais

Nestas Áreas de Exploração encaixam-se diversos Centros de Resultados agrupados pela natureza da sua atividade:

Saúde: Hospital da Prelada | Centro Hospitalar Conde Ferreira

Património de Rendimento: Complexos | Residências | Outros imóveis na Zona do Porto | Imóveis de Concelhos Fora do Porto | Parque de Estacionamento

Social: ERPI's | Casa Rua | C. S. António | CAS DMM | SAD | DIS | Serviço de Saúde | Apartamentos Partilhados | SAAS

Juventude: Colégio Barão Nova Sintra | Casa de Autonomia

Artes e Cultura: Museu | Casa da Prelada | Gabinete Religioso e Culto | Centro de Restauro

Ensino Especial: Centro Integrado Apoio à Deficiência | Centro Prof. Albuquerque e Castro

Educação: Colégio N. Senhora da Esperança

Ambiente: Parque Avides Moreira | Parque da Prelada

Agricultura: Quinta D'Alva

Justiça: Estabelecimento Prisional S.C. Bispo - Feminino

Projetos Especiais: Humaniza | Incorpora | Porto Sentido | Consórcio Social para a Inclusão | Chave de Afetos | Sempre Acompanhados Porto | Inteligência Coletiva para Comunidade mais Aberta | POISE

Estas Áreas de Exploração/Centro de Resultados (AE/CR) suportam parte da sua atividade nos **Serviços Partilhados e Corporativos da SCMP (SPeC)** que oferecem serviços especializados transversais a toda a operação, a saber:

Contabilidade e Finanças | Recursos Humanos | Gestão Administrativa e Patrimonial | Gestão Organizacional e Sistemas de Informação (Controlo de Gestão - Compliance - Gestão de Projetos e Risco - Ambiente e Qualidade - Tecnologias de Informação) | Auditoria Interna | Jurídico e Contencioso | Institucionais e Estrutura.

Na leitura das Demonstrações dos Resultados numa ótica analítica compete às AE/CR apresentarem os seus resultados económicos e financeiros assentes numa lógica de contabilização direta da sua operação aos quais terão, obviamente, de acrescentar os serviços partilhados e corporativos atrás referidos.

Esta Imputação de gastos e rendimentos dos SPeC pelas Áreas de Exploração/Centros de Resultado (AE/CR) das unidades operacionais da SCMP tem sido prática nos últimos exercícios (2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022).

O Orçamento de 2023 mantém essa regra atendendo aos princípios da comparabilidade, consistência e coerência.

Numa perspetiva de melhorar a cada ano a apresentação das Demonstrações dos Resultados optou-se, em 2019, pela referida imputação em rubrica autónoma da conta **Fornecimentos e Serviços Externos**, evidenciando assim o cariz de serviço prestado. Este procedimento mantém-se em 2023.

Assim, na análise dos mapas apresentados a seguir deve-se ter em conta que o resultado por **Área de Exploração** contém as respetivas **imputações**. Contudo, foi incluída neste documento uma Demonstração de Resultados Consolidada por Natureza (considerando os SPeC como mais uma área de exploração) para uma melhor perceção da evolução por rubrica de gastos e rendimentos.

O mapa referente às demonstrações dos resultados dos SPeC é meramente informativo e apresenta a distribuição da referida imputação pelas diferentes Áreas de Exploração.

No orçamento para 2023 não foram previstas imparidades; em todo o caso a política a adotar quanto a este requisito de boa prática contabilística, a partir de janeiro de 2023 e perante qualquer situação que possa surgir de atraso nas cobranças, passará por fazer aplicar a seguinte grelha de constituição de imparidades:

Imparidades – Todos os devedores (exceto Entidades Públicas)

0 a 90 dias » 0% de Imparidade
91 a 180 dias » 25% de Imparidade
181 a 270 dias » 50% de Imparidade
271 a 360 dias » 75% Imparidade
> 361 dias » 100% de Imparidade

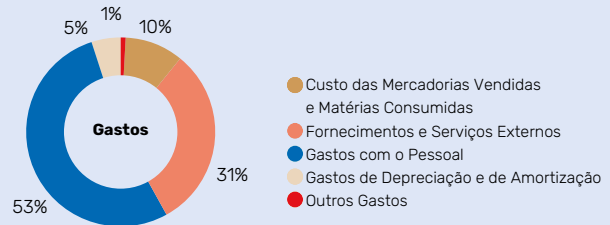
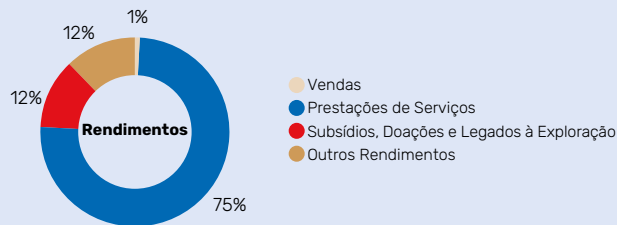
Imparidades – Entidades Públicas

> 760 dias » 100% de Imparidade

CONSOLIDADO
POR NATUREZA DE GASTOS E RENDIMENTOS

	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
RENDIMENTOS	56 211 754 €	59 670 649 €	60 007 675 €	62 265 814 €
Vendas	450 511 €	510 092 €	568 949 €	557 260 €
Prestações de Serviços	40 670 776 €	42 239 406 €	44 034 210 €	46 317 419 €
Variação nos Inventários da Produção	1 090 €	12 275 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	28 €	254 603 €	251 444 €	228 639 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	7 029 611 €	7 225 625 €	7 126 509 €	7 547 566 €
Reversões	309 331 €	140 322 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	15 958 €	34 323 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	7 713 457 €	9 233 169 €	8 005 302 €	7 607 052 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	20 992 €	20 835 €	21 261 €	7 878 €
GASTOS	-62 721 547 €	-64 096 432 €	-63 635 835 €	-66 190 196 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-5 254 809 €	-6 242 703 €	-6 197 575 €	-6 514 723 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-15 940 766 €	-18 050 043 €	-18 409 405 €	-20 167 188 €
Gastos com o Pessoal	-33 571 808 €	-34 242 478 €	-34 502 226 €	-35 182 474 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-3 779 310 €	-3 810 705 €	-3 767 528 €	-3 490 692 €
Perdas por Imparidade	-477 051 €	-198 417 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	-91 266 €	-41 404 €	0 €	0 €
Provisões do Período	-274 361 €	-69 413 €	-150 000 €	-150 000 €
Outros Gastos	-3 248 621 €	-1 374 489 €	-534 239 €	-555 657 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-83 554 €	-66 781 €	-74 862 €	-129 462 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-6 509 793 €	-4 425 783 €	-3 628 160 €	-3 924 382 €

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023

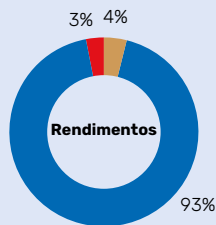


SAÚDE*

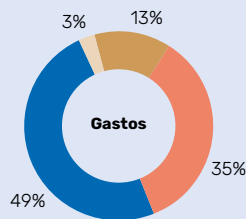
	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
RENDIMENTOS	38 474 580 €	40 499 878 €	40 918 295 €	42 380 813 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	35 949 434 €	35 329 176 €	36 582 017 €	37 688 018 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1 597 905 €	1 430 074 €	1 499 392 €	1 382 881 €
Reversões	0 €	44 774 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	1 566 243 €	1 670 557 €	1 670 692 €	1 847 396 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-42 848 587 €	-43 052 691 €	-41 933 003 €	-43 370 248 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-4 549 448 €	-5 373 216 €	-5 255 149 €	-5 534 118 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-12 618 020 €	-13 857 503 €	-14 419 702 €	-15 110 335 €
Gastos com o Pessoal	-21 100 101 €	-21 523 390 €	-20 852 298 €	-21 301 517 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-1 441 988 €	-1 460 572 €	-1 321 690 €	-1 136 288 €
Perdas por Imparidade	-248 824 €	-115 776 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	-105 499 €	-100 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-2 734 907 €	-718 265 €	-81 764 €	-286 173 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-49 801 €	-3 869 €	-2 400 €	-1 817 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-4 374 007 €	-2 552 813 €	-1 014 708 €	-989 435 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Subcontratos (**Fornecimentos e Serviços Externos**)

* Hospital da Prelada | Centro Hospitalar Conde Ferreira

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023

● Prestações de Serviços
● Subsídios, Doações e Legados à Exploração
● Outros Rendimentos

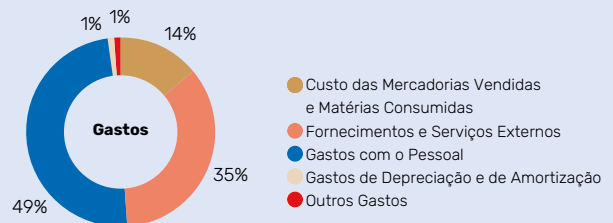
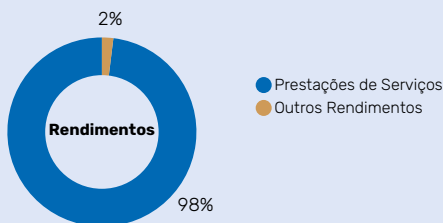


● Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
● Fornecimentos e Serviços Externos
● Gastos com o Pessoal
● Gastos de Depreciação e de Amortização

HOSPITAL DA PRELADA

	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
RENDIMENTOS	31 991 896 €	34 121 518 €	34 519 126 €	36 182 724 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	30 993 680 €	32 823 563 €	33 320 400 €	35 395 214 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	9 159 €	3 251 €	0 €	0 €
Reversões	8 247 €	52 242 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	980 811 €	1 242 462 €	1 198 726 €	787 510 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-34 793 738 €	-35 124 875 €	-34 144 370 €	-35 345 749 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-4 021 036 €	-4 802 806 €	-4 757 549 €	-5 027 568 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-10 132 503 €	-11 393 633 €	-11 940 199 €	-12 352 540 €
Gastos com o Pessoal	-16 959 288 €	-17 382 321 €	-16 788 943 €	-17 349 935 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-707 518 €	-742 199 €	-583 195 €	-417 614 €
Perdas por Imparidade	-156 305 €	-104 047 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	-56 000 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-2 711 564 €	-696 051 €	-72 084 €	-196 723 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-49 522 €	-3 818 €	-2 400 €	-1 369 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-2 801 841 €	-1 003 357 €	374 756 €	836 975 €

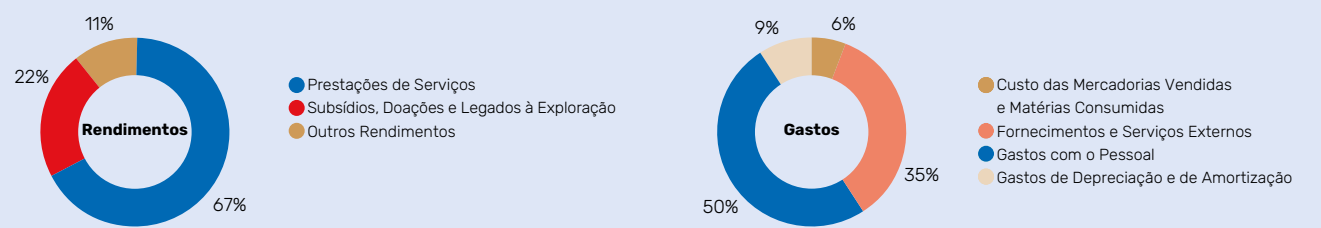
As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Subcontratos (**Fornecimentos e Serviços Externos**)

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023

CENTRO HOSPITALAR CONDE FERREIRA	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
RENDIMENTOS	6 482 684 €	6 378 361 €	6 399 169 €	6 198 089 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	4 335 497 €	4 052 361 €	4 367 618 €	4 154 324 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1 420 915 €	1 434 792 €	1 382 881 €	1 354 020 €
Reversões	36 527 €	45 523 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	689 746 €	845 685 €	648 670 €	689 745 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-8 054 850 €	-7 927 816 €	-7 788 633 €	-8 024 499 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-528 412 €	-570 411 €	-497 600 €	-506 550 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-2 485 517 €	-2 463 871 €	-2 479 503 €	-2 757 795 €
Gastos com o Pessoal	-4 140 812 €	-4 141 068 €	-4 063 355 €	-3 951 582 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-734 471 €	-718 373 €	-738 495 €	-718 674 €
Perdas por Imparidade	-92 518 €	-11 728 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	-49 499 €	-100 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-23 343 €	-22 214 €	-9 680 €	-89 450 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-279 €	-51 €	0 €	-448 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 572 165 €	-1 549 456 €	-1 389 464 €	-1 826 410 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Subcontratos (**Fornecimentos e Serviços Externos**)

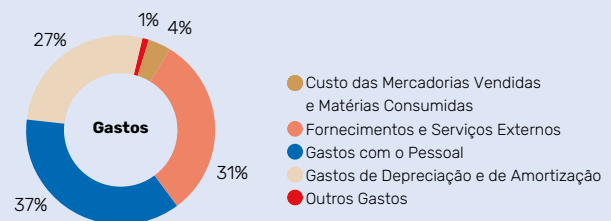
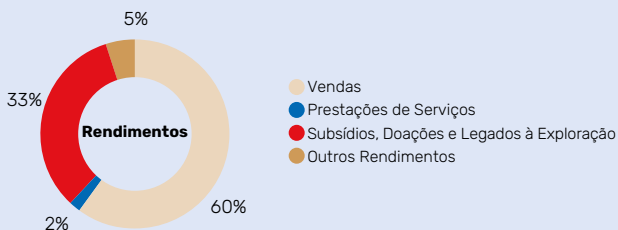
ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023



AGRICULTURA*

	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
RENDIMENTOS	195 441 €	229 483 €	260 560 €	201 546 €
Vendas	117 073 €	134 766 €	180 000 €	120 000 €
Prestações de Serviços	3 005 €	2 583 €	8 560 €	3 560 €
Variação nos Inventários da Produção	1 090 €	12 275 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	59 020 €	67 486 €	54 000 €	67 486 €
Reversões	1 150 €	0 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	14 103 €	12 372 €	18 000 €	10 500 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-279 823 €	-287 985 €	-354 046 €	-325 070 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-505 €	-3 695 €	-17 050 €	-12 550 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-66 663 €	-83 005 €	-94 381 €	-99 710 €
Gastos com o Pessoal	-128 793 €	-121 877 €	-139 318 €	-118 829 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-75 380 €	-75 812 €	-97 147 €	-89 140 €
Perdas por Imparidade	-574 €	-85 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-7 887 €	-3 512 €	-6 150 €	-4 350 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-20 €	0 €	0 €	-491 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-84 382 €	-58 503 €	-93 486 €	-123 524 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Subcontratos (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Quinta d'Alva

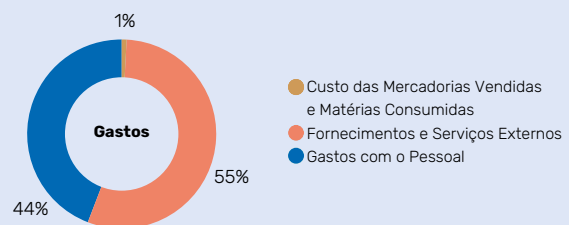
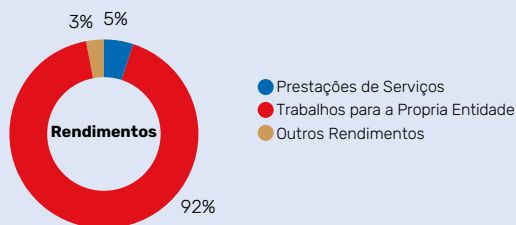
ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023

AMBIENTE*

	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
RENDIMENTOS	22 294 €	240 279 €	250 122 €	230 989 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	13 456 €	11 937 €	13 638 €	12 500 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	219 179 €	231 794 €	212 639 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	0 €	0 €	0 €	0 €
Reversões	2 244 €	217 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	6 594 €	8 945 €	4 690 €	5 850 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-162 208 €	-401 911 €	-483 925 €	-445 429 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-289 €	-632 €	-3 095 €	-1 660 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-155 485 €	-206 820 €	-259 539 €	-245 941 €
Gastos com o Pessoal	0 €	-189 963 €	-216 446 €	-194 163 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-1 791 €	-2 455 €	-4 845 €	-2 665 €
Perdas por Imparidade	-2 281 €	-363 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-2 362 €	-1 678 €	0 €	-1 000 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	0 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-139 914 €	-161 632 €	-233 803 €	-214 440 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Subcontratos (**Fornecimentos e Serviços Externos**)

* Parque da Prelada | Parque Avides Moreira

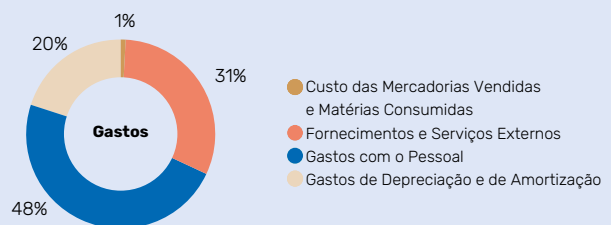
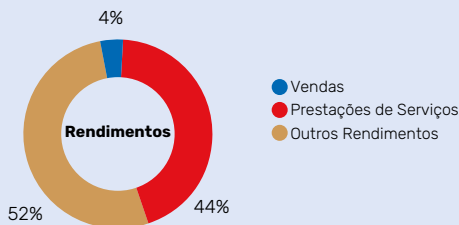
ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023

CULTURA*

	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
RENDIMENTOS	167 439 €	580 907 €	413 394 €	414 703 €
Vendas	3 149 €	12 859 €	16 200 €	15 100 €
Prestações de Serviços	28 816 €	131 427 €	204 100 €	182 700 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	372 €	32 248 €	600 €	600 €
Reversões	935 €	50 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	134 167 €	404 324 €	192 494 €	216 303 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-1 258 714 €	-1 381 147 €	-1 056 563 €	-1 140 153 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-6 832 €	-7 126 €	-14 835 €	-14 180 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-519 393 €	-660 054 €	-325 090 €	-357 618 €
Gastos com o Pessoal	-507 046 €	-486 633 €	-484 658 €	-541 090 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-220 629 €	-223 190 €	-229 553 €	-224 613 €
Perdas por Imparidade	-1 431 €	-469 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-3 381 €	-3 674 €	-2 427 €	-2 652 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-1 €	-1 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-1 091 275 €	-800 239 €	-643 169 €	-725 450 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Subcontratos (**Fornecimentos e Serviços Externos**)

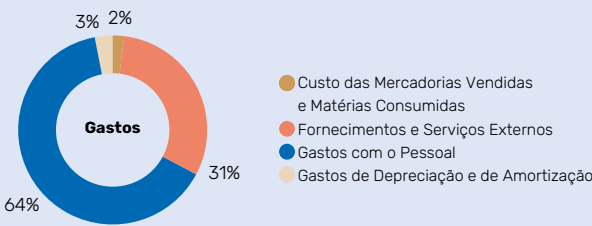
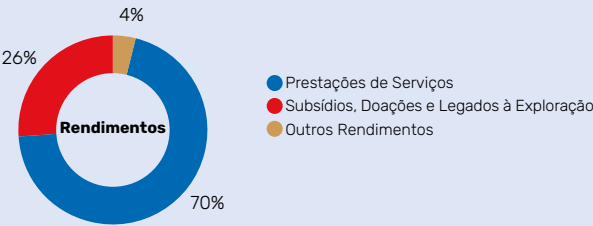
* Museu (MMIPO) | Casa da Prelada | Gabinete Religioso e de Culto | Centro de Restauro

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023

EDUCAÇÃO*

	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
RENDIMENTOS	2 396 279 €	2 469 416 €	2 673 550 €	2 741 362 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	1 619 522 €	1 712 345 €	1 837 800 €	1 917 125 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	659 115 €	665 005 €	640 075 €	716 572 €
Reversões	10 940 €	2 318 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	106 701 €	89 747 €	195 675 €	107 665 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-2 711 346 €	-3 059 385 €	-3 295 559 €	-3 399 912 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-66 320 €	-75 549 €	-92 447 €	-70 517 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-646 217 €	-797 756 €	-980 953 €	-1 061 542 €
Gastos com o Pessoal	-1 858 854 €	-2 063 015 €	-2 104 885 €	-2 168 139 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-93 684 €	-93 538 €	-113 164 €	-97 404 €
Perdas por Imparidade	-38 395 €	-11 265 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-7 875 €	-18 262 €	-4 110 €	-2 310 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	0 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-315 066 €	-589 969 €	-622 009 €	-658 550 €

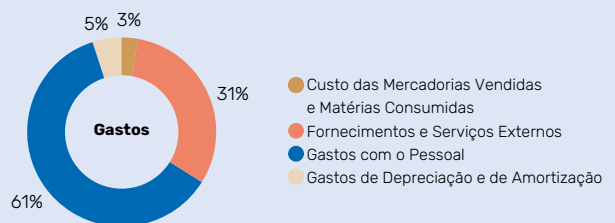
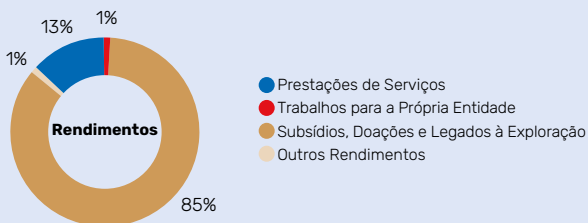
As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Subcontratos (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Colégio Nossa Senhora da Esperança

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023

ENSINO ESPECIAL*

	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
RENDIMENTOS	1 482 744 €	1 606 826 €	1 526 802 €	1 626 133 €
Vendas	3 034 €	4 395 €	3 780 €	4 080 €
Prestações de Serviços	142 293 €	186 739 €	161 831 €	212 058 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	28 €	35 424 €	19 650 €	16 000 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1 303 590 €	1 357 183 €	1 339 957 €	1 382 453 €
Reversões	17 493 €	3 561 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	16 306 €	19 525 €	1 584 €	11 542 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-1 781 248 €	-1 867 930 €	-1 953 644 €	-2 047 298 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-68 642 €	-99 424 €	-79 868 €	-65 815 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-386 735 €	-486 598 €	-548 825 €	-639 349 €
Gastos com o Pessoal	-1 219 147 €	-1 178 041 €	-1 234 803 €	-1 244 181 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-83 166 €	-77 621 €	-89 478 €	-97 286 €
Perdas por Imparidade	-9 944 €	-12 032 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-8 620 €	-13 499 €	-670 €	-667 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-4 993 €	-714 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-298 504 €	-261 104 €	-426 842 €	-421 165 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Subcontratos (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Centro Integrado de Apoio à Deficiência | Centro Professor Albuquerque e Castro

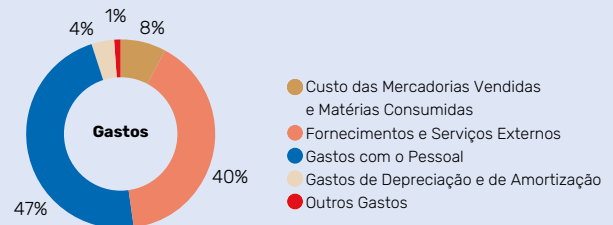
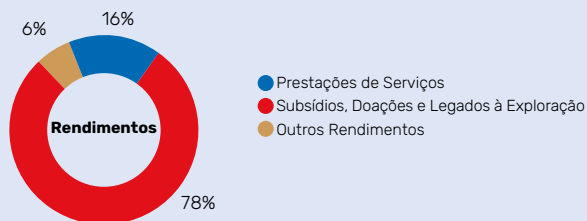
ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023

JUVENTUDE*

	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
RENDIMENTOS	426 744 €	442 681 €	611 359 €	995 927 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	22 573 €	5 744 €	154 177 €	154 177 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	389 030 €	405 435 €	395 951 €	777 631 €
Reversões	6 226 €	0 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	8 914 €	31 502 €	61 231 €	64 119 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-856 720 €	-906 833 €	-1 150 828 €	-1 490 596 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-37 813 €	-76 631 €	-95 782 €	-113 463 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-255 180 €	-267 966 €	-355 164 €	-603 076 €
Gastos com o Pessoal	-483 933 €	-483 664 €	-625 053 €	-698 263 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-64 701 €	-64 803 €	-66 959 €	-65 971 €
Perdas por Imparidade	-2 727 €	0 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-12 366 €	-13 768 €	-7 870 €	-9 823 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	-2 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-429 976 €	-464 152 €	-539 469 €	-494 669 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Subcontratos (**Fornecimentos e Serviços Externos**)

* Colégio do Barão de Nova Sintra (inclui nova valência "Famílias de Acolhimento") | Casa de Autonomia

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023

PROJETOS ESPECIAIS***RENDIMENTOS**

	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
	981 872 €	1 128 603 €	1 690 203 €	1 434 600 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	156 289 €	144 528 €	534 898 €	539 943 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	820 726 €	961 163 €	1 155 305 €	894 657 €
Reversões	0 €	0 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	4 857 €	22 911 €	0 €	0 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €

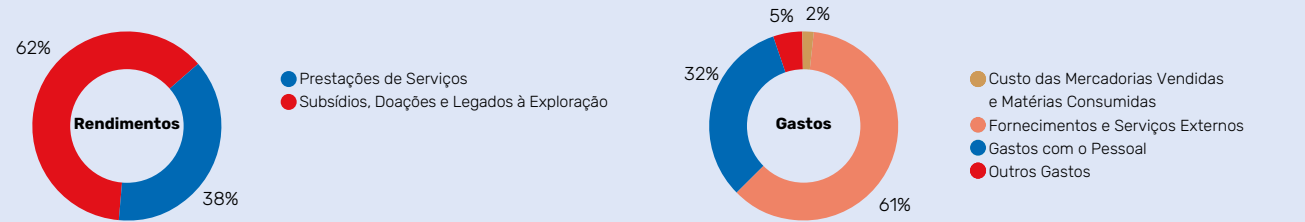
GASTOS

	-1 079 660 €	-1 310 434 €	-1 728 127 €	-1 536 868 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-2 221 €	-6 254 €	-57 163 €	-24 218 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-527 072 €	-761 377 €	-796 002 €	-935 694 €
Gastos com o Pessoal	-476 336 €	-480 720 €	-573 778 €	-499 963 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-58 978 €	-42 601 €	-27 700 €	-6 998 €
Perdas por Imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-15 053 €	-19 481 €	-273 484 €	-69 995 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	0 €	0 €	0 €

RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

	-97 788 €	-181 831 €	-37 924 €	-102 268 €
--	-----------	------------	-----------	------------

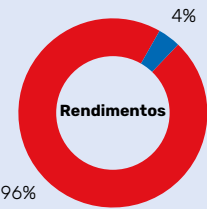
As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Subcontratos (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Humaniza|Incorpora|Chave de Afetos 3.0| Porto Sentido|Consórcio Social para Inclusão|POISE| ICCA | Sempre Acompanhados Porto

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023

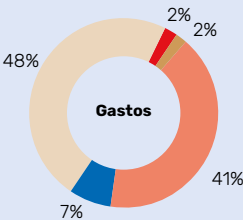
PATRIMÓNIO*

	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
RENDIMENTOS	5 339 575 €	6 292 763 €	5 680 412 €	5 810 081 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	84 119 €	28 069 €	38 280 €	211 518 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	0 €	0 €	0 €	0 €
Reversões	0 €	12 478 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	5 255 455 €	6 252 216 €	5 642 132 €	5 598 563 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-2 299 824 €	-2 640 610 €	-2 477 960 €	-2 514 205 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-9 384 €	-358 €	-236 €	-44 109 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-864 560 €	-902 267 €	-963 770 €	-1 018 455 €
Gastos com o Pessoal	-138 755 €	-171 056 €	-239 871 €	-187 822 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-1 157 765 €	-1 184 871 €	-1 220 566 €	-1 209 466 €
Perdas por Imparidade	-70 535 €	-20 410 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-33 849 €	-314 488 €	-3 750 €	-7 000 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-24 976 €	-47 159 €	-49 767 €	-47 353 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3 039 750 €	3 652 153 €	3 202 452 €	3 295 876 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Subcontratos (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Complexos | Outros imóveis na Zona do Porto | Imóveis de Concelhos Fora do Porto | Residências Universitárias | Parques de Estacionamento

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023

● Prestações de Serviços
● Outros Rendimentos

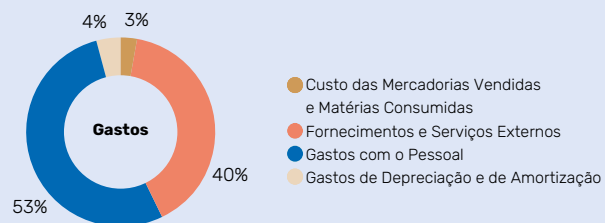
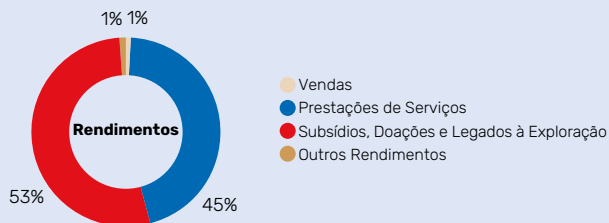


● Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
● Fornecimentos e Serviços Externos
● Gastos com o Pessoal
● Gastos de Depreciação e de Amortização
● Juros e Gastos Similares Suportados

SOCIAL*

	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
RENDIMENTOS	3 991 690 €	3 962 508 €	4 109 489 €	4 392 585 €
Vendas	53 216 €	50 096 €	56 969 €	58 080 €
Prestações de Serviços	1 818 270 €	1 652 920 €	1 873 602 €	1 996 420 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	2 043 605 €	2 141 587 €	2 146 693 €	2 318 147 €
Reversões	6 538 €	12 385 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	70 060 €	105 520 €	32 225 €	19 938 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-6 630 712 €	-6 966 481 €	-7 301 349 €	-7 807 049 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-245 525 €	-246 000 €	-237 989 €	-249 580 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-2 395 077 €	-2 588 794 €	-2 830 117 €	-3 144 542 €
Gastos com o Pessoal	-3 622 860 €	-3 726 507 €	-3 921 924 €	-4 099 033 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-259 922 €	-272 400 €	-295 754 €	-298 763 €
Perdas por Imparidade	-50 677 €	-19 313 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-56 649 €	-113 379 €	-15 565 €	-15 131 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-1 €	-88 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-2 639 022 €	-3 003 973 €	-3 191 860 €	-3 414 464 €

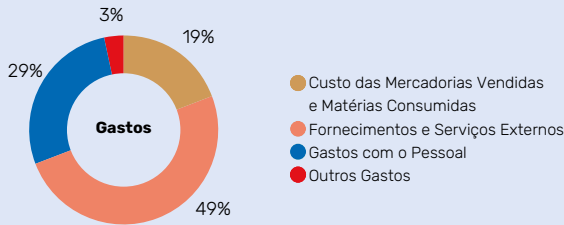
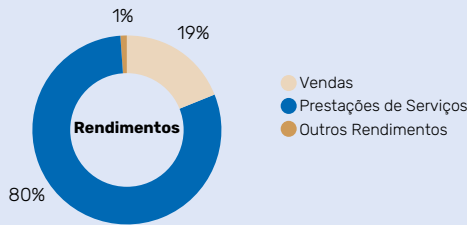
As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Subcontratos (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* S. Lázaro | N°. Sr°. Misericórdia | Pereira Lima | Serviços de Apoio Domiciliário | Casa St°. António | Casa da Rua | CAS D. M. Martins | Serv. Saúde | Dep. Intervenção Social | Serv. Atendim°. e Acompanham°. Social | Apartam°s Partilhados

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023

JUSTIÇA*

	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
RENDIMENTOS	1 712 673 €	1 808 197 €	1 812 090 €	1 878 530 €
Vendas	274 039 €	307 976 €	312 000 €	360 000 €
Prestações de Serviços	1 416 509 €	1 456 501 €	1 487 886 €	1 507 530 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	0 €	1 277 €	5 892 €	0 €
Reversões	4 083 €	1 801 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	18 042 €	40 642 €	6 312 €	11 000 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-1 792 282 €	-1 811 916 €	-1 839 432 €	-1 954 823 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-259 457 €	-331 857 €	-319 654 €	-370 038 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-842 512 €	-838 792 €	-868 881 €	-964 687 €
Gastos com o Pessoal	-599 689 €	-561 653 €	-573 685 €	-555 982 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-400 €	-650 €	-412 €	-948 €
Perdas por Imparidade	-11 931 €	-13 518 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-78 293 €	-65 445 €	-76 800 €	-63 168 €
Juros e Gastos Similares Suportados	0 €	0 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-79 609 €	-3 719 €	-27 342 €	-76 293 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Subcontratos (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo - Feminino

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023

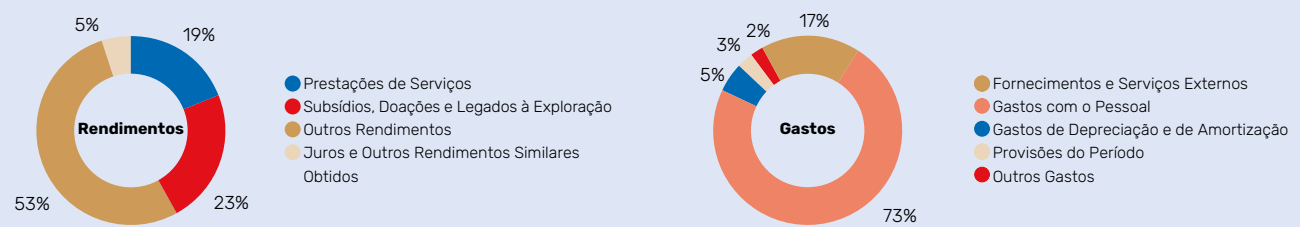
SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS*

	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
RENDIMENTOS	1 020 424 €	409 110 €	61 399 €	158 545 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações de Serviços	36 747 €	30 690 €	31 420 €	30 350 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	324 079 €	156 198 €	5 155 €	36 000 €
Reversões	214 947 €	9 746 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	15 958 €	34 323 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	407 701 €	157 316 €	3 563 €	84 317 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	20 992 €	20 835 €	21 261 €	7 878 €
GASTOS	-5 314 075 €	-4 639 671 €	-4 926 539 €	-4 990 728 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-8 373 €	-21 960 €	-24 307 €	-14 475 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-957 502 €	-829 672 €	-832 121 €	-818 422 €
Gastos com o Pessoal	-3 436 293 €	-3 255 959 €	-3 535 507 €	-3 573 492 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-320 905 €	-312 191 €	-300 260 €	-261 150 €
Perdas por Imparidade	-39 732 €	-5 186 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	-91 266 €	-41 404 €	0 €	0 €
Provisões do Período	-168 863 €	-69 313 €	-150 000 €	-150 000 €
Outros Gastos	-287 379 €	-89 038 €	-61 649 €	-93 388 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-3 761 €	-14 948 €	-22 695 €	-79 801 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-4 293 651 €	-4 230 561 €	-4 865 140 €	-4 832 183 €

SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS*

	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
Hospital Prelada	2 117 416 €	2 203 167 €	2 586 990 €	2 552 864 €
C. H. Conde Ferreira	601 871 €	512 656 €	611 369 €	587 115 €
C. Reabilitação Norte	0 €	0 €	0 €	0 €
Saúde	2 719 287 €	2 715 823 €	3 198 359 €	3 139 979 €
Agricultura	24 541 €	23 627 €	25 630 €	21 503 €
Ambiente	59 831 €	15 153 €	18 995 €	15 368 €
Artes Gráficas	0 €	0 €	0 €	0 €
Cultura	101 151 €	61 029 €	67 679 €	72 040 €
Educação	195 917 €	184 118 €	225 679 €	215 098 €
Ensino Especial	126 285 €	135 309 €	156 290 €	193 257 €
Justiça	121 198 €	116 201 €	116 487 €	120 272 €
Juventude	47 260 €	52 553 €	75 649 €	87 615 €
Projetos Especiais	68 030 €	77 378 €	48 143 €	76 265 €
Património	358 573 €	340 002 €	372 728 €	336 410 €
Social	471 580 €	509 368 €	559 501 €	554 376 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (APÓS IMPUTAÇÕES)	0 €	0 €	0 €	0 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Subcontratos (**Fornecimentos e Serviços Externos**)
* Departamentos: Contabilidade e Finanças, Gestão Administrativa e Património, Recursos Humanos e Formação Profissional, Gestão Organizacional e Sistemas de Informação | Gabinetes: Auditoria Interna, Provedoria, Assuntos Jurídicos e Contencioso | Sede

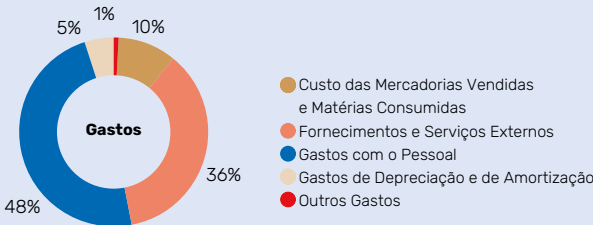
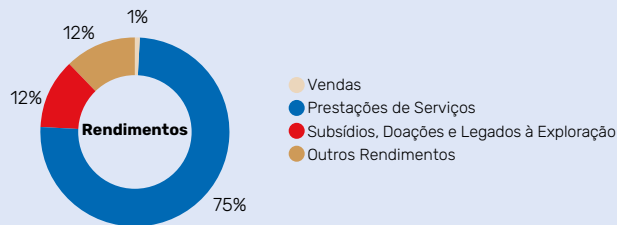
ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023

CONSOLIDADO ANALÍTICO
(COM IMPUTAÇÃO DOS SPEC)

	REALIZADO 2020	REALIZADO 2021	ORÇAMENTO 2022	ORÇAMENTO 2023
RENDIMENTOS	55 191 330 €	59 261 539 €	59 946 276 €	62 107 269 €
Vendas	450 511 €	510 092 €	568 949 €	557 260 €
Prestações de Serviços	40 634 029 €	42 208 715 €	44 002 790 €	46 287 069 €
Variação nos Inventários da Produção	1 090 €	12 275 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	28 €	254 603 €	251 444 €	228 639 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	6 705 531 €	7 069 426 €	7 121 354 €	7 511 566 €
Reversões	94 384 €	130 575 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	7 305 756 €	9 075 853 €	8 001 739 €	7 522 735 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-61 701 122 €	-63 687 322 €	-63 574 436 €	-66 031 651 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-5 246 436 €	-6 220 742 €	-6 173 268 €	-6 500 248 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-19 276 915 €	-21 450 932 €	-22 442 424 €	-24 180 949 €
Gastos com o Pessoal	-30 135 515 €	-30 986 519 €	-30 966 719 €	-31 608 982 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-3 458 405 €	-3 498 514 €	-3 467 268 €	-3 229 542 €
Perdas por Imparidade	-437 319 €	-193 231 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	-105 499 €	-100 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-2 961 242 €	-1 285 451 €	-472 590 €	-462 269 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-79 793 €	-51 833 €	-52 167 €	-49 661 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-6 509 793 €	-4 425 783 €	-3 628 160 €	-3 924 382 €

As imputações dos **Serviços Partilhados e Corporativos** foram/serão consideradas na conta 622103 - IMPUTAÇÃO SPeC | Subcontratos (**Fornecimentos e Serviços Externos**)

ANÁLISE DE ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS > ORÇAMENTO 2023





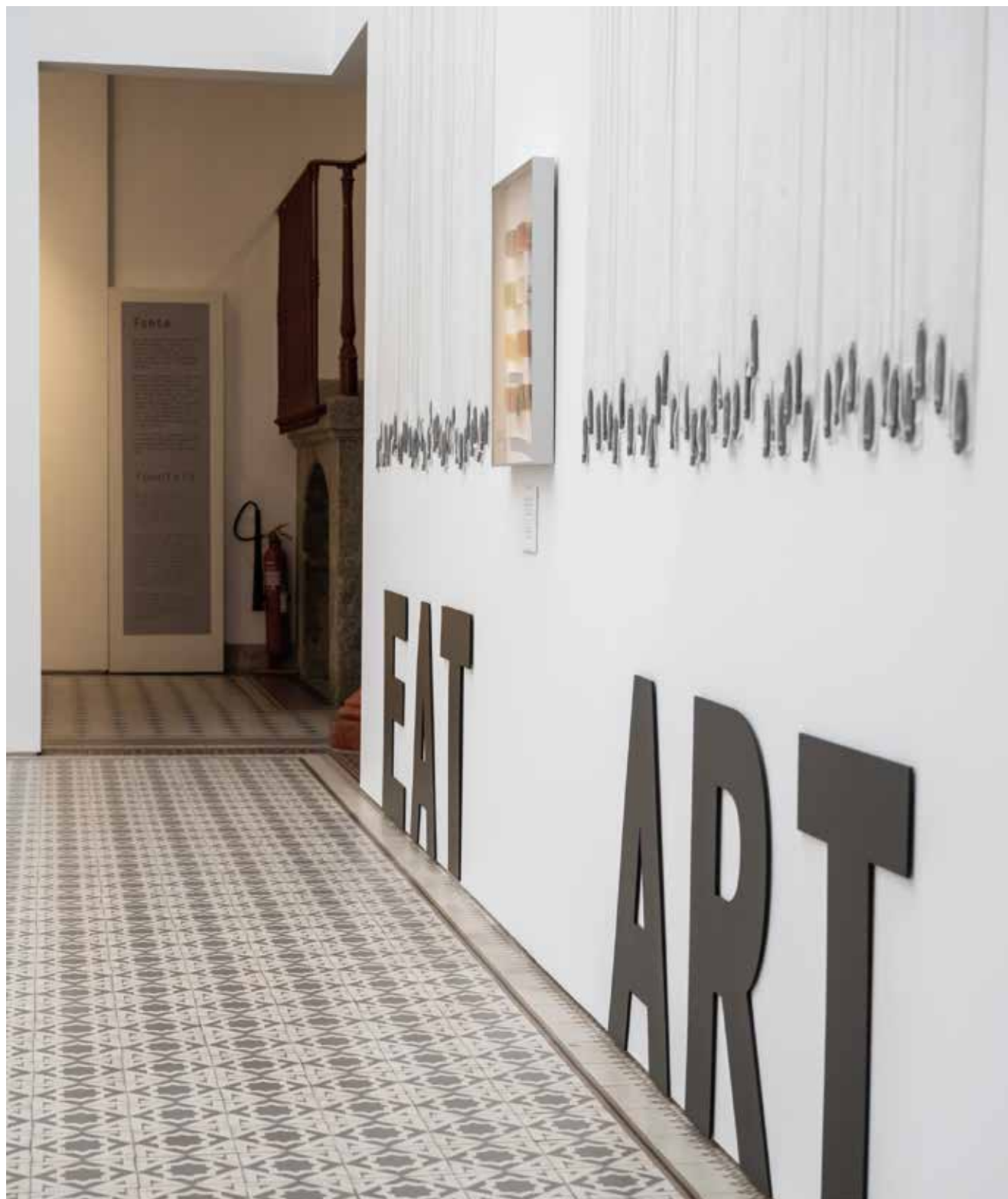
ORÇAMENTO 2023	SAÚDE			AGRICULTURA	AMBIENTE	CULTURA
	HOSPITAL DA PRELADA	CENTRO HOSP. CONDE FERREIRA	TOTAL SAÚDE			
RENDIMENTOS	36 182 724 €	6 198 089 €	42 380 813 €	201 546 €	230 989 €	414 703 €
Vendas	0 €	0 €	0 €	120 000 €	0 €	15 100 €
Prestações de Serviços	35 395 214 €	4 154 324 €	39 549 538 €	3 560 €	12 500 €	182 700 €
Variação nos Inventários da Produção	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Trabalhos para a Própria Entidade	0 €	0 €	0 €	0 €	212 639 €	0 €
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	0 €	1 354 020 €	1 354 020 €	67 486 €	0 €	600 €
Reversões	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Ganhos por Aumento de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Rendimentos	787 510 €	689 745 €	1 477 255 €	10 500 €	5 850 €	216 303 €
Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
GASTOS	-35 345 749 €	-8 024 499 €	-43 370 248 €	-325 070 €	-445 429 €	-1 140 153 €
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-5 027 568 €	-506 550 €	-5 534 118 €	-12 550 €	-1 660 €	-14 180 €
Fornecimentos e Serviços Externos	-12 352 540 €	-2 757 795 €	-15 110 335 €	-99 710 €	-245 941 €	-357 618 €
Gastos com o Pessoal	-17 349 935 €	-3 951 582 €	-21 301 517 €	-118 829 €	-194 163 €	-541 090 €
Gastos de Depreciação e de Amortização	-417 614 €	-718 674 €	-1 136 288 €	-89 140 €	-2 665 €	-224 613 €
Perdas por Imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Perdas por Redução de Justo Valor	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Provisões do Período	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros Gastos	-196 723 €	-89 450 €	-286 173 €	-4 350 €	-1 000 €	-2 652 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-1 369 €	-448 €	-1 817 €	-491 €	0 €	0 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	836 975 €	-1 826 410 €	-989 435 €	-123 524 €	-214 440 €	-725 450 €

EDUCAÇÃO	ENSINO ESPECIAL	JUVENTUDE	PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO	SOCIAL	PROJETOS ESPECIAIS	JUSTIÇA	CONSOLIDADO	SERVIÇOS PARTILHADOS E CORPORATIVOS
2 741 362 €	1 626 133 €	995 927 €	5 810 081 €	4 392 585 €	1 434 600 €	1 878 530 €	62 107 269 €	158 545 €
0 €	4 080 €	0 €	0 €	58 080 €	0 €	360 000 €	557 260 €	0 €
1 917 125 €	212 058 €	154 177 €	211 518 €	1 996 420 €	539 943 €	1 507 530 €	46 287 069 €	30 350 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
0 €	16 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	228 639 €	0 €
716 572 €	1 382 453 €	777 631 €	0 €	2 318 147 €	894 657 €	0 €	7 511 566 €	36 000 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
107 665 €	11 542 €	64 119 €	5 598 563 €	19 938 €	0 €	11 000 €	7 522 735 €	84 317 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	7 878 €
-3 399 912 €	-2 047 298 €	-1 490 596 €	-2 514 205 €	-7 807 049 €	-1 536 868 €	-1 954 823 €	-66 031 651 €	-4 990 728 €
-70 517 €	-65 815 €	-113 463 €	-44 109 €	-249 580 €	-24 218 €	-370 038 €	-6 500 248 €	-14 475 €
-1 061 542 €	-639 349 €	-603 076 €	-1 018 455 €	-3 144 542 €	-935 694 €	-964 687 €	-24 180 949 €	-818 422 €
-2 168 139 €	-1 244 181 €	-698 263 €	-187 822 €	-4 099 033 €	-499 963 €	-555 982 €	-31 608 982 €	-3 573 492 €
-97 404 €	-97 286 €	-65 971 €	-1 209 466 €	-298 763 €	-6 998 €	-948 €	-3 229 542 €	-261 150 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-150 000 €
-2 310 €	-667 €	-9 823 €	-7 000 €	-15 131 €	-69 995 €	-63 168 €	-462 269 €	-93 388 €
0 €	0 €	0 €	-47 353 €	0 €	0 €	0 €	-49 661 €	-79 801 €
-658 550 €	-421 165 €	-494 669 €	3 295 876 €	-3 414 464 €	-102 268 €	-76 293 €	-3 924 382 €	-4 832 183 €

PLANO DE INVESTIMENTOS 2023	
NATUREZA DO INVESTIMENTO	2023
Edifícios e Outras Construções	3 380 000
Equipamento Básico	369 230
Equipamento Administrativo	430 800
Outro Equipamento	28 200
Software	91 570
4 299 800	

Valores em Euros
Valores c/IVA

Nota: O investimento poderá crescer 3,3M€ com recurso a financiamento externo.





DEFINITÓRIO

PARECER SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2023

Nos termos da alínea c) do número 1, bem como do número 3 do artigo 57.º do Compromisso, o Definitório apreciou o Plano de Atividades e Orçamento da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), referentes ao Exercício de 2023.

O Definitório considera que os documentos, elaborados pela Mesa Administrativa, explicitam, de forma clara, detalhada e transparente, a atividade projetada para o ano de 2023 e os seus reflexos nas respetivas contas.

A exploração das atividades da SCMP continua afetada pela instabilidade económico-financeira derivada do difícil contexto mundial que teve origem na invasão da Ucrânia pela Rússia, provocando uma inesperada onda inflacionista, com repercussões nos custos energéticos, uma componente de custos significativa nos Estabelecimentos da SCMP.

É deste modo que estão previstos Gastos no valor de 66 milhões €, superiores ao Rendimentos perspetivados de 62 milhões €, representando mais 3,9% e 3,6%, respetivamente, do que os valores orçamentados para 2022.

Assim, o Resultado Líquido negativo previsto para 2023 é de 3 924 mil €, traduzindo-se num agravamento de 8,2 % face ao que foi previsto para 2022.

No que concerne aos Investimentos, planeia-se aplicar um montante de 4,3 milhões €, concentrando-se 79% desse valor na rubrica de Edifícios e Outras Construções, tendo como objetivo a reabilitação do património da SCMP, potenciando a sua rentabilização no mercado imobiliário.

Em face da continuidade da obtenção de avultados resultados negativos, a qual se perspetiva igualmente para o ano de 2023, torna-se fundamental a tomada de medidas que invertam a atual situação, nomeadamente, a anunciada necessidade de obter novas receitas e



aperfeiçoar o modelo de operacionalização de muitas das Unidades, permitindo uma melhor racionalização dos gastos em cada uma delas.

PARECER:

Pelo exposto, e tendo em consideração que as anunciadas medidas de reestruturação propostas pela Mesa Administrativa visam permitir inverter a tendência de resultados negativos acumulados ao longo dos anos, emitimos Parecer favorável à aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da SCMP, referentes ao exercício de 2023, pelo que se propõe a sua aprovação pelos Irmãos na Assembleia Geral convocada para o efeito. Finalmente, contamos que o empenho e determinação da Mesa Administrativa e dos Colaboradores da SCMP permitirão melhorar a sustentabilidade financeira, social, política, ambiental e económica, apontadas como grandes prioridades para 2023.

Porto, 25 de outubro de 2022

O Definitório,

António José Ramalho Monteiro, Presidente

Justino Cruz dos Santos, Vice-Presidente

Alexandra Josefa Rodrigues Afonso, Secretário

José Carlos Pires Póvoas, Vogal

Nuno Camilo Mota Oliveira, Vogal

Coordenação

Gabinete de Marketing e Comunicação
marketing.comunicacao@scmp.pt

Design Gráfico

B+ comunicação

Fotografia

Hélder Rodrigues

Impressão

Artes Gráficas e Serviços de Imprensa
da Misericórdia do Porto

2022



Rua Joaquim de Vasconcelos, 79
4050-311 Porto

T +351 220 924 422
scmp@scmp.pt
www.scmp.pt